

## DECISÃO FINAL DO RECURSO ADMINISTRATIVO APÓS DILIGÊNCIAS

**PROCESSO: 32.205.000049.2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

### **I- DA NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA**

Após análise do recurso apresentado pela empresa AMBIENTGEO ENGENHARIA LTDA, restou necessária a diligência perante a licitante FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO, o que foi prontamente realizado.

Após apresentação dos documentos pela empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO, foi oportunizado aos demais licitantes se manifestarem acerca dos documentos acostados, oportunidade em que a AMBIENTGEO ENGENHARIA LTDA e a PROJECTE ENGENHARIA, ARQUITETURA, CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA apresentaram manifestação das diligências.

Recebidas as documentações, foram encaminhadas para análise da Equipe Técnica, que emitiu o Parecer anexo.

### **II - DAS DOCUMENTAÇÕES DILIGENCIADAS DE FREDERICO**

Após solicitação das diligências, a empresa FREDERICO apresentou a atestado e documentos complementares de capacidade técnica relacionados ao certame, bem como apresentou a Declaração de conhecimento dos locais e condições dos serviços.

### **III- DAS MANIFESTAÇÕES**

#### **1. PROJECTE ENGENHARIA, ARQUITETURA, CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA**

A licitante alega que

“a declaração apresentada por Frederico Vasconcelos Ribeiro – ME, não atende plenamente ao edital, vez que não delimita o local, municípios e escopo dos serviços.”

Aduz, ainda, que

“declaração foi apresentada em papel timbrado e endereços da RM Geotecnologias, que NÃO É LICITANTE DO PREGÃO EM REFERÊNCIA”

“CAO NÃO ESTÁ VINCULADA A ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EMITIDA POR EMPRESAS PÚBLICAS OU PRIVADAS, NEM TAMPOUCO COMPROVAM INSERÇÃO DE DADOS NO SIGEF, TRATANDO -SE, APENAS, DE SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO, FATO QUE CONTRARIA AS CONDIÇÕES EDITALICIAIS.”

Página 1 de 5

Rod. BR 230, S/N, LOTE 26 – LTO. Morada Nova,  
Parque Esperança, CEP 58.108-502 – Cabedelo – PB  
Tel: 83 3218-8162 – PABX: 83 3218-8101  
e-mail: gabin@empaer.pb.gov.br  
www.empaer.pb.gov.br



Assinado com senha por [EPR58288] [SENHA] LAYSE NELYE PEDERNEIRAS MOTA em 03/07/2025 - 11:42hs.

Documento Nº: 7831593.66506415-4885 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7831593.66506415-4885>



EPRDES202500983A

E, ainda, que

“ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA FORNECIDO PELO GRUPO CHAVES:  
O atestado não está vinculado a uma CAT, mas tão somente faz referência a ART OBRA/  
SERVIÇO Nº BA20150111295, também não fazendo comprovações junto ao SIGEF.”

Por fim, pleiteia pela inabilitação da FREDERICO e pela declaração da sua habilitação, alega que preencheu todos as questões editalícias.

## 2. DA AMBIENTGEO ENGENHARIA LTD

A licitante alega que

“Considerando que a fase de habilitação já se encerrou, a introdução de novos documentos contraria os princípios da legalidade e da isonomia, desde que fosse para comprovar um documento PRÉ-EXISTENTE, que foi o que NÃO OCORREU. Não há o que comprovar algo que foi “Pré-existente”, já que não tinha a EXISTÊNCIA do mesmo no momento OPORTUNO DA HABILITAÇÃO.”

A empresa em questão não possui CAT emitida por pessoa de direito público ou privado similar ao objeto da licitação com referência a imóveis RURAIS, não possuindo atestados de certificações de imóveis rurais que JÁ DEVERIA TER SIDO ENVIADA EM MOMENTO OPORTUNO A FASE DE HABILITAÇÃO.

Também não foi apresentada CAT específica que comprove a realização de cadastramento de agricultores para fins de regularização fundiária, serviço igualmente exigido pelo termo de referência.

Reforça, ainda, o questionamento já anteriormente efetuado no Recurso apresentado, acerca do papel timbrado da empresa Frederico ser identificado como “RM Geotecologia”, enquanto o nome fantasia registrado é “RM AGROFLORESTAL”.

Em relação a Declaração, alega que

“A tentativa de apresentação posterior do documento, sob o pretexto de diligência, NÃO SE SUSTENTA, pois, embora o item 11.4.1 do Edital preveja a POSSIBILIDADE DE DILIGÊNCIA PARA ATESTAR CONDIÇÃO PRÉ-EXISTENTE REFERENTE AOS DOCUMENTOS DO ITEM 11.3.5, ESSA EXCEÇÃO NÃO PODE SER USADA PARA CRIAR FATOS OU DOCUMENTOS INEXISTENTES À ÉPOCA DA SESSÃO PÚBLICA. No presente caso, a declaração não existia formalmente, tampouco foi juntada com a documentação de habilitação, sendo, portanto, INDEVIDA SUA ACEITAÇÃO POSTERIOR.”

“E, após esquecer de enviar em momento oportuno, enviar sob a justificativa de diligência, sendo que a diligência é para CONDIÇÃO PRÉ-EXISTENTE e não para documento NUNCA EXISTENTE, que foi o caso dessa declaração.”

Ao final,

“diante do exposto, a empresa **FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO** teve erros nas suas planilhas, não possui qualificação técnica para o objeto da licitação, utilizou papel timbrado de uma terceira empresa e não apresentou documentos e declarações previstas no edital. Sendo assim, a empresa NÃO ATENDE os requisitos desta licitação. Diante disso, requeremos, com fundamento no princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, a **imediata inabilitação da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO do presente Certame Licitatório**, em respeito à igualdade entre os concorrentes e à lisura do processo.”



#### IV- DA ANÁLISE

Nos argumentos trazidos pela recorrente, por constar questões relacionadas a parte técnica, foram encaminhadas para análise e considerações da Equipe técnica responsável, que emitiu o parecer acostado aos autos e anexo a esta decisão.

Passamos a analisar tão somente os questionamentos acerca dos documentos diligenciados, tendo em vista que durante a elaboração da decisão anexa, em que foram identificadas necessidades de diligências, já foram destrinchados os demais argumentos, que passa a integrar a presente decisão final.

**Em relação à declaração**, o Edital da EMPAER fez constar o item 11.4.1 justamente para que fosse permitido, caso necessário, a apresentação de declarações pelos licitantes, de forma a evitar possível inabilitação por documentos que são declaração complementares. Durante a análise da habilitação, equivocadamente, deixamos de diligenciar para apresentação da referida declaração. Porém, não podemos ignorar a possibilidade que o próprio Edital concede para inserção da referida declaração. Vale salientar, ainda, que não podemos confundir “condição” pré-existente com “documento” pré-existente. O item 11.4.1 é claro ao afirmar que “atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, especificamente quanto aos documentos complementares do Item 11.3.5”. Já em relação a alegação da PROJECTE de que a referida declaração não atende ao disposto no Edital, não merece prosperar, vez que a Declaração apresentada está conforme modelo constante no anexo V do Termo de referência publicado juntamente ao Edital.

Além disso, conforme verifica-se no posicionamento do TCE/PB, através do ACÓRDÃO AC1 – TC – 01238/2024, inabilitar o licitante por ausência de simples declaração que poderia ter sido saneado em diligência é rigor excessivo. No mesmo acórdão, o TCE PB fundamenta sua decisão citando o posicionamento do Tribunal de Contas da União – TCU, que seu Acórdão 988/2022 – Plenário deliberou que:

Na falta de documento relativo à fase de habilitação em pregão que consista em **mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, deve o pregoeiro conceder-lhe prazo razoável para o saneamento da falha**, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999. (TCU, Acórdão n.º 988/2022 – Plenário, Rel. Ministro Antônio Anastasia, Data da Sessão: 04/05/2022). (grifo nosso)

E, ao final, o TCE PB recomenda que

“não interpretem as cláusulas editalícias dos certames licitatórios com rigores excessivos, sobretudo quando houver potenciais riscos de exclusões descabidas de participantes das contendas comuns, com prejuízos às finalidades públicas de obtenções das propostas mais vantajosas para administração.”

Dito isso, ratificamos o entendimento e a decisão analisada anteriormente de que não merece prosperar a alegação de inabilitação por ausência da referida declaração, tendo em vista que, após solicitação da pregoeira, a licitante FREDERICO apresentou a devida declaração, sanando o vício detectado.

No que se refere à **capacidade técnica**, após analisar a compatibilidade do documento apresentado com o exigido em Edital e seus anexos, a Equipe Técnica emitiu o parecer anexo procedente, ratificando a capacidade técnica relacionada à certificação de imóveis rurais, que já era



notado na fase de habilitação através dos documentos apresentados em sede de habilitação, via consulta ao SIGEF, tendo sido confirmado com a apresentação dos documentos via diligência.

Vale lembrar, mais uma vez, que conforme análises efetuadas na fase de habilitação, a equipe técnica pôde constatar que haviam certificações de imóveis realizados pela FREDERICO relacionadas ao credenciado já apresentado, estando apenas ausente o documento complementar para comprovação dessa capacidade técnica, qual seja o atestado emitido por pessoa jurídica. Portanto, fica demonstrado que o atestado apresentado em fase de diligência realmente faz papel de complementação aos documentos anteriormente apresentados. E verificando os documentos acostados, percebe-se que os mesmos são documentos que atestam condição preexistente ao certame.

A possibilidade de juntada de documentação via diligência, está fundamentado no Edital nos itens 10.14.2, 11 e 23.1, no Art. 17, inciso VI, e Art. 47 do Decreto Federal 10.024/2019, bem como no Art. 64 da Lei 14.133/2021, no qual é permitido a juntada de documento que ateste condição pré-existente, buscando a proposta mais vantajosa para a Administração. Para fins de interpretação do artigo retrocitado, a fim de não resta dúvidas da legalidade do ato, buscamos ajuda na jurisprudência, conforme abaixo.

Conforme disposto no Acórdão 1211/2021 do TCU,

Acórdão 1211/2021 - Plenário

Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Sumário: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. **Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oponente, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.**

...Relator ACÓRDÃO Nº 1211/2021 - TCU - Plenário 1. Processo nº TC 018.651/2020-8. 2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação 3.... (grifo nosso)

Ou seja, a vedação prevista no art. 64 da lei 14.133/2021 não deve alcançar o envio de documento ausente que não foi juntado por equívoco ou falha.

Podemos, ainda, citar a jurisprudências do TCU nos ACÓRDÃO 253/2023 - PLENÁRIO, ACÓRDÃO 7929/2024 - PRIMEIRA CÂMARA, ACÓRDÃO Nº 1233/2025 - TCU - PLENÁRIO, ACÓRDÃO 781/2025 - PLENÁRIO, ACÓRDÃO Nº 781/2025 - TCU - PLENÁRIO, entre outras



jurisprudência que denota o entendimento pacífico no TCU de que é possível a diligência realizada neste certame, pois homenageia o princípio do formalismo moderado e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa e o alcance do interesse público, sem que ocorra afronta ao princípio da isonomia. Inclusive o TCE PB segue o entendimento da Corte de Contas Federal, conforme disposto no ACÓRDÃO AC2 - TC 00669/25.

Em relação a alegação de ausência de capacidade técnica de Cadastramento, este não foi objeto do recurso apresentado, bem como não se refere a diligência realizada. Este novo momento oportunizado aos licitantes foi exclusivamente relacionado a manifestação dos documentos diligenciados. De toda forma, apenas por cautela, a equipe técnica analisou o fato alegado, e constatou que não há o que ser questionado, tendo em vista que ficou devidamente comprovado no âmbito da fase de habilitação a sua capacidade técnica relativa a este ponto.

## V – DA DECISÃO

Em face de todo o exposto, considerando a decisão inicial que decidiu pela diligência, bem como a presente decisão dos documentos diligenciados, e parecer técnico, atendendo aos princípios da impessoalidade, formalismo moderado, a busca pela proposta mais vantajosa, a economicidade e a razoabilidade e vinculação ao instrumento convocatório, e todos os demais princípios administrativos, resolve por:

1. Julgar **IMPROCEDENTE** os recursos interpostos pelas empresas AMBIENTGEO ENGENHARIA LTDA e PROJECTE ENGENHARIA, ARQUITETURA, CONSTRUCOES E CONSULTORIA LTDA e manter a habilitação da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO;
1. Encaminhar esta decisão à Assessoria Jurídica para análise e parecer;
2. Encaminhar à autoridade competente para ratificação ou retificação, na forma que lhe for entendido.

**LAYSE NELYE PEDERNEIRAS MOTA**  
**Pregoeira**



GRUPO II – CLASSE VII – Plenário

TC 013.063/2022-7

Natureza: Representação

Órgão/Entidade: 1º Regimento de Cavalaria de Guardas

Interessado: Centro de Controle Interno do Exército.

Representação legal: não há

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PEDIDO DE CAUTELAR. LICITAÇÃO ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ORGANIZAÇÕES MILITARES. SUSPENSÃO VOLUNTÁRIA DO PREGÃO PELA ADMINISTRAÇÃO. IRREGULARIDADES PASSÍVEIS DE SANEAMENTO. APARENTE ECONOMICIDADE DO CERTAME. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA.

## RELATÓRIO

Adoto como Relatório e com os ajustes necessários, nos termos do art. 1º, § 3º, inciso I, da Lei 8.443/92, a derradeira instrução de peça 126, produzida pela então Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), que sumariza adequadamente o trâmite processual e que foi endossada pelo corpo diretivo da Unidade (peças 127 e 128).

**“HISTÓRICO**

1. *O representante alegou, em suma, que o edital exigiu, para 21 dos 130 itens que compõem o objeto, a apresentação de certidão de registro junto ao CREA da empresa licitante e do responsável técnico (engenheiro mecânico ou eletricitista), e atestado de capacidade técnica com acervo técnico do CREA em nome do licitante, em afronta à legislação vigente e à jurisprudência do TCU, ressaltando que a exigência de apresentação de acervo técnico em nome da licitante é desarrazoada, tendo sido, inclusive, objeto de questionamento em sede de impugnação (peça 1, p. 4-7).*

2. *Ao examinar inicialmente o feito (peça 11), esta unidade técnica constatou a presença do pressuposto da plausibilidade jurídica, em razão de irregularidades constantes do edital que podem ter dificultado a formulação de propostas e, conseqüentemente, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.*

3. *Identificou-se, também, a recusa de propostas mais vantajosas em diversos itens, aparentemente, em razão do não atendimento de exigência que não possui amparo legal.*

4. *Ao final, a Selog apresentou a seguinte proposta de encaminhamento (peça 11, p. 9):*

*37. Em virtude do exposto, propõe-se:*

*37.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;*

*37.2. realizar a oitiva prévia do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência, com fulcro no art. 276, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal para que, no prazo de cinco dias úteis, se pronuncie, referente ao Pregão Eletrônico para*





*Registro de Preços 2/2022, acerca da existência dos pressupostos da medida cautelar pleiteada e acerca dos indícios de irregularidade indicados nesta instrução, em especial quanto aos seguintes tópicos:*

*a) falta clareza do edital, uma vez que além de não constar da descrição do objeto e do termo de referência qualquer menção à necessidade de instalação de equipamentos, não há qualquer detalhamento sobre quais adequações elétricas e mecânicas seriam necessárias, em afronta ao art. 3º, inciso II, da Lei 10.520/2002, o que dificulta a formulação de propostas e impediria a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, situação agravada pela participação de outras 12 organizações militares na licitação, que não devem possuir uniformidade de necessidades de adequações elétricas e mecânicas para instalação dos equipamentos;*

*b) exigência contida no item 9 dos Estudos Técnicos Preliminares (estimativa das quantidades a serem contratadas) de apresentação de atestado de capacidade técnica com acervo técnico do CREA em nome da licitante, confirmada em resposta à impugnação apresentada pela empresa Engefood Equipamentos e Representações Ltda. no certame, uma vez que se trata de exigência sem amparo legal, considerando o contido nos incisos I e II, e § 1º, inciso I, do art. 30 da Lei 8666/1993, e conforme jurisprudência do TCU, em especial os Acórdãos 128/2012–2ª Câmara-TCU, de Relatoria do Ministro José Jorge e 205/2017-Plenário-TCU, de relatoria do Ministro Bruno Dantas; e*

*c) justifique a previsão contida no item 1.7 do Termo de Referência quanto à possibilidade de prorrogação da vigência do contrato resultante do PE 2/2022 até o prazo de 60 meses, considerando que o objeto do certame não está relacionado à prestação de serviços de natureza contínua, que admite a prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei 8.666/1993;*

*d) demais informações que julgar necessárias; e*

*e) designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato.*

*37.3. diligenciar o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência, com fundamento nos artigos 157 e 187 do Regimento Interno deste Tribunal, para que, no prazo de cinco dias, encaminhe cópia dos seguintes documentos e/ou esclarecimentos:*

*a) justificativa, de forma individualizada e detalhada, e acompanhada de documentação comprobatória, para a recusa das propostas apresentadas para os itens 1, 2, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 66, 92, 106 e 107 do Pregão Eletrônico 2/2022;*

*b) documentação comprobatória de que as licitantes vencedoras dos itens 1, 2, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 66, 92, 106 e 107 do Pregão Eletrônico 2/2022 apresentaram registro no CREA em nome da pessoa jurídica e do responsável técnico (engenheiro mecânico ou eletricista) e atestado de capacidade técnica com acervo técnico do CREA em nome da licitante, na forma exigida no item 9 dos Estudos Técnicos Preliminares, se for o caso;*

*c) pesquisa de preços realizada, na forma exigida na Instrução Normativa Seges/ME 65/2021; e*

*d) informe sobre a existência de ata de registro de preços (ARP) com o mesmo objeto, esclarecendo se as condições são mais benéficas que as previstas na ata de registro de preços (ARP) resultantes do certame em exame, e o saldo e vigência, se for o caso;*

*5. Com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria MINS-ALC 2/2018, do ministro-relator André Luís de Carvalho, e na subdelegação conferida pelo art. 2º da*



Portaria Selog 3/2020, o titular da 3ª Diretoria Técnica da Selog encaminhou os autos à Seproc para a adoção das medidas processuais necessárias (peça 12).

6. Foram promovidas a oitiva prévia e diligência quanto às alegações do representante e demais questões levantadas por esta Unidade Técnica, que foram analisadas na instrução à peça 40. A citada instrução consignou a seguinte proposta de encaminhamento (peça 40, p. 20-22):

56.2. deferir o pedido de concessão de medida cautelar, com fulcro no art. 276 do Regimento Interno/TCU, tendo em vista a existência dos elementos necessários para sua adoção, a fim de que o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência suspenda o andamento do Pregão Eletrônico para Registro de Preços 2/2022 até que o Tribunal delibere sobre o mérito da matéria ora em apreço e, caso algum contrato já tenha sido firmado, abstenha-se de praticar qualquer ato com vistas à sua execução até a deliberação definitiva desta Corte;

56.3. realizar a oitiva do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência, com amparo no art. 276, § 3º, c/c art. 250, V, todos do Regimento Interno/TCU, para que, no prazo de quinze dias, se pronuncie em relação aos pressupostos da cautelar deferida, e também quanto aos seguintes pontos relativos ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços 2/2022:

a) falta clareza do edital, uma vez que, além de não constar da descrição do objeto e do termo de referência qualquer menção à necessidade de instalação de equipamentos, não há qualquer detalhamento sobre quais adequações elétricas e mecânicas seriam necessárias, em afronta ao art. 3º, inciso II, da Lei 10.520/2002, o que dificulta a formulação de propostas e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, situação agravada pela participação de outras 12 organizações militares na licitação, que não devem possuir uniformidade de necessidades de adequações elétricas e mecânicas para instalação dos equipamentos;

b) exigência contida no item 9 dos Estudos Técnicos Preliminares (estimativa das quantidades a serem contratadas) de apresentação de atestado de capacidade técnica com acervo técnico do CREA em nome da licitante, confirmada em resposta à impugnação apresentada pela empresa Engefood Equipamentos e Representações Ltda. no certame, uma vez que se trata de exigência sem amparo legal, considerando o contido nos incisos I e II, e § 1º, inciso I, do art. 30 da Lei 8666/1993, e conforme jurisprudência do TCU, em especial os Acórdãos 128/2012-2ª Câmara-TCU, de Relatoria do Ministro José Jorge e 205/2017-Plenário-TCU, de relatoria do Ministro Bruno Dantas;

c) previsão contida no item 1.7 do Termo de Referência quanto à possibilidade de prorrogação da vigência do contrato resultante do PE 2/2022 até o prazo de 60 meses, considerando que o objeto do certame não está relacionado à prestação de serviços de natureza contínua, que admite a prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei 8.666/1993;

d) desconformidade com as orientações contidas na Instrução Normativa Seges 73/2020 e com indícios de sobrepreço na contratação pretendida;

e) ausência de previsão da vistoria facultativa no instrumento convocatório;

f) recusa de propostas com base exclusivamente em especificações constantes de catálogo ou em consulta ao site do fabricante, sem que fosse dada, à licitante, a oportunidade de demonstrar o atendimento das especificações do edital, por meio da realização de diligências, em afronta ao art. 43 § 3º e à jurisprudência do TCU, Acórdão 1211/2011-Plenário, que não só recomenda a realização de diligências, mas permite a inclusão de novos documentos;





g) ausência de justificativa para os requisitos mínimos definidos nas especificações técnicas dos produtos, que podem caracterizar direcionamento e/ou restrição indevida à competitividade;

h) ausência, nos ETPs, de levantamento de mercado que demonstre a existência de produtos que atendam as especificações técnicas previstas no edital; e

i) ausência, nos ETPs, de justificativa para a adesão à ARP por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, em afronta à jurisprudência do TCU (Acórdão 757/2015-Plenário);

56.4. realizar a oitiva do Hospital Militar de área de Brasília, do Colégio Militar de Brasília, da Base de Administração do QCEX, do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, do Batalhão Logístico, da Gráfica do Exército, do 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, da Comissão Regional de Obras, da Base de Administração e Apoio do CMP, da Prefeitura Militar de Brasília e do 11º Grupo de Artilharia Antiaérea, com amparo no art. 276, § 3º, c/c art. 250, V, todos do Regimento Interno/TCU, para que, no prazo de quinze dias, se pronunciem em relação aos pressupostos da cautelar deferida;

56.5 diligenciar o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência, com fundamento nos artigos 157 e 187 do Regimento Interno deste Tribunal, para que, no prazo de quinze dias, encaminhe cópia dos seguintes documentos e/ou esclarecimentos:

a) levantamento de mercado que demonstre a existência de equipamentos que atendam as especificações técnicas inseridas no edital, com vistas a afastar o risco de direcionamento do certame;

56.6. considerando a possibilidade de construção participativa das deliberações deste Tribunal, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 315/2020, bem como o previsto nas Normas de Auditoria (NAT) aprovadas pela Portaria-TCU 280/2010, referente aos comentários dos gestores (no que se aplica a representações e denúncias):

a) solicitar ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência, ao Hospital Militar de área de Brasília, ao Colégio Militar de Brasília, à Base de Administração do QCEX, ao Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, ao Batalhão Logístico, à Gráfica do Exército, ao 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, ao 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, à Comissão Regional de Obras, à Base de Administração e Apoio do CMP, à Prefeitura Militar de Brasília e ao 11º Grupo de Artilharia Antiaérea, caso queiram, no prazo de quinze dias:

a.1) a apresentação de possíveis ações corretivas que poderão ser tomadas para prevenir ou corrigir os indícios de irregularidades detectados ou remover seus efeitos;

a.2) na hipótese de serem consideradas insuficientes, pelo TCU, as alternativas apresentadas pela unidade jurisdicionada, a manifestação quanto aos possíveis impactos de determinação do TCU para que seja determinado i) o retorno de fase do certame (para a realização das diligências necessárias às licitantes que tiveram suas propostas recusadas com base exclusivamente em especificações constantes de catálogo ou em consulta ao site do fabricante, sem que fosse dada, à empresa, a oportunidade de demonstrar o atendimento das especificações do edital), e comprovação da vantagem dos preços obtidos em relação aos praticados no mercado; ou ii) a anulação do certame, considerando todo o conjunto de irregularidades, notadamente quanto à falta de clareza no edital quanto às instalações necessárias, falta de previsão de vistoria facultativa, ausência de justificativa nos ETP para permitirem as adesões, pesquisa de preços feita em



*desconformidade com a IN Seges 73/2020 e com indício de sobrepreço, desclassificações sucessivas sem a realização de diligências, ausência de comprovação de que as especificações dos produtos são as mínimas necessárias e que poderiam ser atendidas pelo mercado e exigência de atestado registrado no CREA em nome da licitante;*

*b) alertar o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência, bem como o Hospital Militar de área de Brasília, o Colégio Militar de Brasília, a Base de Administração do QCEX, o Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, o Batalhão Logístico, a Gráfica do Exército, o 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, o 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, a Comissão Regional de Obras, a Base de Administração e Apoio do CMP, a Prefeitura Militar de Brasília e o 11º Grupo de Artilharia Antiaérea, com relação à construção participativa de deliberações, de que:*

*b.1) as suas manifestações quanto às alternativas para corrigir os indícios de irregularidades verificados e quanto aos impactos das possíveis medidas a serem adotadas pelo TCU será avaliada na proposição de mérito, mas não vincula as decisões desta Corte de Contas, notadamente quando os riscos decorrentes de sua adoção e/ou da manutenção de situação irregular não se coadunarem com o interesse público que se pretende tutelar;*

*b.2) a ausência de manifestação no prazo estipulado não impedirá o andamento processual, podendo o TCU vir a prolatar decisão de mérito, caso haja elementos suficientes que caracterizem afronta às normas legais e/ou possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração; e*

*b.3) a ausência de manifestação não será considerada motivo de sanção.*

*56.7. encaminhar cópia da presente instrução ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência, ao Hospital Militar de área de Brasília, ao Colégio Militar de Brasília, à Base de Administração do QCEX, ao Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, ao Batalhão Logístico, à Gráfica do Exército, ao 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, ao 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, à Comissão Regional de Obras, à Base de Administração e Apoio do CMP, à Prefeitura Militar de Brasília e ao 11º Grupo de Artilharia Antiaérea, com vistas a permitir as suas manifestações; e*

*56.8. comunicar ao representante a decisão que vier a ser prolatada.*

7. Os autos foram remetidos para a apreciação do ministro-relator André Luís de Carvalho, que emitiu despacho nos seguintes termos (peça 46):

*Trata-se de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Prequiq Comercial de Equipamentos sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico n.º 2/2022 conduzido, para o registro de preços, pelo 1º Regimento de Cavalaria de Guardas com vistas à aquisição de material permanente para o 1º RCG, além dos demais participantes (Sistema ARCCO), sob o valor estimado de R\$ 38.572.136,33.*

*2. Após a análise da oitiva prévia, a Selog propôs a concessão da cautelar suspensiva sobre o certame e a adoção das demais medidas cabíveis.*

*3. Ocorre, entretanto, que, após o contato direto do Gabinete do Ministro Relator com o Centro de Controle Interno do Exército (CCIE) para a obtenção de informações adicionais, o CCIE passou a informar, por meio do Ofício n.º 966- SCCR/CCIE, que o aludido pregão eletrônico teria sido espontaneamente suspenso pela administração militar até deliberação do TCU neste processo, buscando, com isso, colaborar com a fiscalização empreendida pela unidade técnica junto ao TCU.*

*4. Diante, portanto, dessa salutar iniciativa da própria unidade gestora no sentido de espontaneamente suspender o referido certame, o aludido pedido de cautelar suspensiva*



*pode ser anotado como prejudicado, no presente momento, e, assim, determino o retorno do processo à unidade técnica para o prosseguimento do feito, ficando autorizada, desde já, a adoção das medidas cabíveis para o saneamento do processo com vistas ao célere julgamento de mérito desta representação.*

*À Selog, para as providências cabíveis, com a devida urgência.*

8. *Posteriormente, os autos retornaram para esta Unidade Técnica, e, nos termos da instrução à peça 52, foram expedidos os ofícios do TCU (peças 55/83) e as manifestações das unidades jurisdicionadas foram juntadas aos autos (peças 110 e 115/125).*

9. *Registra-se que a Comissão de Obras da 11ª Região Militar solicitou prorrogação de prazo para a apresentação de sua manifestação (peça 112), que foi concedida (peça 113), e sua manifestação consta da peça 122.*

10. *Promovidas as oitivas e diligência quanto às alegações do representante e demais questões levantadas por esta Unidade Técnica, passa-se a analisar as respostas apresentadas, tópico a tópico, conforme transcrição e contextualização a seguir.*

#### **EXAME TÉCNICO**

Oitiva do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência (órgão gerenciador):

**Item 17.2. a: falta clareza do edital, uma vez que, além de não constar da descrição do objeto e do termo de referência qualquer menção à necessidade de instalação de equipamentos, não há qualquer detalhamento sobre quais adequações elétricas e mecânicas seriam necessárias, em afronta ao art. 3º, inciso II, da Lei 10.520/2002, o que dificulta a formulação de propostas e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, situação agravada pela participação de outras 12 organizações militares na licitação, que não devem possuir uniformidade de necessidades de adequações elétricas e mecânicas para instalação dos equipamentos.**

11. Manifestação do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência (peça 116):

a) *todos os itens que necessitam de instalação, por serem de alta complexidade, foram descritos detalhadamente no item 9 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice do anexo I (Termo de Referência), que foi disponibilizado no portal compras governamentais, acessado por todos os licitantes (peça 116, p. 2);*

b) *os custos com as instalações dos equipamentos de alta complexidade serão de responsabilidade da licitante vencedora, conforme o item 6 do ETP (peça 116, p. 2);*

c) *não houve impedimento para que as licitantes interessadas pudessem realizar vistorias nas instalações para dirimir dúvidas quanto às instalações dos objetos, mesmo que este procedimento não estivesse expresso no edital, e mais de 80 licitantes participam da licitação e nenhuma solicitou esclarecimentos ou qualquer outra informação adicional quanto à necessidade de instalação dos equipamentos, o que denota não restar dúvidas quanto a clareza do edital para os fornecedores, que são os especialistas no objeto a ser fornecido (peça 116, p. 2);*

d) *dos treze órgãos que participam do processo, doze estão localizados em Brasília e um está localizado em Formosa-GO, não havendo, portanto, necessidade de as licitantes se deslocarem para outros estados, não gerando, com isso, custos adicionais (peça 116, p. 2); e*

e) *são confeccionadas diariamente alimentações para quase 2.000 militares, conforme imagens anexadas (peça 116, p. 2).*

Análise:



12. *Verifica-se que a UJ se limitou a transcrever os argumentos apresentados em resposta à oitiva prévia, sendo que tais esclarecimentos já foram examinados por esta unidade técnica, em instrução à peça 40, e considerados insuficientes para afastar a irregularidade.*

13. *Ressalta-se, novamente, que não se questionou de quem seria o ônus da instalação dos equipamentos, como insiste a UJ ao reproduzir o item 6 do ETP, que prevê que os custos relativos a impostos, taxas, pedágios e frete serão por conta da contratada. O questionamento foi especificamente em razão da insuficiência, no edital do certame, de informações necessárias para uma adequada apresentação de proposta.*

14. *A resposta dada pelo 1º RCG de que não houve impedimento à realização de vistorias no local confirma a conclusão da Selog de que a omissão, no edital do certame, quanto à possibilidade de realização de vistoria pode ter dificultado a formulação de propostas ou induzido as licitantes a apresentarem propostas superdimensionadas em razão da impossibilidade de um levantamento preciso dos custos envolvidos na instalação dos equipamentos.*

15. *A situação se mostra agravada pela participação de doze outros órgãos na ARP, uma vez que as adaptações elétricas e mecânicas podem variar de acordo com a situação específica e com esforço e custo necessários para atender individualmente cada contratante. Ou seja, a insuficiência de informações pode ter levado as licitantes a considerar o custo do pior cenário, dimensionando exagerada e desnecessariamente os serviços a serem prestados, e levando, consequentemente, à elevação dos valores propostos.*

16. *Para evitar tal risco, o TR deveria ter fornecido o detalhamento mínimo necessário para a formulação de propostas, informação que, aliada à previsão de vistoria facultativa, permitiria que as licitantes pudessem dimensionar adequadamente o esforço e o custo para a instalação dos equipamentos em cada um dos treze órgãos participantes.*

17. *Como agravante, o edital autoriza a adesão de outros órgãos e entidades da administração pública, o que exigiria que as licitantes, de fato, estimassem o custo mais elevado de instalação dos equipamentos diante da completa falta de informações quanto à situação e o local onde serão instalados.*

18. *Resta caracterizada, portanto, a irregularidade examinada nesta seção, por violação ao disposto no art. 3º, inciso II, da Lei 10.520/2002.*

**Item 17.2. b: exigência contida no item 9 dos Estudos Técnicos Preliminares (estimativa das quantidades a serem contratadas) de apresentação de atestado de capacidade técnica com acervo técnico do CREA em nome da licitante, confirmada em resposta à impugnação apresentada pela empresa Engefood Equipamentos e Representações Ltda. no certame, uma vez que se trata de exigência sem amparo legal, considerando o contido nos incisos I e II, e § 1º, inciso I, do art. 30 da Lei 8666/1993, e conforme jurisprudência do TCU, em especial os Acórdãos 128/2012–2ª Câmara-TCU, de Relatoria do Ministro José Jorge e 205/2017-Plenário-TCU, de relatoria do Ministro Bruno Dantas.**

19. Manifestação do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência (peça 116):

a) *os itens licitados e que exigiram registro no CREA são equipamentos que requerem instalação com acompanhamento por profissional, responsável técnico, uma vez que o não atendimento poderá ocasionar perda de garantia, instalação incorreta, podendo causar danos ou a perda dos equipamentos (peça 116, p. 2);*

b) *com relação à exigência do CREA, concluímos que tal exigência é importante, uma vez que os itens que compõem tal exigência são equipamentos de alta complexidade que requerem instalação e atendam às normas da ABNT, CREA/CONFEA, sendo necessário o amparo técnico no momento das*



instalações, devendo ser acompanhado por profissional técnico responsável, inclusive com o devido registro ART no CREA no momento da sua instalação (peça 116, p. 3);

c) a não exigência de qualificação técnica, conforme determina o artigo 30 da Lei 8.666/1993, permitirá a participação de licitantes não qualificados tecnicamente para cumprimento do objeto licitado, acarretando às contratantes transtornos com equipamentos que não atendem à demanda, podendo ocasionar diversos problemas futuros, como: montagem, instalação, produção subdimensionada, assistência técnica pós-venda e não cumprimento das cláusulas de garantia. Alguns itens licitados são equipamentos de alta complexidade, que possuem tecnologia agregada ao produto, dependendo diretamente dos serviços técnicos corretos de fabricação/instalação para seu perfeito funcionamento, por se tratar de equipamentos para uso específico. Portanto, deverão ser exigidos documentos que realmente venham a comprovar a capacidade técnica dos licitantes que irão se responsabilizar pela instalação, encontrando-se os mesmos devidamente registrados no CREA, acompanhados da Certidão de Acervo Técnico do Engenheiro Responsável pela instalação dos equipamentos (peça 116, p. 3);

d) os responsáveis técnicos nas áreas de mecânica e elétrica se envolvem diretamente nos serviços de fabricação/instalação, e, dependendo dos locais destinados ao seu funcionamento, a instalação do equipamento exigirá a presença de responsável técnico na área civil (peça 116, p. 3);

e) o objeto licitado prevê o fornecimento de equipamentos de rancho com características industriais, mecânicas e elétricas, cuja complexidade técnica, por ocasião das instalações, exige o atendimento às normas e aos órgãos reguladores (peça 116, p. 3);

f) essas instalações, por envolverem complexidade técnica, se enquadram em pequenos serviços de engenharia que por sua natureza deverão ser executados por empresas com experiência no ramo de montagens e instalações, possuindo em seu quadro permanente de funcionários, responsável técnico devidamente registrado no CREA, detentor de acervo técnico, conforme determinação do CREA/Confea, conforme Resoluções 317/1986, 336/1989, e art. 30, § 1º, da Lei 8.666/1993 (peça 116, p. 3);

g) menciona parte da Resolução 218/1973 do Confea, que discrimina as atividades das diferentes modalidades profissionais da engenharia, arquitetura e agronomia, acrescentando que há a exigência de diversos profissionais para a instalação de equipamentos (peça 116, p. 4);

h) nas montagens e instalações de equipamentos elétricos e a gás do tipo industrial, é obrigatória a participação de Responsável Técnico na área elétrica e/ou mecânica, como forma de garantir a eficiência das instalações elétrica, gás, refrigeração (peça 116, p. 4);

i) destaca que a exigência visa garantir a contratação de empresas que possuam know-how no fornecimento e instalação, acrescentando que foram observados os princípios da competitividade e da ampla concorrência, e não houve o intuito de restringir a participação de licitantes ao certame, tanto é que estavam conectados diariamente setenta e seis licitantes (peça 116, p. 4);

j) optou-se pela licitação por item, exigindo-se a apresentação de atestado somente em alguns itens, e não sua totalidade, para não ocorrer restrição à competitividade, sendo que tal exigência se restringiu a itens de maior complexidade, buscando-se evitar eventuais acidentes ou danos por instalações mal executadas (peça 116, pp. 4/5); e

k) nenhuma licitante foi desclassificada por falta de apresentação da documentação referente ao acervo técnico do CREA em nome da empresa, o que demonstra que não houve nenhuma restrição que limitasse ou impedisse a participação de todos os interessados no certame (peça 116, p. 5).

#### Análise:

20. Novamente a unidade jurisdicionada apenas repete os argumentos apresentados em resposta à oitiva prévia e já examinados por esta unidade técnica (peça 40), sendo idênticos à resposta do pregoeiro à impugnação da empresa Engfood Equipamentos e Representações Ltda., sem acrescentar elementos novos que pudessem ser utilizados em sua defesa.





21. *Insiste que, em razão da complexidade de alguns equipamentos e da necessidade de instalação por profissionais capacitados, a exigência já estaria justificada. Entretanto, não respondeu, objetivamente, ao questionamento feito pelo TCU quanto à inserção de exigência de comprovação de capacidade técnica sem amparo legal e em afronta à jurisprudência do TCU.*

22. *Considerando que não foram trazidos aos autos elementos ou esclarecimentos novos ou capazes de modificar o entendimento desta unidade técnica quanto à falta de amparo legal da exigência, ratifica-se a análise realizada na instrução inicial quanto a esse ponto (peça 11, p. 4/6):*

*15. Adentrando nos pontos levantados pela autora, cabe reproduzir o art. 30 da Lei 8.666/1993, que assim dispõe com relação à apresentação de atestados:*

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:*

*I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;*

*16. De se perceber, portanto, que a Lei de Licitações exige que a licitante demonstre possuir registro ou inscrição na entidade profissional competente e sua aptidão para o desempenho das atividades exigidas deverá ser demonstrada por meio de atestado de capacidade técnica, na forma dos incisos I e II do art. 30 da Lei 8666/1993. Apenas quando exigida a capacitação técnico-profissional é que, para comprovação da qualificação do profissional indicada, deverá ser apresentado acervo técnico registrado na entidade profissional competente que comprove sua aptidão para o desempenho das atividades exigidas.*

*17. Adicionalmente, não seria possível que a licitante obtivesse anotação de responsabilidade técnica (ART)/acervo técnico no CREA em seu nome, considerando a vedação contida na Resolução 1.025/2009, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, que proíbe a emissão de certidão de acerto técnico em nome de pessoa jurídica.*

*18. O edital do PE 2/2022, ao prever, no item 9 dos Estudos Preliminares (Apêndice do Anexo I) (peça 4, p 51), na descrição dos itens de 1, 2, 7 a 21, 66, 92, 106 e 107, a apresentação de atestado de capacidade técnica com acervo técnico do CREA, em nome da licitante, afrontou o § 1º, inciso I, do art. 30 da Lei 8.666/1993, bem como a jurisprudência do TCU, como se demonstrará a seguir.*

*19. Em resposta à impugnação, a Unidade Jurisdicionada apresentou, como justificativa para a manutenção da exigência constante dos Estudos Técnicos Preliminares, a necessidade de capacitação dos profissionais que instalarão os equipamentos adquiridos (peça 5). Contudo, conforme consignado nesta instrução, o edital não é claro quanto à*





*necessidade de instalação dos equipamentos. Além disso, a necessidade de qualificação do profissional que será o responsável por eventual instalação dos equipamentos não justifica a exigência de atestado de capacidade técnica com acervo técnico do CREA em nome do licitante, por não haver previsão legal para essa exigência e não ser possível a obtenção dessa documentação.*

*20. Mediante o Acórdão 128/2012-2ª Câmara, relator Ministro José Jorge, o TCU entendeu que, diante da previsão legal e regulamentar, não é possível exigir que as licitantes comprovem sua capacidade técnico-profissional por meio de atestados registrados no CREA e CAU:*

*Acórdão 128/2012-2ª Câmara-TCU, de relatoria do Ministro José Jorge:*

*1.6. Dar ciência à UFRJ de que a inclusão em editais de licitação de exigências de registro de quantidades mínimas e de prazos máximos nos atestados comprobatórios da capacitação técnica profissional constituem irregularidade, tendo em vista a vedação expressa no inciso I, do § 1º, do art. 30 da Lei nº 8.666/1993, configurando restrição ao caráter competitivo da licitação, contrariando, assim, o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 3º, caput, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, alertando-a para o fato de que novas irregularidades semelhantes sujeitam-na às sanções legais cabíveis;*

*1.7. Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011.*

*21. Vale transcrever, também, excerto do Acórdão 205/2017-Plenário, ministro-relator Bruno Dantas, que orienta no mesmo sentido:*

*Acórdão 205/2017-Plenário-TCU, de relatoria do Ministro Bruno Dantas:*

*1.7.1. exigência de registro e/ou averbação de atestado da capacidade técnica-operacional, em nome da empresa licitante, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea, o que não está previsto no art. 30, § 3º, da Lei 8.666/1993, que ampara a exigência do referido atestado, contida no item 8.7.2 do instrumento convocatório, e contraria a Resolução Confex 1.025/2009 e os Acórdãos 128/2012- TCU-2ª Câmara e 655/2016-TCU-Plenário;*

*22. Mais recentemente, o TCU examinou novamente a matéria e, por meio do Acórdão 1.542/2021-Plenário, ministro-relator Marcos Bemquerer, consignou que é irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao CREA, uma vez que o art. 55 da Resolução Confex 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acerto Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. **A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.** (grifos nossos)*

*23. Resta caracterizada, portanto, a irregularidade examinada nesta seção, considerando os incisos I e II, e § 1º, inciso I, do art. 30 da Lei 8666/1993, e em violação à jurisprudência do TCU, em especial os Acórdãos 128/2012-2ª Câmara-TCU, de Relatoria do Ministro José Jorge e 205/2017-Plenário-TCU, de relatoria do Ministro Bruno Dantas.*

**Item 17.2. c) previsão contida no item 1.7 do Termo de Referência quanto à possibilidade de prorrogação da vigência do contrato resultante do PE 2/2022 até o prazo de 60 meses, considerando**



*que o objeto do certame não está relacionado à prestação de serviços de natureza contínua, que admite a prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei 8.666/1993.*

24. Manifestação do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência (peça 116):

a) *alega que utilizou o modelo disponibilizado pela AGU, acrescentando que o item 1.5 do referido modelo faculta ao órgão contratante a prorrogação, com fundamento no art. 57, § 1º, da Lei 8.666/1993 (peça 116, p. 5);*

b) *esclarece que o mencionado dispositivo da lei de licitações não está restrito à prestação de serviços de natureza contínua e que não há menção, no Termo de Referência, ao inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/1993, como considerou esta unidade técnica em instrução anterior (peça 116, p. 5); e*

c) *informa que sua intenção foi a de adquirir materiais permanentes com a duração dos contratos adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, em consonância com o art. 57, caput, da Lei 8.666/1993, acrescentando que tal propósito foi registrado tanto no ETP (apêndice do anexo I) quanto na minuta da Ata (anexo III) (peça 116, p. 6);*

Análise:

25. *A UJ reconheceu a falha no edital, conforme o seguinte trecho de sua resposta à oitiva prévia (peça 17, p. 6):*

*Diante do exposto, observa-se que ocorreu um erro formal no que diz respeito à prorrogação da contratação fundamentada no art. 57, II, da Lei 8.666/1993 para a compra de materiais, já que esse não era o propósito da Administração.*

26. *Tal informação, aliada às duas menções existentes no apêndice do anexo I e no anexo III do edital e mencionada pela UJ, de que não se trata de serviço de natureza continuado e da impossibilidade de prorrogação, respectivamente, revelam que não houve má-fé, mas somente uma falha formal na elaboração do edital do certame.*

27. *Adicionalmente, não se vislumbra prejuízo no caso concreto, uma vez que se trata de contratação por escopo, cujo vínculo contratual se encerrará com a entrega e instalação dos produtos, razão pela qual se deve acatar a justificativa.*

28. *Uma vez que a UJ reconhece o equívoco, torna-se desnecessária a formulação de ciência quanto à irregularidade identificada.*

**Item 17.2. d) desconformidade com as orientações contidas na Instrução Normativa Seges 73/2020 e com indícios de sobrepreço na contratação pretendida.**

29. Manifestação do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência (peça 116):

a) *o custo estimado foi apurado a partir de pesquisa de preços, realizada em conformidade com o disposto no inciso “I e IV” do Pannel de Preços do art. 5º da IN/SEGES/ME 73, de 05/08/2020, cujos parâmetros utilizados foram extraídos através do painel de preços e pesquisa com os fornecedores (peça 116, p. 6);*

b) *o critério empregado para cálculo do valor de referência foi o cálculo da média exposto nas pesquisas de preços constantes do processo administrativo e, como a pesquisa da unidade técnica para os dez itens com os maiores valores estimados demonstrou, os preços de referência dos itens não puderam ser obtidos por meio do painel de preços, nem contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades públicas, mídias e sítios eletrônicos especializados, portais oficiais de referenciamento de custo, sendo inclusive citado na análise que “em alguns casos, seria necessário solicitar orçamento e a resposta levaria tempo para ser encaminhada, o que poderia atrasar sobremaneira a conclusão acerca dos pressupostos para a cautelar pleiteada nesta representação” (peça 116, p. 6); e*



c) em relação aos indícios de sobrepreço, entende-se que não se comprova tal situação, pois na planilha apresentada pela unidade técnica para os dez itens com os maiores valores estimados, observa-se que: 1) o preço obtido na internet para o item 7 se refere a um equipamento com características diferentes das expressas no TR, enquanto no TR o item 7 se trata de Forno Combinado de Cocção Elétrico para 40GN's, o equipamento apresentado pela unidade técnica é um equipamento para 10 GNs, sendo compreensível, neste caso, a divergência entre os valores; 2) para os itens 87 e 120 não foram informadas as páginas da internet com as características e preços dos produtos, não sendo possível verificar se possuem as mesmas especificações dos itens do TR (peça 116, p. 6);

Análise:

30. Inicialmente, se mostra inverídica a afirmação da UJ de que não teriam sido informadas as páginas da internet utilizadas pela Selog para os itens 87 e 120, eis que os documentos foram juntados às peças 37 e 38 destes autos.

31. Com relação ao item 7 do TR, foi utilizado o produto ofertado pela empresa Engefood equipamentos e representações Ltda., produto que estava em fase de análise de proposta.

32. A tabela constante no anexo da instrução à peça 40 foi elaborada em curto espaço de tempo e teve somente o intuito de demonstrar as significativas diferenças entre os valores estimados e os obtidos em consulta a outras fontes, a exemplo da internet e de contratações públicas.

33. Examinando-se os novos argumentos apresentados pela UJ, entende-se configurado o descumprimento às orientações expedidas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, no sentido de que devem ser combinadas diversas fontes quando da elaboração da pesquisa de preços, utilizando, preferencialmente, os custos obtidos nos sistemas oficiais de preços e as contratações similares feitas pela administração pública.

34. A informação dada pela UJ, de que teriam sido utilizados dois parâmetros sugeridos pela IN (painel de preços e pesquisa de preços), sugere que teriam sido empregados, na pesquisa de preços do PE SRP 2/2022, simultaneamente e em todos os itens, os dois parâmetros, contudo, tal entendimento não condiz com a realidade.

35. Excerto da análise anterior (peça 40, p. 16) evidencia como foram obtidos os valores estimados de cada item:

36. Com relação à pesquisa de preços, a UJ afirmou que teriam sido observadas as orientações da IN Seges 73/2020, informação que não foi confirmada pela planilha estimativa de custos anexada à peça 27, p. 7, em que se percebe que:

a) para os itens 1 a 120 foram utilizados tão somente os valores obtidos junto às empresas Proinox Equipamentos Inoxidáveis Eireli, Sinox Comércio Atacadista de Equipamentos e Máquinas Ltda. e Inoxcook Comercial Ltda.;

b) para os itens 121 a 124 foram utilizados o Painel de preços, o Sistema de acompanhamento da Gestão (SAG) e contratações anteriores; e

c) para os itens 125 a 130 foram utilizados apenas os preços obtidos junto às empresas Supramil Comercial Ltda., Cesar & Rocha Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. e Prodoful Importação e Exportação Comércio e Manutenção de Equipamentos em Diagnósticos por imagem Eireli. (grifos nossos)

36. Ou seja, para 126 dos 130 itens que compõem o objeto do PE SRP 2/2022, foi utilizada somente a cotação de preços junto a fornecedores, em evidente afronta à IN Seges/ME 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



37. *A insuficiência de dados na pesquisa de preços viola também a jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 2.816/2014-Plenário, relator Ministro José Mucio, cujo enunciado se reproduz a seguir:*

*É recomendável que a pesquisa de preços para a elaboração do orçamento estimativo da licitação não se restrinja a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, adotando-se, ainda, outras fontes como parâmetro, como contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades públicas, mídias e sítios eletrônicos especializados, portais oficiais de referenciamento de custos.*

38. *Vale ressaltar que os órgãos contratantes possuem o dever legal de planejar suas contratações, elaborando ampla pesquisa de preços, uma vez que o preço estimado norteará o custo final da contratação.*

39. *Registra-se, ainda, que não foram apresentados elementos que indicassem a tentativa de obtenção de referências de preços no painel de preços.*

40. *Em suma, verifica-se que a UJ não apresentou relatório conclusivo sobre a pesquisa de preços, apta a justificar a utilização de somente preços obtidos junto a potenciais fornecedores.*

41. *Considerando que os esclarecimentos prestados somente reforçam a conclusão de ocorrência de falha na pesquisa de preços, com o agravante de não terem sido apresentados elementos que demonstrassem que os preços estimados são compatíveis com os praticados no mercado, resta caracterizada a irregularidade, em razão da violação ao disposto no art. 15, inc. V e §1º, da Lei 8.666/1993; ao art. 5º, inc. IV, do Decreto 7.892/2013 c/c o art. 3º, inc. XI, alínea “a”, do Decreto 10.024/2019; e à IN Seges/ME 73/2020, bem como à jurisprudência do TCU.*

**Item 17.2. e) ausência de previsão da vistoria facultativa no instrumento convocatório.**

42. Manifestação do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência (peça 116):

a) *embora não conste previsão expressa de vistoria facultativa no edital, não houve qualquer impedimento para que as licitantes interessadas pudessem realizar vistorias nas Organizações Militares (OM) para dirimir dúvidas quanto às instalações dos equipamentos, ressaltando que o endereço e os contatos de todas as OM's participantes foram indicados no anexo VII do edital (peça 116, p. 7);*

b) *mais de 80 licitantes participam da licitação e nenhuma solicitou esclarecimento ou qualquer outra informação adicional quanto à necessidade de instalação dos equipamentos, o que denota não restar dúvidas quanto a clareza do edital para os fornecedores, que são os especialistas no objeto a ser fornecido (peça 116, p. 7); e*

c) *dos treze órgãos que participam do processo, doze estão localizados em Brasília e um está localizado em Formosa-GO, não havendo, dessa forma, a necessidade de as licitantes se deslocarem para outros estados, não gerando, com isso, custos adicionais (peça 116, p. 7);*

Análise:

43. *Conforme consignado nesta instrução, caracteriza falha a ausência de previsão expressa, no edital do certame, da possibilidade de realização de vistoria, considerando a necessidade de realização de serviços de instalação de alguns itens em diferentes órgãos que participam da ata. A inexistência de tal possibilidade dificulta a formulação de propostas e, consequentemente, restringe a competitividade do certame e dificulta a seleção da proposta mais vantajosa, em violação ao art. 3º da Lei 8.666/1993.*

44. *O fato de não ter havido impedimento à realização de vistorias para as licitantes que assim desejaram ou mesmo da inexistência de solicitação de esclarecimento adicional relativo às adaptações a serem realizadas nos diversos órgãos não justificam a ausência de tal previsão no*



*instrumento convocatório, medida que poderia auxiliar o dimensionamento dos custos envolvidos e, consequentemente, a formulação de propostas.*

45. *Cumpra ressaltar que o edital define as regras do certame e a clareza de seu texto poderá estimular ou não a participação de empresas do ramo, resultando na ampliação ou na restrição à competitividade e na obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.*

46. *Ainda que os órgãos participantes estejam localizados geograficamente próximos, há a possibilidade de adesão à ARP por qualquer órgão ou ente da Administração Pública, cujas particularidades são desconhecidas pelo licitante, o que poderá resultar no superdimensionamento de sua proposta de preço.*

47. *Resta configurada, portanto, a inobservância ao art. 3º da Lei 8.666/1993, bem como ao princípio da competitividade.*

***Item 17.2. f) recusa de propostas com base exclusivamente em especificações constantes de catálogo ou em consulta ao site do fabricante, sem que fosse dada, à licitante, a oportunidade de demonstrar o atendimento das especificações do edital, por meio da realização de diligências, em afronta ao art. 43 § 3º e à jurisprudência do TCU, Acórdão 1211/2011-Plenário, que não só recomenda a realização de diligências, mas permite a inclusão de novos documentos.***

48. *Manifestação do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência (peça 116):*

*a) foi dado o prazo de 120 minutos para que os licitantes classificados enviassem a proposta de preços atualizada, a planilha de custos e os folders do item. O envio destas documentações era necessário para a verificação do atendimento de todas as exigências contidas no edital, bem como para a análise da exequibilidade das propostas apresentadas (peça 116, p. 7).*

*Análise:*

49. *Constata-se que o órgão contratante possui um entendimento equivocado sobre o conceito de realização de diligência, procedimento previsto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993:*

*Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:*

*(...)*

*§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.*

50. *De acordo com a UJ, a concessão do prazo de 120 minutos para envio da proposta, planilha de custos e folders poderia ser considerada diligência, o que não procede. O objetivo da diligência é esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, cabendo ressaltar que a sua não realização afronta a jurisprudência do TCU, que considera tal medida recomendável, sendo admitida, inclusive, a inclusão de novos documentos, conforme o recente Acórdão 1.211/2021-Plenário, relator ministro Walton Alencar Rodrigues.*

51. *A resposta apresentada pela UJ em resposta à oitiva reforça a conclusão consignada em instrução à peça 40 de que não foram realizadas diligências às licitantes, tendo o condutor do certame abdicado de propostas economicamente mais vantajosas, sem realizar a medida prevista no art. 43, § 3º, da Lei de Licitações.*

52. *Acerca desse ponto, transcreve-se as considerações feitas em instrução prévia (peça 40, p. 15):*





26. A não realização de diligência afronta a jurisprudência do TCU, que considera tal medida recomendável, cabendo mencionar que o Acórdão 1.211/2021-Plenário (Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) vai além, e, admite não só a realização de diligências, mas também a inclusão de novos documentos pelas licitantes.

27. Apesar da faculdade conferida pelo mencionado diploma legal ao pregoeiro, a UJ optou por não enviar mensagem diretamente à licitante, com vistas a esclarecer tal ponto, abdicando de adquirir os fornos industriais descritos nos itens 7 e 8 por preços muito menores do que os que está prestes a contratar. Tal conduta ocorreu em diversos outros itens, como se depreende da leitura das mensagens da sessão pública (peça 38).

28. Adotando o item 7 como exemplo, nota-se que o valor estimado foi de R\$ 304.048,73 e a licitante Aprov Serviços e Representações Ltda. ofertou o valor de R\$ 99.999,00. A justificativa dada para a recusa de sua proposta, segundo o órgão contratante em resposta à oitiva, foi a não apresentação do catálogo do produto e a ausência de indicação do modelo que seria ofertado (peça 39).

29. Na sequência, foram inabilitadas as licitantes Skylab Comercial Hospitalar Ltda. e Inovare Comércio e Planejamento Administrativo Eireli, que haviam apresentado propostas nos valores de R\$ 100.000,00 e R\$ 235.999,83, respectivamente. Novamente, as recusas das propostas foram motivadas por consulta feita à página das fabricantes na internet, que indicariam a inexistência de produto capaz de cumprir as especificações técnicas constantes do edital. (grifos nossos)

53. Resta configurada, portanto, a irregularidade examinada nesta seção, em razão de afronta ao art. 43, § 3º, da lei 8.666/1993 e à jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 1211/2021-Plenário.

**Item 17.2. g) ausência de justificativa para os requisitos mínimos definidos nas especificações técnicas dos produtos, que podem caracterizar direcionamento e/ou restrição indevida à competitividade.**

**Item 17.2. h) ausência, nos ETPs, de levantamento de mercado que demonstre a existência de produtos que atendam as especificações técnicas previstas no edital.**

54. Manifestação do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência (peça 116):

a) as especificações técnicas dos produtos foram definidas com base no Boletim Técnico de boas práticas nutricionais elaborado pela Diretoria de Abastecimento do Exército Brasileiro, conforme anexo II, e também por meio de levantamento de necessidades visando a renovação dos equipamentos já existentes nas OM's gerenciadora e participantes (peça 116, p. 7); e

b) o levantamento das necessidades para a licitação foi realizado com base nas demandas das OM's gerenciadora e participantes, observando-se os equipamentos e materiais já utilizados e outrora já adquiridos pelas OM's, portanto entende-se que, embora não se tenha encontrado aquisições recentes nas ferramentas de pesquisa do portal de compras governamentais, esses produtos podem ser encontrados e atendidos pelo mercado, tendo em vista as aquisições passadas desta e de outras OM's e por constarem nos catálogos de utensílios e equipamentos de rancho da Diretoria de Abastecimento do Exército Brasileiro (peça 116, p. 7);

Análise:

55. O documento “Boletim Técnico de boas práticas nutricionais”, mencionado pela UJ, supostamente apto a demonstrar que foram estabelecidos os requisitos mínimos nas especificações técnicas dos produtos, foi juntado à peça 118 e não tem o condão de afastar a irregularidade.





56. O referido boletim, elaborado por profissional de nutrição, se limita a apresentar informações nutricionais e relaciona, de forma superficial, diversos equipamentos (gabinetes e mesas em inox, carros de transporte, balanças, termômetros, paletes e estantes, refrigeradores, fornos e fogões, entre outros) necessários para o adequado funcionamento da cozinha, sem fazer qualquer menção a especificações técnicas para cada um deles.

57. Percebe-se, também, que a UJ não respondeu ao questionamento relativo ao levantamento de mercado, limitando-se a informar que as especificações técnicas levaram em conta as suas necessidades, o que é bem diferente do que foi questionado.

58. Na prática, a afirmação de que o estudo foi baseado somente em equipamentos adquiridos e utilizados pelas OM's equivale a admitir que o estudo não foi realizado. Tampouco o "Boletim Técnico de boas práticas nutricionais" (peça 118) pode ser considerando um levantamento de mercado.

59. Consta-se, assim, fragilidade nas respostas apresentadas pela UJ, evidenciando a inexistência de estudo prévio contendo as especificações mínimas de cada produto a ser adquirido, falta de planejamento da contratação e possível direcionamento do certame. Tais evidências comprometem a competitividade do certame e dificultam a seleção da proposta mais vantajosa, em violação ao art. 3º da Lei 8.666/1993, e caracterizam afronta ao art. 3º, incisos II e III, da Lei 10.520/2002.

**Item 17.2. i) ausência, nos ETPs, de justificativa para a adesão à ARP por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, em afronta à jurisprudência do TCU (Acórdão 757/2015-Plenário).**

60. Manifestação do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência (peça 116):

a) a justificativa para a permissão de adesão à ARP foi anexada à peça 117.

Análise:

61. Em que pese o documento encaminhado pela UJ ser intitulado "Justificativa para permissão de adesão à Ata SRP", não se identificou em seu texto qualquer justificativa para a permissão de adesões de órgãos e entidade da administração pública à ata de registro de preços. Constam ali somente informações quanto às regras da adesão, bem como as responsabilidades do órgão gerenciador e dos participantes.

62. A inexistência de tal justificativa viola a jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 757/2015-Plenário, relator ministro Bruno Dantas, que assim ensina:

9.3.4. justificativa devidamente motivada para eventual previsão no edital da possibilidade de adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes - art. 9º, inciso III, in fine, do Decreto 7.892/2013;

63. Considerando que a unidade jurisdicionada não foi capaz de justificar a possibilidade de previsão de adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes, resta configurada a irregularidade examinada nesta seção.

**Item 17.3. realizar a oitiva do Hospital Militar de Área de Brasília, do Colégio Militar de Brasília, da Base de Administração do QGEX, do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, do Batalhão Logístico, da Gráfica do Exército, do 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, da Comissão Regional de Obras, da Base de Administração e Apoio do CMP, da Prefeitura Militar de Brasília e do 11º Grupo de Artilharia Antiaérea, com amparo no art. 250, V, do Regimento Interno/TCU, para que, no prazo de quinze dias, se pronunciem quanto às alegações do representante e demais questões levantadas por esta Unidade Técnica.**



64. Manifestação dos órgãos participantes sobre os indícios de irregularidades:

64.1. Hospital Militar de Brasília (peça 110):

a) a manifestação de intenção de participação ocorreu em 12/4/2022, por meio da Intenção de Registro de Pregos (IRP) 2/2022 da UASG 160052 (12RCG), em 17 itens e com base na documentação "modelo" encaminhada pelo órgão gerenciador, via Siasgnet (peça 110, p. 1);

b) em que pese os itens 7, 21 e 84 terem sido apontados com possível sobrepreço, a documentação supracitada não apresentava os questionamentos feitos pelo TCU e o inteiro teor do edital e seus anexos só ocorreu por ocasião da publicação no Diário Oficial da União, de 23 de junho de 2022 (peça 110, p. 1); e

c) não haverá impactos diretos na adoção das determinações emanadas pelo TCU, na hipótese de serem consideradas insuficientes as alternativas apresentadas pelo órgão gerenciador (peça 110, pp. 1-2);

64.2. Base de Administração do QGEX (peça 115):

a) os critérios de aceitação e habilitação constantes do edital são de responsabilidade da Unidade Gestora licitante que, utilizando os modelos fornecidos pela Advocacia-Geral da União (AGU), executa os devidos ajustes com base na lei e, motivadamente, dentro da permissão legal que o poder discricionário lhe possibilita (peça 115, p. 1);

b) a execução das fases de aceitação e habilitação são de competência exclusiva do pregoeiro da Unidade Gestora, não havendo ação das Unidades Gestoras Participantes (peça 115, p. 1); e

c) os preços de referência são definidos pela Unidade Gestora na fase interna do pregão, com a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços e/ou contratações similares feitas pela Administração Pública e/ou mídia especializada e/ou mínimo três fornecedores e/ou pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, empregados de forma combinada ou não, não havendo participação das Unidades Gestoras Participantes no processo (peça 115, pp. 1-2);

d) as necessidades de adequações elétricas e mecânicas são mínimas, relacionadas ao assentamento do equipamento no espaço, ligação com energia e/ou esgoto e rede de gás, como por exemplo, colocar o conector correto ao ponto de luz fornecido. Não se observa nesta exigência, salvo melhor juízo, óbices para a formulação das propostas ou restrição de participação, mas sim a garantia de segurança (contra incêndio, por exemplo), já que muitos equipamentos exigem que a instalação seja feita por profissional com o devido registro em órgão competente (peça 115, p. 2);

e) alguns equipamentos não são materiais comuns existentes no mercado, e sua instalação, manutenção e operação exigem pessoal especializado (peça 115, p. 2);

f) os itens nos quais esta UG participou não se enquadram como contratação de serviço continuado (peça 115, p. 2);

g) quanto às possíveis ações para prevenir/corrigir os procedimentos realizados na referida licitação, entende possível a suspensão imediata do certame até a apresentação e avaliação das justificativas pormenorizadas pelo órgão gerenciador do pregão, principalmente quanto ao procedimento adotado em relação à pesquisa de preço, especificações dos itens e o motivo das desclassificações, o que já foi feito pelo Órgão de Controle Interno da Força (peça 115, p. 2);

h) o retorno da fase ou até mesmo a anulação do certame resultaria na postergação da aquisição ou realização de processo licitatório próprio desta UG para aquisição de equipamentos do Setor de Aprovisionamento (peça 115, p. 2);

i) em virtude da atual oscilação de preços de mercado, antes da efetiva aquisição por intermédio da emissão de nota de empenho, tem por boa prática proceder nova pesquisa de preços, a fim de se certificar que o valor obtido no pregão é o mais vantajoso para a Administração no momento da aquisição (peça 115, p. 2).



**64.3. Comissão de Obras da 11ª Região Militar (peça 122):**

- a) participou dos itens 121, 122, 123, 124 e 125 (peça 122, p. 2);
- b) não participou de item em que houve excesso de exigência quanto à qualificação técnica (peça 122, p. 3);
- c) nos itens que participou, a pesquisa de preços obedeceu a IN/Seges/ME 73/2020, eis que para os itens 121 a 124 foi utilizado o Painel de Preços, o sistema de acompanhamento da gestão (SAG) e contratações anteriores (peça 122, p. 3);
- d) os itens questionados pelo representante não são de sua responsabilidade e não participou da elaboração do Termo de Referência (peça 122, p. 3);
- e) como ação corretiva, sugere que o órgão contratante apresente justificativa técnica, por exemplo, para a exigência de registro no CREA, e, na ausência da justificativa, deveria ser reconhecida a ilegalidade da exigência e excluída do edital (peça 122, p. 3);
- f) uma medida corretiva seria refazer as pesquisas de preços, para verificar se houve eventual falha na estimação dos custos, para ratificar ou retificar os valores do orçamento. Caso exista tal possibilidade, proceder as correções supracitadas e republicar o edital (peça 122, p. 3);
- g) não é participante dos itens em que não foram realizadas diligências e, nos itens que participou, não há impacto, pois ainda não houve contratação (peça 122, p. 3); e
- h) eventual anulação do certame traria impacto no planejamento das aquisições para o ano de 2022, eis que há necessidade de substituição dos equipamentos de ar condicionado e televisão (peça 122, p. 4).

**64.4. Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (peça 123):**

- a) concorda com as justificativas apresentadas pelo 1º Regimento de Cavalaria de Guarda e entende que as falhas cometidas podem ser corrigidas como retorno de fase do certame (peça 123, p. 1);
- b) o retorno de fase teria baixos impactos nas aquisições dos materiais licitados, tendo em vista que não há previsão de chegada de recursos até o encerramento do ano e a anulação do certame teria alto impacto em curto e médio prazo, eis que o planejamento e a realização de um novo certame não seria possível até o início do próximo ano, em que há previsão de chegada de recursos para aquisição dos materiais licitados, de importância para a manutenção das instalações dos refeitórios deste aquartelamento (peça 123, p. 2);

**64.5. Prefeitura Militar de Brasília (peça 124):**

- a) não se pronunciará quanto às irregularidades, já que apenas manifestou sua intenção em aderir à ata, sem ter sido realizada nenhuma contratação resultante do certame. Entende dispensável, neste momento, prestar maiores esclarecimentos sobre os fatos narrados a respeito do Pregão Eletrônico 2/2022 do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (peça 124, p. 1);

**64.6. Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Planalto (peça 125):**

- a) na qualidade de órgão participante, se restringiu a formalizar os atos necessários à sua inclusão no registro de preços (peça 125, p. 1);
- b) as irregularidades identificadas no certame licitatório, em que pese estejam inequivocamente demonstradas, não inviabilizam a decisão pelo retorno de fase do certame que possibilite suas correções, inclusive, quanto à exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica com acervo técnico do CREA em nome da licitante, para que seja substituída pela comprovação execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes de que trata a Súmula 263 do TCU (peça 125, p. 2);
- c) é pertinente a implementação da hipótese descrita na letra "a.2", do subitem 17.5, da proposta de encaminhamento, no sentido do "retorno de fase do certame (para a realização das diligências necessárias às licitantes que tiveram suas propostas recusadas com base exclusivamente em especificações constantes de catálogo ou em consulta ao site do fabricante, sem que fosse dada, à



empresa, a oportunidade de demonstrar o atendimento das especificações do edital), aliada à comprovação da vantajosidade dos preços obtidos em relação aos praticados no mercado” (peça 125, p. 2); e

d) os princípios da instrumentalidade das formas e do formalismo moderado que fundamentam o processo administrativo federal e que contribuíram para a construção das decisões proferidas nos Acórdãos TCU 1.211/2021 e 966/2022, ambos do Plenário, alicerçam o aproveitamento dos atos regulares e o retorno do certame à fase anterior aos atos irregulares praticados, no intuito de possibilitar que sejam sanadas as irregularidades elencadas nas letras “a” a “i”, do subitem 17.2., a despeito da dificuldade em se solucionar a questão atinente à regularização da pesquisa de preços com o disposto na IN SEGES/ME 73/2020 e a eventual necessidade de readequação de preços de itens do objeto do certame que, porventura, possam advir daquela regularização (peça 125, p. 2).

Análise:

65. Inicialmente, registra-se que somente seis órgãos participantes se manifestaram nos autos. Os demais se mantiveram silentes, apesar de terem recebido os ofícios expedidos pelo TCU.

66. Os esclarecimentos prestados não são capazes de modificar as conclusões aqui consignadas, valendo ressaltar que assiste razão aos órgãos participantes quando afirmam que as irregularidades identificadas por esta unidade técnica, a exemplo da falha na pesquisa de preços e na inserção de exigências sem amparo legal, estão relacionadas ao planejamento e à elaboração do edital do certame, de responsabilidade do gerenciador e não dos participantes.

**Item 17.4. diligenciar o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, com fundamento nos artigos 157 e 187 do Regimento Interno deste Tribunal, para que, no prazo de quinze dias, encaminhe cópia dos seguintes documentos e/ou esclarecimentos: a) levantamento de mercado que demonstre a existência de equipamentos que atendam as especificações técnicas inseridas no edital, com vistas a afastar o risco de direcionamento do certame.**

67. Manifestação do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência (peça 116):

a) existem diversas marcas e fabricantes de equipamentos de cozinhas industriais que atendem as características de equipamentos robustos. As especificações constantes do TR visam garantir uma qualidade e longevidade dos equipamentos, evitando desta forma desperdícios com a compra de produtos de baixa qualidade (peça 116, p. 8); e

b) os fogões, chapas, frigideiras basculantes, fritadeiras, caldeirões industriais, mesas, estantes, e armários construídos em aço inoxidável AISI 304 são produzidos por diversos fabricantes, entre eles: Tramontina, Macom, Elvi e Topema (peça 116, p. 8);

Análise:

68. Nota-se que a UJ se limitou a informar a existência de diversos fabricantes de equipamentos de cozinha industrial, sem apresentar elementos que comprovem a sua afirmação, a exemplo de um levantamento de mercado, contendo informações pormenorizadas dos equipamentos oferecidos no mercado e aptos a atender sua demanda, com os requisitos estabelecidos no edital.

69. Cumpre ressaltar que em momento algum esta unidade técnica questionou a importância de se adquirir produtos de qualidade, mas solicitou a apresentação do estudo que comprovasse que existem, no mercado, equipamentos de diferentes marcas que atendam às especificações técnicas contidas no edital do certame.

70. Diante da fragilidade da resposta apresentada, entende-se que não foi atendida a diligência. Constata-se, ainda, falta de planejamento da contratação, o que resulta na dificuldade em selecionar a proposta mais vantajosa, em violação ao art. 3º da Lei 8.666/1993, bem como ao art. 3º,



II, da Lei 10.520/2022, que prevê que veda especificações que, por excessivas irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

71. Manifestação do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência (peça 116):

a) tendo em vista os apontamentos feitos pela unidade técnica, o condutor do pregão, buscando pela primazia da realização do processo licitatório, irá retornar à fase inicial de análise de propostas para todos os itens a fim de realizar novas diligências aos licitantes vencedores, dando oportunidade para que os mesmos apresentem as documentações necessárias para a verificação do atendimento de todas as exigências contidas no edital, bem como para a análise da exequibilidade das propostas apresentadas (peça 116, p. 8).

Análise:

72. A medida sugerida pelo órgão contratante, no sentido de retornar à fase de análise de propostas para todos os itens a fim de realizar novas diligências aos licitantes vencedores, **só poderia ser aceita se, conjuntamente, tivesse sido demonstrada a vantajosidade dos preços obtidos em relação aos praticados no mercado, o que não ocorreu no caso concreto, conforme consignado nesta instrução.**

73. Desse modo, considerando todo o conjunto de irregularidades, notadamente quanto à falta de clareza no edital quanto às instalações necessárias, falta de previsão de vistoria facultativa, ausência de justificativa nos ETP para permitirem as adesões, pesquisa de preços feita em desconformidade com a IN Seges 73/2020 e com indício de sobrepreço, desclassificações sucessivas sem a realização de diligências, ausência de comprovação de que as especificações dos produtos são as mínimas necessárias e que poderiam ser atendidas pelo mercado e exigência de atestado registrado no CREA em nome da licitante, entende-se como medida mais adequada a anulação do certame.

74. Desse modo, conclui-se pela procedência parcial da presente representação, devendo-se determinar a anulação do certame e dar ciência à unidade jurisdicionada das irregularidades constatadas, de modo a evitar a sua ocorrência em licitações futuras.

#### **PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

76. Em virtude do exposto, propõe-se:

76.1. **conhecer da representação**, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

76.2. no mérito, considerar a presente representação **procedente**;

76.3. **determinar** ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência, com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução – TCU 315/2020, que, no prazo de trinta dias, adote providências quanto aos itens abaixo, e informe ao TCU os encaminhamentos realizados:

a) anulação do certame, considerando todo o conjunto de irregularidades constatadas, notadamente quanto à descrição incompleta do objeto licitatório quanto às instalações necessárias, falta de previsão de vistoria facultativa, ausência de justificativa nos ETP para permitirem as adesões, pesquisa de preços feita em desconformidade com a IN Seges 73/2020, desclassificações sucessivas sem a realização de diligências, ausência de comprovação de que as especificações dos produtos são as mínimas necessárias e que poderiam ser atendidas pelo mercado e exigência de atestado de capacidade técnica com acervo técnico registrado no CREA em nome da licitante;

76.4. **dar ciência** ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, sobre as seguintes falhas identificadas no Pregão Eletrônico para





*Registro de Preços 2/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:*

*a) descrição incompleta do objeto licitatório, uma vez que não consta da descrição do objeto e do termo de referência qualquer menção à necessidade de instalação de equipamentos, não há qualquer detalhamento sobre quais adequações elétricas e mecânicas seriam necessárias, em afronta ao art. 3º, inciso II, da Lei 10.520/2002, o que dificulta a formulação de propostas e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, situação agravada pela participação de outras doze organizações militares na licitação, que não devem possuir uniformidade de necessidades de adequações elétricas e mecânicas para instalação dos equipamentos;*

*b) ausência de previsão de vistoria às instalações das organizações militares participantes do certame no instrumento convocatório, ante a informação de que todas as adaptações elétricas e mecânicas necessárias à instalação dos equipamentos seriam de responsabilidade do licitante, de forma a permitir a obtenção de informações necessárias à formulação de propostas, em afronta ao previsto no art. 30, inciso III, da Lei 8.666/1993;*

*c) ausência de justificativa nos ETP para permitir adesões à ata de registro de preços por outros órgãos e entidades da administração pública, em afronta à jurisprudência do TCU (Acórdão 757/2015-Plenário);*

*d) pesquisa de preços realizada exclusivamente junto a potenciais fornecedores, sem que tenha sido comprovada a impossibilidade de obtenção de preços praticados em contratações semelhantes por outros órgãos da Administração Pública, em desconformidade com o art. 5º, § 1º da IN Seges 73/2020;*

*e) recusa de propostas com base exclusivamente em especificações constantes de catálogo ou em consulta ao site do fabricante, sem que fosse dada, à licitante, a oportunidade de demonstrar o atendimento das especificações do edital, por meio da realização de diligências, em afronta ao art. 43 § 3º, da Lei 8.666/1993, e à jurisprudência do TCU, Acórdão 1211/2021-Plenário, que não só recomenda a realização de diligências, mas permite a inclusão de novos documentos;*

*f) ausência de comprovação de que as especificações dos produtos são as mínimas necessárias e que poderiam ser atendidas pelo mercado, o que afronta os artigos 3º, § 1º, inc. I, e 7º, § 5º, ambos da Lei 8.666/1993; e*

*g) exigência de atestado de capacidade técnica com acervo técnico registrado no CREA em nome da licitante, em violação ao, art. 30, incisos I e II, e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, e à jurisprudência do TCU.*

76.5. **informar** ao 1º Regimento de Cavalaria de Guarda e ao representante do acórdão que vier a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos); e

76.6. **arquivar** os presentes autos, nos termos do art. 169, V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de que a Selog monitore a determinação supra.”

2. É o Relatório.





## VOTO

Conforme descrito no relatório precedente, trata-se de representação, com pedido de adoção de medida cautelar, apresentada pela empresa Prequip Comercial de Equipamentos Eireli, referente a ocorrências no Pregão Eletrônico 2/2022, promovido pelo 1º Regimento de Cavalaria de Guardas – Dragões da Independência em Brasília/DF, tendo por objeto a aquisição de material permanente para a Organização Militar e outras doze unidades, com valor estimado de R\$ 38.572.136,33 (peça 4, p. 17).

2. Ao examinar preliminarmente a matéria, a então Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas promoveu a oitiva prévia e diligência junto ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, para que se manifestasse em relação às alegações do representante e outras questões levantadas pela unidade técnica, que foram analisadas na instrução à peça 40. A Selog propôs então a adoção de medida cautelar para suspensão do certame impugnado, bem como a oitiva da unidade jurisdicionada a respeito das falhas encontradas no edital.

3. O então relator do processo, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, por meio de Despacho datado de 10/9/2022, face à suspensão voluntária do certame pela administração militar (peças 43-45), considerou prejudicada a proposta de cautelar e autorizou as medidas visando ao saneamento do processo (peça 46).

4. Em decorrência, a unidade técnica promoveu a oitiva do 1º RCG, bem como oportunizou aos gestores das demais organizações militares que apresentassem sugestões de ações corretivas passíveis de serem tomadas para prevenir ou corrigir os indícios de irregularidades detectados, em atenção à construção participativa das deliberações deste Tribunal, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 315/2020. As unidades diligenciadas foram: 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, Hospital Militar de Área de Brasília, Colégio Militar de Brasília, Base de Administração do QGEX, Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, Batalhão Logístico, Gráfica do Exército, 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, Comissão Regional de Obras, Base de Administração e Apoio do CMP, Prefeitura Militar de Brasília e 11º Grupo de Artilharia Antiaérea (peças 55-83).

5. Após analisar os argumentos apresentados pelos gestores, a Selog produziu a derradeira instrução transcrita no relatório precedente. A unidade técnica propõe o conhecimento da representação e, no mérito, a anulação do certame, em decorrência de irregularidades detectadas no Pregão Eletrônico 2/2022 – as quais alvitra que seja dada ciência ao 1º RCG –, a saber (peça 126, p. 22):

a) descrição incompleta do objeto licitatório, uma vez que não consta da descrição do objeto e do termo de referência qualquer menção à necessidade de instalação de equipamentos, não há qualquer detalhamento sobre quais adequações elétricas e mecânicas seriam necessárias, em afronta ao art. 3º, inciso II, da Lei 10.520/2002, o que dificulta a formulação de propostas e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, situação agravada pela participação de outras doze organizações militares na licitação, que não devem possuir uniformidade de necessidades de adequações elétricas e mecânicas para instalação dos equipamentos;

b) ausência de previsão de vistoria às instalações das organizações militares participantes do certame no instrumento convocatório, ante a informação de que todas as adaptações elétricas e mecânicas necessárias à instalação dos equipamentos seriam de responsabilidade do licitante, de forma a permitir a obtenção de informações necessárias à formulação de propostas, em afronta ao previsto no art. 30, inciso III, da Lei 8.666/1993;

c) ausência de justificativa nos ETP para permitir adesões à ata de registro de preços por outros órgãos e entidades da administração pública, em afronta à jurisprudência do TCU (Acórdão 757/2015-Plenário);

d) pesquisa de preços realizada exclusivamente junto a potenciais fornecedores, sem que tenha



sido comprovada a impossibilidade de obtenção de preços praticados em contratações semelhantes por outros órgãos da Administração Pública, em desconformidade com o art. 5º, § 1º da IN Seges 73/2020;

e) recusa de propostas com base exclusivamente em especificações constantes de catálogo ou em consulta ao site do fabricante, sem que fosse dada, à licitante, a oportunidade de demonstrar o atendimento das especificações do edital, por meio da realização de diligências, em afronta ao art. 43 § 3º, da Lei 8.666/1993, e à jurisprudência do TCU, Acórdão 1211/2021-Plenário, que não só recomenda a realização de diligências, mas permite a inclusão de novos documentos;

f) ausência de comprovação de que as especificações dos produtos são as mínimas necessárias e que poderiam ser atendidas pelo mercado, o que afronta os artigos 3º, § 1º, inc. I, e 7º, § 5º, ambos da Lei 8.666/1993; e

g) exigência de atestado de capacidade técnica com acervo técnico registrado no CREA em nome da licitante, em violação ao, art. 30, incisos I e II, e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, e à jurisprudência do TCU.

6. Exposta a matéria, passo a deliberar.

7. O motivo ensejador da presente representação foi a verificação, por parte de uma das licitantes, de indícios de irregularidade quanto às exigências editalícias para a qualificação técnica da empresa fornecedora dos itens do Pregão Eletrônico 2/2022. Conforme previsão do Anexo I do Edital, para 21 dos 130 itens em disputa, deveriam ser apresentados certidão de registro da empresa no CREA e atestado de capacidade técnica emitido pela entidade de profissionais de engenharia. A exigência ateuve-se aos itens de números 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 66, 92, 106 e 107 do edital (peça 1, p. 4).

8. Compulsando a documentação do certame (peça 4, p. 51-100), verifico que os itens correspondem a equipamentos para cozinhas industriais, a eletricidade ou à gás, tais como fritadeiras, fornos, caldeirões, chapas, coifas, máquinas de lavar louça e câmaras frigoríficas.

9. Questionada acerca da possível infringência aos incisos I e II, e § 1º, inciso I, do art. 30 da Lei 8666/1993, que balizam as exigências quanto à qualificação técnica, a organização militar que promove o certame aduziu que (peça 116, p. 2):

O item 6 do Estudo Técnico Preliminar descreve a seguinte informação:

“6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, ocorrerem serão de responsabilidade da empresa vencedora”. (g. n.)

Conforme acima colacionado, pode-se deduzir que os custos com as instalações dos equipamentos de alta complexidade serão de responsabilidade da licitante vencedora. Outro ponto a ressaltar é que não houve impedimento para que as licitantes interessadas pudessem realizar vistorias nas instalações para dirimir dúvidas quanto às instalações dos objetos, mesmo que este procedimento não estivesse expresso no Edital.

10. Sobre o assunto, a Selog consignou que o edital não é claro quanto à necessidade de instalação dos equipamentos. Em acréscimo, a necessidade de qualificação do profissional que será o responsável por eventual instalação dos equipamentos não justifica a exigência de atestado de capacidade técnica com acervo técnico do CREA em nome do licitante, por não haver previsão legal para essa exigência (peça 126, p. 10). A unidade técnica constatou ainda que, para os 21 itens que apresentam a exigência, quinze tiveram propostas recusadas e licitantes inabilitadas, tendo como justificativa o não envio da documentação solicitada pelo pregoeiro (peça 11, p. 6).

11. No tocante a esse ponto, **adiro integralmente ao entendimento esposado pela unidade instrutiva**. Constatado que o edital e seus anexos não se apresentam suficientemente claros aos licitantes quanto à obrigatoriedade de instalação de alguns dos itens licitados, principalmente por que se encontram baralhados com outros produtos que deverão ser apenas fornecidos. A lista do Pregão



Eletrônico 2/2022 inclui mobiliário para refeitórios, televisores, aparelhos de ar condicionado e também outros equipamentos elétricos de grande porte para cozinha, mas para os quais não há a exigência de registro da empresa licitante no CREA.

12. A jurisprudência do TCU prevê a possibilidade de licitação conjunta de fornecimento de equipamentos e respectiva instalação para objetos de menor especialização técnica, desde que o órgão contratante demonstre, por meio de estudos preliminares, que a segregação da compra traria prejuízos aos fins pretendidos e de que a aquisição conjunta seria efetivamente a mais adequada em termos técnicos e econômicos. Nesse sentido são os Acórdãos 1.214/2013-Plenário, relator Ministro Aroldo Cedraz; 1.403/2016-Plenário, relator Ministro Bruno Dantas; e 1.134/2017-2ª Câmara, relator Ministro André Luís de Carvalho.

13. No caso concreto, ressalto que a irregularidade não está na contratação conjunta de fornecimento e instalação, mas na falta de detalhamento dos serviços pretendidos. Tais equipamentos poderiam ser objetos de uma licitação específica, com maior esclarecimento das condições de aceitação dos itens que deverão ser instalados pela empresa vencedora do certame.

14. Em relação à previsão contida no item 1.7 do Termo de Referência, de possibilidade de prorrogação da vigência do contrato resultante do PE 2/2022 até o prazo de 60 meses, acompanho o parecer da área técnica do TCU. De fato, o objeto do certame não está relacionado à prestação de serviços de natureza contínua, que admite a prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei 8.666/1993, logo o dispositivo editalício não encontra amparo legal. Destaco que a própria unidade jurisdicionada reconheceu a falha formal na elaboração do edital do certame (peça 17, p. 6).

15. Ressalvados esses pontos sobre os quais vislumbro maior gravidade e que devem ser objeto de tratamento específico no certame, entendo que as demais irregularidades apontadas pela Secretaria do TCU não devem obstar a continuidade do pregão, que se encontra suspenso por iniciativa da própria administração militar.

16. Relembro que a irregularidade de exigência de qualificação indevida se restringe a 21 dentre os 130 itens que integram o processo licitatório, ou seja, uma minoria. Ademais, consta que mais de 80 empresas demonstraram interesse e estão participando do pregão, o que tende a mitigar eventuais falhas nos procedimentos de pesquisa prévia de preço. Além disso, há de se ponderar que o completo desfazimento e o reinício do processo licitatório geram custos para a Administração, de prazo e de oportunidade.

17. Assim, dissinto da proposta de anulação integral do certame, conforme alvitrado pela Selog e entendo cabíveis medidas corretivas no caso *sub examine*. De toda forma, julgo também oportuno dar ciência das irregularidades detectadas, de forma a evitar futuras irregularidades de mesma natureza.

18. Ante o exposto, VOTO para considerar a representação procedente e determinar ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas que adote as providências necessárias para a anulação dos itens 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 66, 92, 106 e 107 do Pregão Eletrônico 2/2022, ou, alternativamente, exclua a exigência de apresentação certidão de registro e atestado técnico da empresa emitido pelo CREA e retorne à fase de apresentação de propostas para tais itens, comunicando previamente a decisão aos licitantes, conforme minuta de Acórdão que apresento.

TCU, Sala das Sessões, em 15 de fevereiro de 2023.

ANTONIO ANASTASIA  
Relator



## ACÓRDÃO Nº 253/2023 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 013.063/2022-7.
2. Grupo II – Classe de Assunto: VII – Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
  - 3.1. Interessado: Centro de Controle Interno do Exército.
4. Órgão/Entidade: 1º Regimento de Cavalaria de Guardas.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
8. Representação legal: não há

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 2/2022, promovido pelo 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, tendo por objeto a aquisição de material permanente para a Organização Militar e outras doze unidades;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

9.2. no mérito, considerar a presente representação procedente;

9.3. determinar ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas que, no prazo de trinta dias, adote as providências necessárias para a anulação dos itens 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 66, 92, 106 e 107 do Pregão Eletrônico 2/2022, ou, alternativamente, exclua a exigência de apresentação de certidão de registro e atestado técnico da empresa licitante emitido pelo CREA e retorne à fase de apresentação de propostas para tais itens, comunicando previamente a decisão aos licitantes, e informe ao TCU os procedimentos adotados, no mesmo prazo;

9.4. dar ciência ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes irregularidades identificadas no Pregão Eletrônico 2/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

9.4.1. descrição incompleta do objeto licitatório, uma vez que não consta da descrição do objeto e do termo de referência qualquer menção à necessidade de instalação de equipamentos, não há qualquer detalhamento sobre quais adequações elétricas e mecânicas seriam necessárias, em afronta ao art. 3º, inciso II, da Lei 10.520/2002, o que dificulta a formulação de propostas e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, situação agravada pela participação de outras doze organizações militares na licitação, que não devem possuir uniformidade de necessidades de adequações elétricas e mecânicas para instalação dos equipamentos;

9.4.2. ausência de previsão de vistoria às instalações das organizações militares participantes do certame no instrumento convocatório, ante a informação de que todas as adaptações elétricas e mecânicas necessárias à instalação dos equipamentos seriam de responsabilidade do licitante, de forma a permitir a obtenção de informações necessárias à formulação de propostas, em afronta ao previsto no art. 30, inciso III, da Lei 8.666/1993;

9.4.3. ausência de justificativa nos ETP para permitir adesões à ata de registro de preços por outros órgãos e entidades da administração pública, em afronta à jurisprudência do TCU (Acórdão 757/2015-Plenário);





9.4.4. pesquisa de preços realizada exclusivamente junto a potenciais fornecedores, sem que tenha sido comprovada a impossibilidade de obtenção de preços praticados em contratações semelhantes por outros órgãos da Administração Pública, em desconformidade com o art. 5º, § 1º da IN Seges 73/2020;

9.4.5. recusa de propostas com base exclusivamente em especificações constantes de catálogo ou em consulta ao site do fabricante, sem que fosse dada, à licitante, a oportunidade de demonstrar o atendimento das especificações do edital, por meio da realização de diligências, em afronta ao art. 43 § 3º, da Lei 8.666/1993, e à jurisprudência do TCU, Acórdão 1211/2021- Plenário, que não só recomenda a realização de diligências, mas permite a inclusão de novos documentos; e

9.5. dar ciência deste Acórdão, bem como do voto e do relatório que o acompanham, ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, informando que o inteiro teor pode ser consultado no endereço [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos).

10. Ata nº 6/2023 – Plenário.

11. Data da Sessão: 15/2/2023 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0253-06/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

BRUNO DANTAS  
Presidente

(Assinado Eletronicamente)

ANTONIO ANASTASIA  
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA  
Procuradora-Geral



GRUPO I – CLASSE VII – Plenário

TC 002.911/2024-8

Natureza: Representação.

Unidade Jurisdicionada: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Representante: Zero Grau Indústria e Comércio Ltda. (00.834.971/0001-37).

Representação legal: Gabriel Eduardo Arndt, representando o Zero Grau Indústria e Comércio Ltda.

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO DE LICITANTE. CONHECIMENTO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR **INAUDITA ALTERA PARTE**. OITIVA PRÉVIA. PROCEDÊNCIA. COMPROMISSO DO ÓRGÃO PARA ANULAÇÃO DOS ATOS IRREGULARES. DETERMINAÇÃO.

## RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução lavrada por auditor da Unidade de Auditoria Especializada em Contratações, transcrita a seguir (peça 27), que contou com a anuência do corpo diretivo daquela unidade (peças 28 e 29).

**“INTRODUÇÃO**

1. *Trata-se de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no pregão - SRP 49/2023 sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, com valor estimado de R\$ 11.845.948,00, cujo objeto é: contratação de empresa para fornecimento, por Sistema de Registro de Preços, de equipamentos e materiais destinados à estruturação das cadeias produtivas de aquicultura e pesca na área de atuação da Codevasf no Estado do Pará.*

2. *Seguem abaixo informações adicionais sobre o certame:*

- a) *Situação: Homologado (peça 7).*
- b) *Valor homologado: R\$ 9.266.767,24 (peça 8).*
- c) *A ata de registro de preços decorrente da licitação foi assinada.*
- d) *Ainda não houve assinatura do contrato decorrente da licitação.*
- e) *Não houve pedido de impugnação do edital*

**HISTÓRICO**

3. *O representante alegou, em suma, a ocorrência das seguintes irregularidades (peça 1):*

a) *ter sido injustamente inabilitado para os itens 13 e 14 do PE – SRP 49/2023 devido a um suposto equívoco da comissão julgadora, que não reconheceu a validade de seus atestados de capacidade técnica.*

4. *A instrução inicial (peças 16-18) avaliou como admissível a representação, destacando o risco de não selecionar a proposta mais vantajosa devido ao possível excesso de formalismo na análise das qualificações técnicas.*

5. *Neste contexto, propôs o deferimento do pedido de medida cautelar, diante da presença dos pressupostos do perigo da demora e da plausibilidade jurídica, a solicitação de comentários dos gestores no âmbito da construção participativa das deliberações do Tribunal, e a oitiva da Codevasf para esclarecer as circunstâncias em torno da inabilitação indevida da Zero Grau, especialmente considerando a confusão com o atestado de capacidade técnica emitido pela ZGS Importações e Comércio Eireli (CNPJ: 19.680.004/0001-96), e a subsequente adjudicação do objeto à empresa*





*Menchini Continental Ltda. (CNPJ: 37.486.551/0001-17), que apresentou propostas com valores substancialmente superiores.*

6. No despacho referente à medida cautelar (peça 19), o Ministro Relator decidiu não seguir a proposta de deferimento apresentada por esta Unidade Técnica (UT). Em vez disso, ele ordenou que fosse realizada uma oitiva prévia com a Codevasf para proporcionar esclarecimentos adicionais que ajudassem na formação de um julgamento mais fundamentado, respeitando os princípios da ampla defesa, do contraditório, da segurança jurídica e da autotutela administrativa.

7. A oitiva prévia da Codevasf foi formulada nestes termos, no que se refere às irregularidades em questão (peça 16, p. 5):

21.3. a) inabilitação indevida da Zero Grau Indústria e Comércio Ltda nos itens 13 e 14 do PE - SRP 49/2023, uma vez que, contrariamente ao que foi interpretado pelo pregoeiro, que sugeriu que a representante teria fornecido um atestado de capacidade técnica emitido por si mesma, o documento em questão foi, de fato, expedido pela ZGS Importações e Comércio Eireli (CNPJ: 19.680.004/0001-96), assim como sobre a subsequente adjudicação do objeto à empresa Menchini Continental, que ofertou para administração objetos fabricados pela licitante inabilitada por valores substancialmente superiores, surgindo a possibilidade da contratação não assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, em afronta ao art. 31 da Lei 13.303/2016;

8. Promovida a **oitiva prévia** quanto às alegações do representante e demais questões levantadas por esta Unidade Técnica, passa-se a analisar as respostas apresentadas, tópico a tópico, conforme transcrição/contextualização a seguir.

#### **EXAME TÉCNICO**

##### **1. Análise dos pressupostos para adoção de medida cautelar**

9. Consoante o art. 276 do Regimento Interno/TCU, o Relator poderá, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao Erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, determinando a suspensão do procedimento impugnado, até que o Tribunal julgue o mérito da questão. Tal providência deverá ser adotada quando presentes os pressupostos da plausibilidade jurídica e do perigo da demora.

##### **1.1. Perigo da demora**

10. Está afastado o pressuposto do perigo da demora, pois a Codevasf em sua resposta à oitiva decidiu pela possibilidade de reversão da inabilitação indevida, mediante decisão deste Tribunal (peça 24, p. 10), ou seja, deixou implícito que aguarda a decisão deste Tribunal para prosseguimento da contratação.

##### **1.2. Perigo da demora reverso**

11. Quanto ao perigo da demora reverso, está afastada a presença do pressuposto por o serviço/bem não ser essencial ao funcionamento das atividades da unidade jurisdicionada.

##### **1.3. Plausibilidade jurídica**

2. Foram encaminhados em 1/4/2024 e 9/4/2024 ofícios de oitiva prévia à Unidade Jurisdicionada (peça 20) e à sociedade empresarial Menchini Continental Ltda (peça 22) acerca dos indícios de irregularidades apontados nesta representação e para a obtenção de informações adicionais àquelas já existentes nestes autos. Em resposta, a Unidade Jurisdicionada apresentou os documentos acostados às peças 23 e 24, e a sociedade empresarial Menchini Continental Ltda não respondeu à oitiva prévia. Segue a análise dos pontos questionados.

**Item 21.3 a: inabilitação indevida da Zero Grau Indústria e Comércio Ltda nos itens 13 e 14 do PE - SRP 49/2023, uma vez que, contrariamente ao que foi interpretado pelo pregoeiro, que sugeriu que a representante teria fornecido um atestado de capacidade técnica emitido por si mesma, o documento em questão foi, de fato, expedido pela ZGS Importações e Comércio Eireli (CNPJ: 19.680.004/0001-96), assim como sobre a subsequente adjudicação do objeto à empresa Menchini Continental, que ofertou para administração objetos fabricados pela licitante inabilitada por valores substancialmente superiores, surgindo a possibilidade da contratação não assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, em afronta ao art. 31 da Lei**



13.303/2016;

Fundamento legal ou jurisprudencial: arts. 8º, inciso XII, alínea 'h'; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; art. 56, § 2º; art. 31, caput, da Lei 13.303/2016

Contextualização:

13. No contexto do Pregão Eletrônico 49/2023 conduzido pela Codevasf, a controvérsia surgiu de um recurso interposto pela Menchini Continental Ltda. (CNPJ: 37.486.551/0001-17), que foi acolhido pelo pregoeiro após a habilitação inicial da Zero Grau no certame. O recurso questionava a comprovação de capacidade técnica da Zero Grau, alegando que o atestado de qualificação técnica apresentado era emitido por uma empresa privada sem nota fiscal de venda correspondente ou qualquer outra evidência que corroborasse a capacidade técnica requerida. Apesar da falta de nota fiscal direcionada à empresa emitente do atestado, a Zero Grau anexou outras 36 notas fiscais de fornecimento a diversas empresas diferentes.

14. Em resposta à objeção, o pregoeiro realizou diligência, solicitando à Zero Grau a apresentação de um atestado condizente com as notas fiscais já submetidas, considerando que essas notas fiscais representavam fato preexistente e não introduziam novo fato ao processo. A decisão subsequente alegou que a Zero Grau apresentou um atestado emitido por si mesma, declarando fornecimentos à ZGS Importações e Comércio Eireli, o que, segundo o pregoeiro, contrariava as exigências editalícias. Argumentou-se que o atestado deveria ser fornecido pela empresa beneficiária dos equipamentos, confirmando a conformidade dos produtos com as especificações técnicas requeridas.

15. O representante, Zero Grau Indústria e Comércio Ltda, contestou sua inabilitação alegando possuir experiência comprovada no fornecimento das máquinas de gelo especificadas no edital. Argumentou que a Codevasf o inabilitou sem considerar adequadamente o atestado de capacidade técnica e as notas fiscais apresentadas.

Manifestação da Unidade Jurisdicionada sobre o indício de irregularidade:

16. A Codevasf esclareceu as razões para a inabilitação da Zero Grau Indústria e Comércio Ltda e a subsequente adjudicação à Menchini Continental Ltda. A resposta detalha que a Zero Grau foi inicialmente habilitada, mas a Menchini Continental interpôs um recurso questionando a capacidade técnica da Zero Grau devido à ausência de notas fiscais que comprovassem o atestado de qualificação técnica apresentado. Em diligência, o pregoeiro solicitou à Zero Grau um atestado condizente com as notas fiscais, e a empresa forneceu um atestado emitido pela ZGS Importações e Comércio Eireli, datado após a abertura da sessão pública. Este documento foi considerado novo e, portanto, inadequado, resultando na inabilitação da Zero Grau.

17. Foi justificado que a decisão de inabilitação foi tomada para manter a integridade do processo licitatório e garantir isonomia entre os licitantes. A Zero Grau foi desclassificada por não cumprir os requisitos técnicos conforme estabelecido no edital. A empresa Menchini Continental, apesar de sua proposta mais cara, foi adjudicada por cumprir formalmente as exigências do edital. Além disso, a Codevasf destacou que a Menchini Continental apresentou um atestado com data prévia à sessão pública, enquanto o atestado da Zero Grau era posterior, que comprometeria o tratamento isonômico caso fosse aceito.

Análise:

18. Este Tribunal entende que a vedação à inclusão de documentos que deveriam estar originalmente na proposta, conforme o art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se limitar aos documentos que o licitante não possuía materialmente no momento da licitação. Se o documento ausente se referir a uma condição já atendida pelo licitante ao apresentar sua proposta, mas não foi entregue junto com os outros comprovantes de habilitação ou da proposta por erro ou falha, ele deve ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

19. Isso porque permitir a juntada de documentos que apenas comprovem uma condição pré-existente à abertura da sessão pública não fere os princípios de isonomia e igualdade entre os licitantes. Pelo contrário, a desclassificação do licitante sem a oportunidade de corrigir os



documentos de habilitação resulta em um objetivo dissociado do interesse público, prevalecendo o processo sobre o resultado desejado (Acórdão 1.211/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues).

20. Dessa forma, conforme a jurisprudência do TCU, documentos que comprovem condições pré-existentes à sessão pública devem ser admitidos mesmo se apresentados posteriormente, para evitar desclassificações indevidas. A decisão do pregoeiro de desclassificar a Zero Grau baseou-se na apresentação de um atestado emitido após a abertura da sessão pública, o que foi considerado um documento novo.

21. No entanto, sendo a data da sessão pública crucial para a inabilitação, as notas fiscais emitidas pela Zero Grau antes dessa data deveriam ter sido consideradas como provas válidas da capacidade técnica da empresa. Essas notas fiscais demonstram que a Zero Grau já havia realizado fornecimentos similares anteriormente, atendendo às exigências do edital. Ignorar essas evidências materiais e focar exclusivamente na data do atestado contraria o princípio de que documentos comprovando condições preexistentes são admissíveis.

22. Portanto, é possível depreender que o atestado emitido pela ZGS Importações e Comércio Eireli tem uma natureza predominantemente declaratória, para corroborar as notas fiscais e não para constituir a capacidade técnica em si. O foco principal deveria ter sido nas notas fiscais que comprovam a capacidade de fornecimento da Zero Grau, em conformidade com as condições preexistentes exigidas pelo edital. Adicionalmente, vale destacar que a proposta da Menchini Continental (peça 14), além de R\$ 1.568.000,00 maior, constavam máquinas de fabricação da própria Zero Grau, constituindo mais uma evidência da capacidade de fornecimento da representante.

23. Por fim, em sua resposta à oitiva prévia (peça 24, p. 10), a Codevasf deixa claro que sua decisão quanto à inabilitação poderá ser revertida, mediante decisão deste Tribunal, deixando implícito que tomou conhecimento da possível determinação deste Tribunal para retornar a fase de julgamento das propostas no PE – SRP 49/2023 referente aos itens 13 e 14, que constava da proposta desta Unidade Técnica na instrução de peça 16, cuja cópia foi encaminhada em anexo ao ofício de oitiva prévia, tendo, inclusive, se manifestado em relação a essa possível determinação.

24. Sendo assim, a Codevasf tomou ciência da eventual deliberação do TCU e se manifestou acerca da mesma, caracterizando a hipótese de dispensa de instrução para comentários dos gestores, estabelecida no § 2º do art. 14 da Resolução-TCU nº 315, de 2020, autorizando, portanto, desde já, a expedição de determinação.

25. Tal proposição também está em consonância com o encaminhamento adotado pelo Ministro Bruno Dantas no âmbito do Acórdão 337/2021-TCU-Plenário (TC 013.168/2020), conforme o seguinte excerto do voto. À semelhança daquele caso, aqui também o certame já se encontra na prática suspenso, aguardando o posicionamento do TCU, e a Unidade Jurisdicionada já teve a oportunidade de contraditar as falhas apontadas e discorrer sobre a urgência da contratação, de tal modo que a realização de oitiva e construção participativa poderia atrasar ainda mais o deslinde da questão:

**Voto do ministro relator que fundamentou o Acórdão 337/2021-TCU-Plenário**

Quanto à realização da oitiva com vistas à construção participativa das determinações, prevista na Resolução-TCU 315/2020, considero que, neste caso, ela é dispensável.

Isso porque, na prática, o certame já se encontra suspenso por iniciativa do Ife-ES, aguardando o posicionamento definitivo deste Tribunal. A realização de oitiva previamente à prolação da determinação poderia atrasar ainda mais o deslinde da questão.

Além disso, a unidade jurisdicionada já teve oportunidade de contraditar as falhas apontadas e discorrer sobre a urgência da contratação, de modo que já são do conhecimento deste Tribunal os contornos fáticos da questão e os possíveis impactos da determinação proposta.

26. Diante dos fatos, considerando que o contrato não será assinado antes da deliberação do Tribunal, informação confirmada em contato telefônico com o interlocutor indicado pela Codevasf (peça 23), a proposta é de **determinar** à Codevasf que retome a licitação, referente aos itens 13 e 14, desde o ato que decidiu pela inabilitação da Zero Grau Indústria e Comércio Ltda, anulando os atos





subsequentes do certame, a fim de considerar como válido o atestado apresentado pela empresa, em virtude de comprovar condição pré-existente à abertura da sessão pública, seguindo a orientação jurisprudencial do TCU.

#### CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, propõe-se o conhecimento da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014.

28. Além disso, com relação aos pressupostos para eventual adoção de medida cautelar, verifica-se que estão afastados os perigos da demora e da demora reverso e que há plausibilidade jurídica nas alegações do representante e nas verificações feitas por esta Unidade Técnica, sendo, portanto, o caso de indeferimento do pedido de medida cautelar.

29. Os elementos constantes dos autos permitem encaminhar o feito, desde já, para avaliação quanto ao mérito da presente representação como **procedente**, motivo pelo qual será proposta determinação ao órgão acerca das irregularidades verificadas.

30. Por fim, diante dos encaminhamentos propostos, entende-se que haverá impacto na unidade jurisdicionada e/ou na sociedade, uma vez que a determinação irá adiar a contratação do objeto. Todavia, considerando que o bem não é essencial ao funcionamento das atividades da unidade jurisdicionada e que o atraso não será significativo, entende-se que o impacto não é relevante, além de que a determinação resultará em proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

#### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

31. Não houve pedido de ingresso aos autos.

32. Não houve pedido de vista e/ou cópia.

33. Não houve pedido de sustentação oral.

34. Não há processos conexos e apensos.

#### PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

35. Em virtude do exposto, propõe-se:

35.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

35.2. no mérito, considerar a presente representação **procedente**;

35.3. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;

35.4. determinar à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução - TCU 315/2020, que, no prazo de quinze dias, adote providências quanto aos itens abaixo, relativo ao PE 49/2023, e informe ao TCU os encaminhamentos realizados:

a) anule o ato que decidiu pela inabilitação da Zero Grau Indústria e Comércio Ltda, detentora de lance que representa uma economia de R\$ 1,5 milhão para a Administração, assim como todos os atos subsequentes e retorne o pregão à fase de julgamento das propostas, no que se refere aos itens 13 e 14, a fim de considerar como válido o atestado apresentado pela empresa, em virtude de comprovar condição pré-existente à abertura da sessão pública, seguindo a orientação jurisprudencial do TCU (Acórdão 1.211/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues);

35.5. informar à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, ao representante e à sociedade empresária Menchini Continental Ltda. (CNPJ: 37.486.551/0001-17), do acórdão que vier a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada, caso existentes, podem ser acessados por meio do endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos); e;

35.6. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, II, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de que a AudContratações monitore a determinação supra.”





É o Relatório.





## VOTO

Trata-se de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no pregão - SRP 49/2023 sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, com valor estimado de R\$ 11.845.948,00, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento, por Sistema de Registro de Preços, de equipamentos e materiais destinados à estruturação das cadeias produtivas de aquicultura e pesca na área de atuação da Codevasf no Estado do Pará.

2. O representante alegou, em suma, ter sido injustamente inabilitado para os itens 13 e 14 do Pregão Eletrônico – SRP 49/2023, devido a um suposto equívoco da comissão julgadora, que não reconheceu a validade de seus atestados de capacidade técnica (peça 1).

3. Em relação ao mencionado certame, a Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações) apurou que foi homologado ao valor de R\$ 9.266.767,24 (peça 8) e a correspondente Ata de Registro de Preços já foi assinada. No entanto, não houve ainda a assinatura do contrato decorrente da licitação.

4. Por meio do Despacho à peça 19, indeferi o pedido da representante para adoção de medida cautelar **inaudita altera parte** e, em vez disso, optei pela realização de oitiva prévia da Codevasf para proporcionar esclarecimentos adicionais que ajudassem na formação de um julgamento mais fundamentado, respeitando os princípios da ampla defesa, do contraditório, da segurança jurídica e da autotutela administrativa.

5. Devidamente realizada a oitiva prévia, cuja manifestação apresentada foi avaliada pela unidade técnica, os autos retornam a meu Gabinete nesta etapa processual com proposta de mérito da AudContratações para, no essencial, considerar a presente representação procedente, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar e fazer determinação à Codevasf.

6. De plano, ratifico os termos do meu Despacho à peça 19 para conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie. No mérito, acompanho as conclusões e encaminhamentos sugeridos pela unidade técnica, cujos fundamentos acolho como minhas razões de decidir, sem prejuízo dos comentários a seguir.

7. No contexto do Pregão Eletrônico 49/2023 conduzido pela Codevasf, a controvérsia surgiu de um recurso interposto pela Menchini Continental Ltda., que foi acolhido pelo pregoeiro após a habilitação inicial da empresa Zero Grau Indústria e Comércio Ltda. no certame. O recurso questionava a comprovação de capacidade técnica da Zero Grau, alegando que o atestado de qualificação técnica apresentado era emitido por uma empresa privada sem nota fiscal de venda correspondente ou qualquer outra evidência que corroborasse a capacidade técnica requerida. Apesar da falta de nota fiscal direcionada à empresa emitente do atestado, a Zero Grau anexou outras 36 notas fiscais de fornecimento a diversas empresas diferentes.

8. Em resposta à objeção, o pregoeiro realizou diligência, solicitando à Zero Grau a apresentação de um atestado condizente com as notas fiscais já submetidas, considerando que essas notas fiscais representavam fato preexistente e não introduziam novo fato ao processo. A decisão subsequente alegou que a Zero Grau apresentou um atestado emitido por si mesma, declarando fornecimentos à ZGS Importações e Comércio Eireli, o que, segundo o pregoeiro, contrariava as exigências editalícias. Argumentou-se que o atestado deveria ter sido fornecido pela empresa beneficiária dos equipamentos, confirmando a conformidade dos produtos com as especificações técnicas requeridas.

9. O representante, Zero Grau Indústria e Comércio Ltda, contestou sua inabilitação alegando possuir experiência comprovada no fornecimento das máquinas de gelo especificadas no edital. Argumentou que a Codevasf o inabilitou sem considerar adequadamente o atestado de capacidade técnica e as notas fiscais apresentadas.

10. Conforme bem registrado pela unidade técnica do TCU, este Tribunal entende que a





vedação à inclusão de documentos que deveriam estar originalmente na proposta, conforme o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, deve se limitar aos documentos que o licitante não possuía materialmente no momento da licitação. Se o documento ausente se referir a uma condição já atendida pelo licitante ao apresentar sua proposta, mas não foi entregue junto com os outros comprovantes de habilitação ou da proposta por erro ou falha, ele deve ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

11. Dessa forma, conforme a jurisprudência do TCU (Acórdão 1.211/2021-TCU-Plenário e outros), documentos que comprovem condições pré-existentes à sessão pública devem ser admitidos mesmo se apresentados posteriormente, para evitar desclassificações indevidas. A decisão do pregoeiro de desclassificar a empresa Zero Grau baseou-se na apresentação de um atestado emitido após a abertura da sessão pública, o que foi considerado um documento novo.

12. No entanto, as notas fiscais emitidas pela Zero Grau antes dessa data deveriam ter sido consideradas como provas válidas da capacidade técnica da empresa. Essas notas fiscais demonstram que a Zero Grau já havia realizado fornecimentos similares anteriormente, atendendo às exigências do edital.

13. Em sua reposta à oitiva prévia (peça 24, p. 10), a Codevasf deixa claro que sua decisão quanto à inabilitação poderá ser revertida, mediante decisão deste Tribunal, deixando implícito que tomou conhecimento da possível determinação deste Tribunal para retornar a fase de julgamento das propostas no PE – SRP 49/2023 referente aos itens 13 e 14, que constava da proposta da AudContratações na instrução de peça 16, cuja cópia foi encaminhada em anexo ao ofício de oitiva prévia, tendo, inclusive, se manifestado em relação a essa possível determinação.

14. Sendo assim, considerando a informação de que o contrato não será assinado antes da deliberação do Tribunal, anuo à proposta da AudContratações para indeferir a concessão de medida acautelatória e determinar à Codevasf que retome a licitação, referente aos itens 13 e 14 do PE - SRP 49/2023, desde o ato que decidiu pela inabilitação da Zero Grau Indústria e Comércio Ltda., anulando os atos subsequentes do certame, a fim de considerar como válido o atestado apresentado pela empresa, em virtude de comprovar condição pré-existente à abertura da sessão pública, seguindo a orientação jurisprudencial do TCU.

Ante o exposto, VOTO por que este Colegiado adote a minuta de acórdão que ora submeto à aprovação.

TCU, Sala das Sessões, em 9 de abril de 2025.

Ministro JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES  
Relator



## ACÓRDÃO Nº 781/2025 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 002.911/2024-8.
2. Grupo I – Classe de Assunto: VII – Representação.
3. Representante: Zero Grau Indústria e Comércio Ltda. (00.834.971/0001-37).
4. Unidade Jurisdicionada: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
8. Representação legal: Gabriel Eduardo Arndt, representando Zero Grau Indústria e Comércio Ltda.

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no pregão - SRP 49/2023 sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;

9.3. determinar à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução TCU 315/2020, que, no prazo de quinze dias, adote providências para anular o ato que decidiu pela inabilitação da licitante Zero Grau Indústria e Comércio Ltda. do Pregão Eletrônico 49/2023, detentora de lance que representa uma economia de R\$ 1,5 milhão para a Administração, assim como todos os atos subsequentes, e retorne o pregão à fase de julgamento das propostas, no que se refere aos itens 13 e 14 do referido certame, a fim de considerar como válido o atestado apresentado pela empresa, em virtude de comprovar condição pré-existente à abertura da sessão pública, seguindo a orientação jurisprudencial do TCU (Acórdão 1.211/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), informando ao TCU as medidas adotadas;

9.4. informar à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, à representante e à sociedade empresária Menchini Continental Ltda. sobre o teor deste acórdão; e

9.5. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, II, do Regimento Interno do TCU, sem prejuízo de que a AudContratações monitore a determinação supra.

10. Ata nº 11/2025 – Plenário.

11. Data da Sessão: 9/4/2025 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0781-11/25-P.





13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

(Assinado Eletronicamente)  
VITAL DO RÊGO  
Presidente

(Assinado Eletronicamente)  
AUGUSTO NARDES  
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)  
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA  
Procuradora-Geral



GRUPO II – CLASSE VII – Plenário

TC 018.651/2020-8

Natureza(s): Representação

Órgão/Entidade: Diretoria de Abastecimento da Marinha

Representação legal: Graziela Marise Curado de Oliveira,  
OAB/DF 24.565

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET.

1. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

2. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

## RELATÓRIO

Adoto, como Relatório, a instrução da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), peça 55, cujas análises e proposta de encaminhamento contaram com a anuência dos respectivos dirigentes, peças 56 e 57.

Transcrevo a instrução a seguir, *in verbis*:





*“Tratam os autos de representação formulada pela empresa Basis Tecnologia da Informação S.A reportando supostas irregularidades no âmbito do Pregão Eletrônico 11/2020 da Diretoria de Abastecimento da Marinha (Uasg 771000).*

2. *Após instrução do auditor responsável (peça 40) concluindo pela procedência parcial da representação e propondo ciência ao órgão, o diretor da subunidade propôs (peça 41), antes da análise de mérito, a oitiva da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, nos seguintes termos, no que anuíram a dirigente da unidade (peça 42) e o relator dos autos, Ministro Walton Alencar Rodrigues (peça 43):*

22. *Diante do exposto, propõe-se, preliminarmente à análise de mérito desta representação, e considerando a possibilidade de construção participativa das deliberações deste Tribunal, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 315/2020, bem como o previsto nas Normas de Auditoria (NAT) aprovadas pela Portaria-TCU 280/2010, referente aos comentários dos gestores (no que se aplica a representações e denúncias):*

*a) solicitar ao Ministério da Economia, por meio de sua Secretaria de Gestão (Seges), caso queira, no prazo de quinze dias a manifestação quanto aos possíveis impactos de o TCU vir a recomendar a realização de estudo que avalie a conveniência e a oportunidade de:*

*a.1) melhor alinhar os dispositivos do Decreto 10.024/2019 com os princípios da seleção da proposta mais vantajosa e do formalismo exagerado, admitindo, expressamente e uma única vez, a complementação da documentação exigida no edital para habilitação no certame, em prazo que não comprometa a sua celeridade, quando no julgamento da proposta for constatada a ausência de parte da documentação obrigatória;*

*a.2) excluir a funcionalidade de anexar proposta quando do cadastro pela empresa licitante, sem prejuízo do preenchimento, nessa fase, de informações básicas parametrizados no sistema, deixando a obrigatoriedade do envio da proposta para momento posterior à fase de lances, de maneira a otimizar o procedimento e mitigar o risco de interpretações equivocadas pelos agentes públicos que conduzem os certames.*

3. *A manifestação da Secretaria de Gestão (Seges) consta da peça 51, a qual passaremos agora à análise.*

*Item a.1: melhor alinhar os dispositivos do Decreto 10.024/2019 com os princípios da seleção da proposta mais vantajosa e do formalismo exagerado, admitindo, expressamente e uma única vez, a complementação da documentação exigida no edital para habilitação no certame, em prazo que não comprometa a sua celeridade, quando no julgamento da proposta for constatada a ausência de parte da documentação obrigatória.*

*Manifestação da Seges (peça 51, p. 6-11):*

4. *O art. 26 do Decreto 10.024, de 2019, de fato, disciplina a inserção dos documentos de habilitação antes da abertura da sessão pública, porém, o texto da norma, em seu §2º, excepciona à regra os documentos que constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), isto é, quando da utilização do Sicaf, ficam os licitantes desobrigados de apresentar os documentos de habilitação concomitante com a proposta, remanescendo tão somente outros documentos que serão exigidos em edital. Ademais, como já cediço, para o fornecedor/empresa participar das licitações do governo federal, a única porta de entrada para que tenha senha de acesso ao Comprasnet é por meio do Sicaf, sendo o locus principal dos documentos de habilitação que constam na Lei 8.666, de 1993. Para além disso, não se habilita ou contrata sem a escorreita inscrição do fornecedor/empresa nesse Sistema. Por conseguinte, os achados no pronunciamento [da*



*subunidade da Selog, que motivou a construção participativa], em tese, atacam os casos de documentos que não compõem o Sicaf.*

5. *O item 10 do pronunciamento trata dos casos de certidões que podem ser acessadas em sítios oficiais - "sendo possível, por exemplo, ante à falta de juntada pelo licitante, a consulta a documentos que comprovem a sua regularidade fiscal, pelo próprio agente público que conduz o certame, desde que disponível em sítios públicos".*

6. *Acolher esta possibilidade, além de ser um transpassar legislativo, talvez não tenha efetividade, haja vista que a maioria dos documentos que devem ser exigidos - e não componham o Sicaf - não são passíveis de consulta em sítios públicos (i.g. declaração de que possui escritório no local; declaração execução contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados; declaração e que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante; capacidade técnica; dentre outros).*

7. *O ventilado no pronunciamento, s.m.j., são os tratados, por exemplo, quando o Sicaf está indisponível ou a documentação cadastrada está em desconformidade com o previsto na legislação aplicável no momento da habilitação, o que permite a consulta em sítios especializados. Isto já é resolvido pela IN nº 3, de 26 de abril de 2018, que estabelece regras de funcionamento do Sicaf, alterada recentemente pela IN nº 10 de 10 de fevereiro de 2020, que em seu art. 28 prevê que "no caso da documentação já cadastrada no Sicaf estar em desconformidade com o previsto na legislação aplicável no momento da habilitação, ou haja a necessidade de solicitar documentos complementares aos já apresentados, o órgão licitante deverá comunicar o interessado para que promova a regularização". O que não se comunica/vincula, em tese, com a regra primária do art. 26, que, ressalvados os documentos de habilitação do Sicaf, há outros documentos (declarações, certidões, dentre outros) que compõem o processo de contratação.*

8. *Ademais, a menção ao parágrafo único do art. 40 do Decreto 10.024, de 2019, neste item 10 do pronunciamento, corrobora o tecido acima por esta unidade técnica. Este dispositivo trata da habilitação documental do Sicaf tão somente. Neste caso, os achados no pronunciamento não podem ser cotejados com os casos dos documentos que compõem o Sicaf, haja vista que o dispositivo citado não imprime verdade a estes documentos.*

9. *O deslocamento acima é muito relevante, haja vista que o art. 5º do Decreto em tela determina a realização do pregão eletrônico, por meio do Sistema de Compras do Governo federal, ressalvado o disposto no § 2º do referido artigo, que admite a utilização de sistemas próprios (entes federativos na utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias). Sendo assim, por decorrência lógica, a utilização obrigatória do Comprasnet atrai o uso do Sicaf, considerando que esse subsistema, repisa-se, é a única porta de entrada para que o fornecedor possa ter senha de acesso e licitar com o governo federal.*

10. *No caso das unidades da federação, quando utilizem sistemas próprios de compras, o Decreto prevê a possibilidade de utilizar o Sicaf para fins habilitatórios; ou valer-se de sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios (art. 55). Retoma-se a tese de que os achados do pronunciamento recaem sobre documentos que ficam apartados dos documentos primários habilitatórios da Lei 8.666, de 1993.*

11. *O item 13 do pronunciamento destaca que a Lei 10.520, de 2002, embora trate do pregão presencial, não veda expressamente a "complementação da documentação de habilitação". Continua a arguição e anota que o Decreto do pregão eletrônico "afirma,*



*expressamente, que a ata do certame deverá conter a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação, conforme art. 8º, inciso XII, alínea 'h'". Com essa afirmação, entende que, em caso de verificação de ausência de documento de habilitação exigido no edital, quando solicitado pelo pregoeiro, este pode ser complementado com documento novo pelo licitante, e considerado saneamento de erro ou falha.*

12. *Com a máxima vênia, esta unidade técnica não abriga a posição da subunidade do TCU. Isso porque o Decreto 10.024, de 2019, traz expressamente que o saneamento dos erros ou falhas recaem sobre o documento posto ou na proposta apresentada. Não se pode forçosamente elastecer a regra para alcançar documentos que não constam do processo.*

13. *Chama-se atenção que a expressão no texto "sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica", não tem o condão, s.m.j., de extrapassar para os casos de ausência de documentos. Oras, como sanear erro ou falha em documento inexistente/ausente? Assim, não se pode franquear o pronunciamento da Subunidade neste item, salvo em caso de alteração semântica do art. 47 do Decreto 10.024, de 2019. O que esta unidade técnica antevê como medida que não se coaduna no mundo jurídico em relação aos procedimentos para saneamento de ato praticado, seja por erro material ou formal. Reforça-se que se trata de ato praticado, não do ato inexistente (ou de documento novo).*

14. *O item 14 do pronunciamento reitera a possibilidade de envio de documentos novos, com base no inciso VI do art. 17 do Decreto 10.024, de 2029. Nesse ponto, tonifica-se o esposado acima. Todavia, na mesma toada, o pronunciamento assenta que não haveria vedação ao envio de documento novo, que não altere, modifique, documento anteriormente encaminhado. Significa dizer que se não foi apresentado, por exemplo, atestado(s) suficiente(s) para demonstrar sua habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados eram suficientes, poderia ser juntado, após essa constatação no julgamento da proposta, atestado(s) novo(s) de forma a complementar aqueles já enviados. Parte-se do pressuposto de que a licitante detém a documentação exigida e apenas não foi encaminhada por erro ou falha, e isso não deveria ser motivo para sua inabilitação no certame.*

15. *Entende-se perfeitamente que a norma, como posta, possa acarretar tais problemas em detrimento do fornecedor detentor da proposta mais vantajosa, em face de um formalismo exagerado, como bem anotado no pronunciamento. No modo como está positivada, pode realmente privilegiar mais o aspecto procedimental em detrimento do resultado. Não obstante, no vislumbre desta unidade técnica, a problemática apontada não se resolve com contornos normativos, acomodações ou emprego de paralelismos a dispositivos que embora haja animus de que tenham vestes de saneamento de todos os atos do processo, não as têm.*

16. *Conquanto entender a necessidade e pertinência do pleito requestado pela Colenda Corte de Contas, indelével é a não assunção de uma "possível modulação" das regras postas para atender ao caso noticiado no pronunciamento da subunidade - "frequente a inabilitação de licitantes que deixam de juntar documento exigido, por uma falha de verificação. Ante a ausência de previsão expressa no normativo que trata do pregão eletrônico para que essa complementação seja possível (...)" -, considerando que este munus não está sob a alçada regimental, nem institucional desta Secretaria de Gestão. A Mens legis (Decreto 10.024, de 2019) na Administração Pública segue rito da estrita legalidade, e nesse iter, ante a ausência de qualquer previsão expressa no referido Decreto, não se pode acomodar tais motivadores em interpretação sistêmica alargada.*



*Assim, se não há previsão no multicitado Decreto de acolhimento de documento que não foi inserido pelo fornecedor, entende-se que não pode haver equiparação com a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, tendo em vista que neste caso, notadamente é saneamento de documentos que foram entregues. Inclusive tal equiparação pode colidir com a Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (que rege o processo administrativo).*

17. *Consistindo que o saneamento de documentos indigitados no referido Decreto está intimamente ligado a documentos já inseridos, inviável se torna a acomodação do caso pretendido (no pronunciamento) ao inciso XII do art. 8º, ao inciso VI do art. 17 e ao art. 47 do Decreto 10.024, de 2019, sob pena de que ulteriormente outras demandas sejam tratadas como acomodações legislativas, desnaturando a norma e suas peculiaridades.*

18. *Não se está aqui fazendo interpretação restritiva, em regra de ordem genérica, uma vez que os artigos do Decreto 10.024, de 2019, aludidos no item 17 desta Nota Técnica, não tratam de regras genéricas que se acomodam a toda a sorte no diploma legal, e podem ser alargadas ao ponto de traduzi-las para acompanhar também documentos que não foram juntados ao processo. O pano de fundo da causa de pedir do TCU é trazer uma solução que satisfaça o interesse público e manifeste, para além disso, a maior eficácia possível. Isso porque o dinamismo da norma está em caminhos ladeados a sua estabilidade no mundo em que atua.*

19. *Assim, vocacionados pela melhor aplicabilidade da norma, e no efetivo conhecimento de que esta não é um tratado de perenidade, propõe-se:*

(i) *o não acolhimento de possíveis paralelismos de documentos que não forem entregues com os casos do inciso XII do art. 8º, ao inciso VI do art. 17 e ao art. 47 do Decreto 10.024, de 2019, pois se trataria de forçar uma interpretação não compatível do texto do referido Decreto. A interpretação deve ser vinculativa ao texto positivado. Ademais, não ataca somente ao Decreto em tela, mas também, ressalvadas as contraditas, as regras de convalidação preconizada pela Lei 9.784, de 1999, ("os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração" - art. 55). Acolher a possibilidade de interpretação extensiva/alargada dos dispositivos sobrescritos, além de possível insegurança jurídica futura, como anotado no item 17 desta Nota Técnica, pode tornar a regra atual em letra morta. Explica-se: em caso da adoção da interpretação prelecionada pelo TCU no pronunciamento, qual o esforço do fornecedor em realizar cautelosamente a inserção dos documentos necessários à sua participação? Tende-se a responder: nenhuma intenção terá, porque saberá de antemão que poderá escoimar tais erros em ação subsequente. Passamos a ter mais um problema em lugar de uma solução - uma regra ineficaz. Ousa-se dizer que no procedimento geral, a falta documental, inclusive da proposta, pode ser razão de saneamento - inserção de documento novo.*

(ii) *alteração do Decreto 10.024, de 2019, em especial no § 9º do art. 26, visando, a uma, permitir a inserção de documentos novos, todavia reclama cautela/estudos em relação ao momento em que serão exigidos, em que prazo ou se será somente uma única vez, pois também pode ser in pejus ao fornecedor; ou, a duas, verificar a possibilidade de ajustar a regra atual retirando do corpo do artigo a inserção prévia dos documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a da proposta (o que também demanda estudos de impacto não somente normativo, mas do Sistema Comprasnet).*

20. *Neste caso, roga-se à Colenda Corte, em caso da recomendação ser expedida, que seja estabelecido um prazo razoável para os devidos encaminhamentos por parte*



desta Secretaria, haja vista ser um ato presidencial, cujos trâmites não são os mesmos de uma norma expedida por este órgão central.

Análise:

21. *A Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, conforme informado acima, parece concordar que os dispositivos atuais do Decreto federal 10.024/2019, referentes à impossibilidade de aceitação de novos documentos a título de saneamento da proposta, podem dificultar, ou até mesmo impossibilitar, em determinadas situações, a obtenção da proposta mais vantajosa, em face de um formalismo exagerado, privilegiando mais o aspecto procedimental em detrimento do resultado.*

22. *É de se enaltecer, nesse ponto, a flexibilidade e simplicidade com que a Seges reconhece a possibilidade de evolução do decreto e se coloca a postos para avaliar qualquer sugestão que venha a ampliar sua capacidade de trazer eficiência às contratações públicas. Não por outro motivo a Secretaria tem sido importante vetor de mudanças e aprimoramentos nessa seara.*

23. *Embora no pronunciamento da subunidade tenha sido mencionado o parágrafo único do art. 40 do Decreto 10.024/2019, não se buscou tratar dos casos em que a comprovação da habilitação da empresa pode ser verificada diretamente no Sicaf, ou até mesmo sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, mas sim destacar uma situação em que a ausência da documentação pode ser superada por outros meios. A questão que se buscou verificar, de fato, é sobre a possibilidade de complementação com documentos que não foram juntados pela licitante e não podem ser verificados nos mencionados sistemas, porém existentes e aptos a serem apresentados para fins de habilitação em momento posterior à fase competitiva.*

24. *A despeito da concordância com o entendimento exarado por esta unidade na instrução de peça 41, a Seges visualiza impedimentos a essa interpretação no próprio texto do decreto. Ressalta que o decreto permite apenas a inserção posterior de documentos constantes do Sicaf (ou seus equivalentes nos entes subnacionais) conforme abaixo:*

*Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.*

*[...]*

*§ 2º Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf e de sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.*

25. *A par dessa permissão, outros dispositivos do decreto, além do artigo 43, § 3º, da Lei 8666/1993, são incisivos em somente permitir a inclusão de documentos para saneamento de erros ou falhas na proposta já apresentada, conforme abaixo:*

*Art. 8º*

*[...]*

*XII - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:*





[...]

*h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;*

[...]

*Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:*

[...]

*VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;*

[...]

*Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.*

26. *Além da restrição normativa apontada, relativa ao fato de que uma interpretação mais elástica em alguns de seus dispositivos poderia trazer insegurança jurídica e comprometer a própria norma, a Seges argumenta que, em caso da adoção da interpretação sugerida, o fornecedor não teria incentivo algum para avaliar os requisitos do edital e realizar cautelosamente a inserção dos documentos necessários à sua participação, tendo em vista que poderia incluir tais documentos faltantes posteriormente, tornando a regra posta absolutamente ineficaz. Indo ao extremo, em não se colocando limites para essa inclusão posterior, provavelmente os licitantes não precisariam incluir documento algum junto com a proposta, pois teriam ainda oportunidade para essa inclusão, sem serem alijados do certame.*

27. *Talvez seja o momento para, ao menos, refletir-se sobre a nova regra imposta, referente ao envio da documentação de habilitação antes da abertura da sessão. Se a nova regra visa a facilitar a identificação de empresa que participe para tão somente tumultuar o certame, sem a real intenção de arrematá-lo, não parece suficiente, uma vez que não faz distinção entre o licitante mal-intencionado e o que cometeu erros na juntada dos documentos.*

28. *Além disso, apesar de induzir maior cautela dos licitantes com a preparação dos documentos para o certame, cria-lhes obstáculos que podem desmotivar a participação por inserir obrigação adicional até então não exigida. Em circunstâncias em que os licitantes participam de diversos certames de forma concomitante, a reorganização administrativa para cumprir o dispositivo legal pode inviabilizar a participação em licitações e/ou elevar os erros cometidos, em função da ampliação do volume de documentos com que agora têm que lidar e da impossibilidade de complementação posterior.*

29. *Afigura-se, portanto, menos escusável a um licitante (de forma a verificar possível má intenção) não encaminhar sua documentação tão logo requisitado o complemento, do que nas circunstâncias atuais, em que se argumenta erro na juntada por excesso de informações a serem colacionadas antes do início da sessão, sem a garantia de alcance da vitória no certame.*



30. Com isso, além de não se vislumbrar ganhos concretos na evidenciação de participação mal intencionada de licitantes, pode-se deixar de selecionar a proposta mais vantajosa, por não permitir que esse erro ou falha seja corrigido, com o envio do documento faltante. A possibilidade de complementação da documentação faltante, após verificação pelo pregoeiro, além de afastar a justificativa de erro ou falha e dar maior certeza na aplicação de penalidade à empresa que participou sem possuir as condições necessárias de habilitação para fornecimento do objeto (já que teria “errado” de forma reiterada), pode vir a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa.

31. Dessa forma, reputamos pertinente o entendimento exarado pela Seges, quanto à inviabilidade da interpretação sugerida do Decreto 10.024/2019 de que haja a possibilidade de complementação da documentação exigida no edital para habilitação no certame, quando no julgamento da proposta for constatada a ausência de parte da documentação obrigatória.

32. Porém, cumpre esclarecer que a proposta contida no despacho de peça 41, com a qual anuiu o Ministro Relator (peça 43), visava a modificação do dispositivo do Decreto 10.024/2019 que veda a complementação da documentação exigida com documento novo (artigo 26, § 9º), e não a ampliação da interpretação do citado dispositivo para abarcar tal hipótese.

33. Assim, tendo em vista que, como a Seges apontou a concordância com a tese exposta, em nome dos princípios da obtenção da proposta mais vantajosa, da competitividade e do formalismo moderado, e esta esbarra, conforme bem demonstrado, na conformação normativa vigente, em especial no recente Decreto 10.024/2019, entende-se adequada a proposta de recomendação para que a Seges avalie a conveniência e oportunidade de realizar estudos com vistas a avaliar os impactos de uma mudança normativa para permitir, no pregão eletrônico, a complementação da documentação exigida no edital para habilitação no certame, em prazo que não comprometa a sua celeridade, quando no julgamento da proposta for constatada a ausência de parte da documentação obrigatória.

Item a.2: excluir a funcionalidade de anexar proposta quando do cadastro pela empresa licitante, sem prejuízo do preenchimento, nessa fase, de informações básicas parametrizados no sistema, deixando a obrigatoriedade do envio da proposta para momento posterior à fase de lances, de maneira a otimizar o procedimento e mitigar o risco de interpretações equivocadas pelos agentes públicos que conduzem os certames.

Manifestação da Seges (peça 51, pp. 5-6):

34. Este Departamento já havia identificado a necessidade de ajustar/excluir a funcionalidade do anexo do documento de proposta (upload), permanecendo tão somente os elementos mínimos (descrição do objeto ofertado e o preço) que serão cadastrados na plataforma pelo fornecedor, deixando, por sua vez, seu envio para momento posterior à fase de lances. Isso também minorará a ação do fornecedor em licitações que se perfazem em inúmeros itens, pois a inserção prévia do documento se torna um “fardo”, já que após a fase de lances, se vencedor, terá que reapresentar com o preço ajustado. O que, em tese, pode ser lucubrado como desproporcional. Portanto, acolhida in totum a recomendação, sendo que, sobre os aspectos da conveniência e da oportunidade, entende-se uma medida razoável e pertinente, tendo em vista que não há prejuízo ao certame, sendo, sem desvios, mitigador de possíveis interpretações incertas quanto à aceitabilidade da proposta com base no documento inicialmente enviado. Anota-se que essa alteração já consta das futuras evoluções do Comprasnet 4.0, a qual, a partir da referida recomendação, entrará como ação prioritária desta Secretaria de Gestão.



*Análise:*

35. *Diante da resposta da Seges de que já havia identificado a necessidade de se ajustar o sistema Comprasnet para se exigir a anexação da proposta somente após a fase de lances, que inclusive tal alteração já constava do planejamento das futuras evoluções do sistema, e, ainda, que após a referida recomendação essa alteração entrará como ação prioritária da Secretaria, deixaremos de recomendar a medida proposta.*

36. *Diante do exposto, propomos a adoção de recomendação à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia para que avalie a conveniência e oportunidade de realizar estudos com vistas a avaliar os impactos de uma mudança normativa para permitir, no pregão eletrônico, a complementação da documentação exigida no edital para habilitação no certame, em prazo que não comprometa a sua celeridade, quando no julgamento da proposta for constatada a ausência de parte da documentação obrigatória, a fim de melhor alinhar os dispositivos normativos com os princípios da seleção da proposta mais vantajosa e do formalismo moderado.*

37. *Isso posto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo reiterar a proposta constante da instrução anterior (peça 40), à exceção dos pedidos de vista e ingresso nos autos, uma vez já decididos pelo relator em despacho à peça 43, acrescida das conclusões supra, nos seguintes termos:*

37.1. *conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;*

37.2. *no mérito, com fundamento no art. 276, § 6º, do Regimento Interno deste Tribunal, considerar a presente representação parcialmente procedente;*

37.3. *dar ciência à Diretoria de Abastecimento da Marinha, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 11/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:*

*a) abertura de nova oportunidade pelo Pregoeiro, no dia 5/5/2020, às 09:57:25hs, após iniciada a fase de julgamento de propostas, para que todos os licitantes enviassem a documentação exigida no edital para fins de habilitação, em afronta ao previsto nos arts. 19, inciso II, 25, e 26 §§ 6º e 9º do Decreto 10.024/2019;*

37.4. *recomendar à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 11 da Resolução – TCU 315/2020, que avalie a conveniência e oportunidade de adotar as medidas abaixo, informando, no prazo de 120 dias as providências adotadas:*

*a) realizar estudos com vistas a avaliar os impactos de uma mudança normativa para permitir, no pregão eletrônico, a complementação da documentação exigida no edital para habilitação no certame, em prazo que não comprometa a sua celeridade, quando no julgamento da proposta for constatada a ausência de parte da documentação obrigatória, a fim de melhor alinhar os dispositivos normativos com os princípios da seleção da proposta mais vantajosa e do formalismo moderado;*

37.5. *deixar de recomendar à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, com fundamento no inciso I do parágrafo único do art. 16 da Resolução – TCU 315/2020, tendo em vista que está em estudo a exclusão da funcionalidade de anexar proposta quando do cadastro pela empresa licitante, sem prejuízo do preenchimento, nessa fase, de informações básicas parametrizados no sistema, deixando a obrigatoriedade do envio da*





*proposta para momento posterior à fase de lances, de maneira a otimizar o procedimento e mitigar o risco de interpretações equivocadas pelos agentes públicos que conduzem os certames, a ser concluído quando das futuras evoluções do sistema Comprasnet 4.0, sem prejuízo de que o TCU verifique a efetiva implementação e os impactos dela resultantes;*

*37.6. informar à Diretoria de Abastecimento da Marinha, ao representante e à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia que o conteúdo da deliberação que vier a ser proferida poderá ser consultado no endereço [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos); e*

*37.7. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.”*



## VOTO

Trata-se de representação, com solicitação de adoção de medida cautelar, para suspensão do certame licitatório, formulada pela empresa Basis Tecnologia da Informação S.A., noticiando irregularidade no âmbito do Pregão Eletrônico SRP 11/2020 (Processo 63079.000446/2019-69), promovido pela Diretoria de Abastecimento da Marinha (DABM), cujo objeto é a “*contratação de serviços técnicos especializados de desenvolvimento/manutenção de sistemas e soluções de tecnologia da informação*” para o órgão.

O representante alegou que o pregoeiro concedeu irregularmente, aos licitantes, nova oportunidade de envio da documentação de habilitação, após a abertura da sessão pública, o que beneficiou um único licitante, ao fim, declarado o vencedor do certame, e afrontou o disposto no Decreto 10.024/2019 e no edital de licitação.

Por meio do despacho, peça 35, concluí não restar configurado o perigo da demora a exigir a adoção imediata da cautelar pleiteada, ante a decisão liminar proferida pelo TRF2, impedindo a celebração imediata de contrato com o licitante declarado vencedor (peça 34).

Ausente a urgência e a perspectiva de dano, determinei que as supostas irregularidades informadas pelo representante fossem apuradas pelo rito ordinário.

Ao verificar que a DABM revogou o certame, em 26/5/2020 (peça 39), o auditor-instrutor propôs considerar a representação parcialmente procedente e dar ciência ao órgão de que a abertura de nova oportunidade, pelo Pregoeiro, no dia 05/05/2020, às 09:57:25hs, após iniciada a fase de julgamento de propostas, para que todos que os licitantes enviassem a documentação exigida no edital para fins de habilitação afronta o previsto nos arts. 19, inciso II, 25 e 26, §§ 6º e 9º, do Decreto 10.024/2019.

O auditor fundamentou sua proposta em precedentes deste Tribunal (acórdãos 2.873/2014 e 683/2009 de relatoria do E. Ministro-Substituto Augusto Sherman, Acórdão 1993/2004, todos do Plenário), no sentido de que é proibida a reabertura do prazo para envio de documentação que deveria constar da proposta original, excetuando-se a realização de diligências para dirimir eventuais dúvidas sobre documentação enviada tempestivamente (peça 40).

O corpo diretivo da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) divergiu do encaminhamento sugerido pelo auditor e propôs, preliminarmente, promover a oitiva da Ministério da Economia, com vistas a verificar o posicionamento do órgão acerca da conveniência e oportunidade de:

a) reavaliar o previsto no recente Decreto 10.024/2019, bem como efetuar melhorias no sistema Comprasnet, admitindo, expressamente e uma única vez, a complementação da documentação exigida no edital para habilitação no certame, em prazo que não comprometa a sua celeridade, quando, no momento do julgamento da proposta, for verificado ausência de parte da documentação obrigatória;

b) excluir a funcionalidade de anexar proposta no momento do cadastro pela empresa licitante, sem prejuízo do preenchimento, nessa fase, de informações básicas parametrizadas, no sistema, deixando o envio da proposta para ser realizado posteriormente à fase de lances, de maneira a otimizar o procedimento e mitigar o risco de interpretações equivocadas pelos agentes públicos que conduzem os certames.

No entender dos dirigentes da Selog, o atendimento à sugestão contida no item “a” ampliaria a possibilidade de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nas licitações





públicas regidas pelo Decreto 10.024/2019 e realizadas por meio do Portal de Compras Governamentais, tendo em vista que:

a) o Decreto 10.024/2019, que regulamenta a licitação na modalidade pregão eletrônico no âmbito da administração pública federal, prevê que *“as normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação”*;

b) apesar de a Lei 10.520/2002 tratar do pregão presencial, e, não, do eletrônico, ao descrever a sua fase externa, não veda expressamente a complementação da documentação de habilitação;

c) o art. 8º, inciso XII, alínea “h”, do Decreto 10.024/2019 estabelece que a ata do certame deverá conter a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;

d) o art. 17, inciso VI, do mesmo decreto dispõe que é dever do pregoeiro sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

e) há, entretanto, vedação à complementação da documentação exigida com documento novo, no art. 26, § 9º, do mesmo decreto, ao afirmar que a documentação complementar que se permite é apenas a necessária à confirmação do que foi exigido no edital e já foi apresentado.

A fim de proporcionar a construção da presente deliberação com a participação do jurisdicionado, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 315/2020, alinhei-me à proposta da unidade técnica e determinei a oitiva da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (Seges/ME).

Em sua manifestação quanto ao primeiro ponto da oitiva, a Seges/ME discordou da sugestão de se admitir, expressamente e uma única vez, a complementação da documentação exigida no edital para habilitação no certame, tendo em vista que o art. 26, § 9º, do Decreto 10.024/2019 prevê que o saneamento dos erros ou falhas recai sobre documentos exigidos no edital e já apresentados, não sendo possível relativizar a regra para documentos que não constam do processo.

Aduziu que a semântica do art. 47 do mesmo Decreto admite *“sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica”*, não se referindo a casos de ausência de documentos. Portanto, a medida sugerida pela Selog não se coaduna com a norma no que tange aos procedimentos para saneamento de atos praticados, ressaltando que o Decreto trata de ato praticado, e, não, de ato inexistente, que é o caso documento não apresentado.

Argumentou que, caso seja adotada tal interpretação, o fornecedor não terá incentivo para avaliar os requisitos do edital e realizar cautelosamente a inserção dos documentos necessários à sua participação, tendo em vista que poderá incluí-los posteriormente, tornando a regra posta ineficaz.

Quanto ao segundo ponto da oitiva, relacionado à possibilidade de excluir a funcionalidade de anexar proposta no momento do cadastro pela empresa licitante, afirmou que a alteração consta das futuras evoluções do Comprasnet 4.0. A necessidade de excluir a funcionalidade de anexar o documento de proposta (*upload*) no momento do cadastro já havia sido identificada. Assim, permanecerão tão somente os elementos mínimos (descrição do objeto ofertado e o preço) que serão cadastrados na plataforma pelo fornecedor, e o envio do arquivo da proposta será efetuado posteriormente à fase de lances.

Após a avaliação da resposta à oitiva, a Selog, em uníssono, propôs:

a) conhecer da representação para, no mérito, julgá-la parcialmente procedente;



b) dar ciência à DAbM de que a abertura de nova oportunidade, pelo Pregoeiro, no dia 05/05/2020, às 09:57:25hs, após iniciada a fase de julgamento de propostas, para que todos os licitantes enviassem a documentação exigida no edital para fins de habilitação afronta o previsto nos arts. 19, inciso II, 25 e 26, §§ 6º e 9º, do Decreto 10.024/2019;

c) recomendar à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, com fundamento no art. 250, inciso III, do RI/TCU, c/c o art. 11 da Resolução – TCU 315/2020, que avalie a conveniência e oportunidade de realizar estudos com vistas a verificar os impactos de uma mudança normativa para permitir, no pregão eletrônico, a complementação da documentação exigida no edital para habilitação no certame, em prazo que não comprometa a sua celeridade, quando, no julgamento da proposta, for observada a ausência de parte da documentação obrigatória, a fim de melhor alinhar os dispositivos normativos com os princípios da seleção da proposta mais vantajosa e do formalismo moderado, informando, no prazo de 120 dias, as providências adotadas.

## II

Feito esse breve resumo, passo a decidir.

Reitero o exame de admissibilidade desta representação, e quanto ao mérito, considero-a procedente pelas razões que passo a expor.

Diferentemente do procedimento adotado na vigência do Decreto 5.450/2005, em que apenas o licitante que apresentou a proposta mais vantajosa enviava documentos de habilitação, o novo Decreto 10.024/2019 estabelece que, no momento do cadastramento da proposta no sistema eletrônico, todos os participantes do certame devem incluir, além das propostas, os respectivos documentos de habilitação.

Tal inovação teve como objetivo aumentar a celeridade do processamento do certame, visto que, assim, o pregoeiro não precisa suspender a sessão para envio dos documentos de habilitação que não estejam disponíveis no Sicaf.

Embora a Lei 10.520/2002, que disciplina o pregão, exija os documentos de habilitação apenas da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar, cuja proposta de preços tenha sido aceita, da forma como praticada nos pregões fundamentados no Decreto 5.540/2005; o procedimento entabulado pelo Decreto 10.024/2019 não é inédito, pois a exigência dos documentos de habilitação de todos os licitantes, está prevista no art. 11, inciso V, do Decreto 3.555/2000<sup>1</sup>, que regulamenta o Pregão na modalidade presencial.

Embora a regra atual seja a apresentação da documentação de habilitação até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, podendo o licitante retirá-la ou substituí-la até então, nos termos do art. 26, *caput*, do recente Decreto 10.024/2019, o art. 47 do mesmo normativo abre a possibilidade, tanto na fase de julgamento das propostas quanto na de habilitação, de o pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes. O art. 17, inciso VI, por sua vez, estabelece como dever do pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica.

No caso concreto, em 30/4/2020, às 11:58:36, o pregoeiro encerrou a fase de lances e anunciou o início do julgamento das propostas. Às 14:03:22 do mesmo dia, suspendeu a sessão para análise da documentação, já avisando a reabertura no dia 5/5/2020. Em 5/5/2020, às 9:55:25, reabriu a

<sup>1</sup> “ Art. 11. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: (...)

V - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação”.



sessão e, em seguida, iniciou o chat “*para uma nova oportunidade para envio da documentação, no prazo de 30 minutos*”, informando que seriam convocadas todas as empresas (peça 1, p. 4).

Quatro empresas enviaram documentos, uma delas, que foi posteriormente declarada vencedora, dentro do prazo estabelecido; e as demais com atrasos de até 51 minutos. Às 14:05:14 do mesmo dia, o pregoeiro suspendeu a sessão para análise da nova documentação de habilitação anexada, marcando a reabertura para o dia seguinte.

Como visto, o prazo de 30 minutos foi concedido a todas as licitantes para a apresentação dos documentos exigidos, durante a fase de julgamento das propostas, antes da negociação do último lance mais vantajoso e da avaliação da documentação de habilitação, conforme o previsto nos arts. 17, inciso VI, e 47 do Decreto 10.024/2019.

Porém, o pregoeiro limitou-se a afirmar que “*outrossim informo que será reaberto o chat para uma nova oportunidade para envio da documentação no prazo de 30 minutos*”, e não fundamentou seu ato, conforme expressamente determinam o art. 8º, inciso XII, alínea “h”<sup>2</sup>, e o art. 47, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019, bem como o item 26.4 do edital de licitação<sup>3</sup> (peça 6, p. 24 e 25).

A ausência da fundamentação, além de contrariar o Decreto 10.024/2019 e a regra editalícia expressa, impossibilitou aos licitantes analisarem as razões do ato, tendo em vista que o pregoeiro não declinou quais seriam os erros e falhas passíveis de saneamento, dentro da margem de correção possibilitada pelos normativos incidentes. Destaco ainda que a fundamentação dos atos administrativos é requisito essencial para a respectiva validade.

Procedentes, portanto, as alegações do representante no que concerne à irregularidade do aludido ato.

Resta, ainda, identificar a abrangência do procedimento de saneamento de “*erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica*” previsto no art. 47 do Decreto 10.024/2019.

O art. 26, §9º, do mesmo normativo estabelece que “*os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38*”.

Já o art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, aplicado subsidiariamente ao Pregão, dispõe que “*é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta*”.

O art. 2º, §2º, do Decreto 10.024/2019, por sua vez, reproduziu o mesmo texto do art. 4º, parágrafo único, do Decreto 3.555/2000: “*as normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação*”.

<sup>2</sup> Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:  
(...)

XII - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:

(...)

h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;”

<sup>3</sup> “26.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.”



Como visto, a interpretação literal do termo “[documentos] *já apresentados*” do art. 26, §9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento “*que deveria constar originariamente da proposta*”, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 pode levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim).

Imperioso observar que, visto por este prisma, a interpretação literal desses comandos legais vai contra o entendimento da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que o edital não constitui um fim em si mesmo. Cito caso semelhante à situação ora tratada em que, por meio do Acórdão 1.758/2003-TCU-Plenário, de minha relatoria, o TCU considerou regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas no art. 11, incisos XIII e XIV, do Decreto 3.555/2000.

O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do art. 3º, *caput*, da Lei 8.666/93. Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato.

As regras de licitações e a jurisprudência vêm evoluindo nesse sentido, sendo possível, por exemplo, ante à falta de juntada de comprovantes de regularidade fiscal pelo licitante, a consulta, pelo próprio agente público que conduz o certame, a sítios públicos em que constem tais documentos, nos termos do art. 40, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019.

Em alinhamento com esse entendimento, a vedação à inclusão de documento “*que deveria constar originariamente da proposta*”, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Isso porque admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

Cito ainda o disposto no art. 64 da nova Lei de Licitações (Lei 14.133 de 1º de abril de 2021), que revogará a Lei 8.666/1993 após decorridos 2 anos da sua publicação oficial:

*Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:*

*I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;*

*II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.*

*§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,*



*mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.*

O dispositivo reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993; porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

Assim, nos termos dos dispositivos citados, inclusive do art. 64 da Lei 14.133/2021, entendo não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele anteriormente encaminhado. Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação.

Pelo exposto, julgo procedente a presente representação tendo em vista que o pregoeiro deixou de fundamentar o ato pelo qual concedeu nova oportunidade para envio da documentação, no prazo de 30 minutos, e considero prejudicada a medida cautelar pleiteada, uma vez que o certame foi revogado.

Determino seja dado ciência à Diretoria de Abastecimento da Marinha (DAbM) de que a abertura de nova oportunidade pelo Pregoeiro, no dia 05/05/2020, às 09:57:25hs, após iniciada a fase de julgamento de propostas, para que todos que os licitantes enviassem a documentação exigida no edital, para fins de habilitação, sem que o ato fosse devidamente fundamentado, com a especificação dos erros e falhas passíveis de saneamento, dentro da margem de correção possibilitada pelos normativos incidentes, afrontou o previsto no art. 8º, inciso XII, alínea “h”, e no art. 47 do Decreto 10.024/2019, bem como os princípios da transparência e da equidade.

Indefiro o pedido de ingresso aos autos formulado por Graziela Marize Curado, OAB/DF 24.565, em nome da empresa representante, Basis Tecnologia da Informação S.A., para que seja considerada como parte interessada (peça 1, p. 15), tendo em vista que não restou demonstrada razão legítima para empresa intervir neste processo, tampouco a possibilidade de lesão a direito subjetivo próprio, à luz do art. 146 do RI/TCU c/c o art. 2º, § 2º, da Resolução-TCU 36/1995, com redação dada pelo art. 1º da Resolução-TCU 213/2008.

### III

Quanto às sugestões da Selog para o Ministério da Economia, as quais foram objeto de oitiva daquela unidade jurisdicionada, faço as seguintes considerações.

Desnecessário reavaliar o previsto no recente Decreto 10.024/2019 e modificar o sistema Comprasnet, admitindo, expressamente e uma única vez, a complementação da documentação exigida no edital para habilitação no certame, em prazo que não comprometa a sua celeridade, quando, no momento do julgamento da proposta, for verificado ausência de parte da documentação obrigatória.

Conforme exposto, a regra é a apresentação da documentação de habilitação até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, nos termos do art. 26, *caput*, do Decreto 10.024/2019, a fim de conferir maior celeridade ao procedimento.

Excepcionalmente, o art. 47 do normativo já abre a possibilidade, tanto na fase de julgamento das propostas, quanto da avaliação da habilitação, de o pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes. O art. 17, inciso VI, por sua vez, estabelece que o aludido ato é dever do pregoeiro. E o art. 8º, inciso XII, alínea “h”, determina que conste expressamente na ata da sessão pública a decisão do pregoeiro acerca do saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação.

Ademais, a Lei 10.520/2002, ao descrever a fase externa do pregão presencial, não proíbe a complementação da documentação de habilitação, tampouco veda a inclusão de novo documento.

Da interpretação sistemática dos dispositivos, conclui-se que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação, não alcançando documento ausente que se refira à condição atendida no momento de apresentação da proposta, não entregue juntamente com os demais documentos de habilitação e da proposta por equívoco ou falha.

Ratificando esse entendimento, o art. 64, inciso I, da Lei 14.133/2021 (ainda não-vigente) admite expressamente a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de atos existentes à época da abertura do certame.

Portanto não há falar em reavaliação do previsto no recente Decreto 10.024/2019, uma vez que o normativo já admite o saneamento dos documentos de habilitação e da proposta em seu art. 47.

Da mesma forma, o sistema Comprasnet permite a execução deste ato, por meio da abertura do *chat*, para envio dos documentos solicitados, como ocorreu no caso concreto relatado nesta representação, devendo o pregoeiro obrigatoriamente fundamentar seu ato.

Nesse sentido, a fim de evitar interpretações equivocadas do Decreto 10.024/2019, é necessário apenas deixar assente que o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

No que concerne ao segundo ponto da oitiva, relativo ao momento em que se deve anexar o arquivo da proposta no sistema, a Seges/ME informou que adotará medidas para promover alteração no sistema Comprasnet a fim de que o ato ocorra posteriormente à fase de lances, não havendo mais considerações a serem feitas.

Pelo exposto, voto por que o Tribunal acolha a minuta de acórdão que ora submeto à deliberação do colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 26 de maio de 2021.

WALTON ALENCAR RODRIGUES  
Relator





## ACÓRDÃO Nº 1211/2021 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 018.651/2020-8.
2. Grupo II – Classe de Assunto: VII – Representação
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Diretoria de Abastecimento da Marinha.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Graziela Marise Curado de Oliveira, OAB/DF 24.565

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Basis Tecnologia da Informação S.A., com solicitação de adoção de medida cautelar para suspensão do certame, noticiando irregularidade no âmbito do Pregão Eletrônico SRP 11/2020, promovido pela Diretoria de Abastecimento da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do RI/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. considerar prejudicada a medida cautelar pleiteada, ante a revogação do certame em 26/5/2020;

9.3. dar ciência à Diretoria de Abastecimento da Marinha (DAbM) de que a abertura de nova oportunidade pelo Pregoeiro, no dia 05/05/2020, às 09:57:25hs, após iniciada a fase de julgamento de propostas, para que todos que os licitantes enviassem a documentação exigida no edital para fins de habilitação, sem que o ato fosse devidamente fundamentado, com a especificação dos erros e falhas passíveis de saneamento, dentro da margem de correção possibilitada pelos normativos incidentes, afrontou o previsto no art. 8º, inciso XII, alínea “h”, e no art. 47 do Decreto 10.024/2019, bem como os princípios da transparência e da equidade;

9.4. deixar assente que, o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro;

9.5. indeferir o pedido de ingresso aos autos formulado por Graziela Marize Curado, OAB/DF 24.565, em nome da empresa representante Basis Tecnologia da Informação S.A. para que seja considerada como parte interessada, ante a ausência de demonstração de i) razão legítima para intervir neste processo; ii) e da possibilidade de lesão a direito subjetivo próprio, à luz do art. 146 do RI/TCU c/c o art. 2º, § 2º, da Resolução-TCU 36/1995, com redação dada pelo art. 1º da Resolução-TCU 213/2008;

9.6. dar ciência desta deliberação à Diretoria de Abastecimento da Marinha, ao representante e à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia; e

9.7. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, inciso V, do RI/TCU.





10. Ata nº 18/2021 – Plenário.
11. Data da Sessão: 26/5/2021 – Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1211-18/21-P.
13. Especificação do quórum:
  - 13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
  - 13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
  - 13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)  
ANA ARRAES  
Presidente

(Assinado Eletronicamente)  
WALTON ALENCAR RODRIGUES  
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)  
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA  
Procuradora-Geral



GRUPO I – CLASSE VI – Primeira Câmara  
TC 039.450/2023-6 [Apenso: TC 039.906/2023-0]  
Natureza: Representação  
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia  
Interessada: NPX Entretenimentos Comércio e Serviços Ltda.  
(16.887.646/0001-72)

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO DE LICITANTE. SEBRAE/RO. EXIGÊNCIA DE DIPLOMA DE CURSO DE NÍVEL SUPERIOR PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL. VEDAÇÃO INDEVIDA À INCLUSÃO POSTERIOR DE DOCUMENTO QUE ATESTASSE CONDIÇÃO PREEXISTENTE, EM AFRONTA AO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. COMPROVAÇÃO DE ANULAÇÃO, DE OFÍCIO, DO ATO EIVADO DE IRREGULARIDADE. DESNECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO.

## RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução de peça 70-72, elaborada pela Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações):

### “INTRODUÇÃO

1. Trata-se de representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico (PE) 22/2023, sob a responsabilidade do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia (Sebrae/RO), com valor estimado de R\$ 17.560.277,77, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços para produção de eventos sob demanda, abrangendo, organização, coordenação e execução de montagem e desmontagem de infraestrutura bem como fornecimento de itens para realização dos eventos em Rondônia (peça 5, p. 2).
2. O pregão em análise é regido pelo Regulamento próprio da entidade (Sistema S) e a plataforma eletrônica utilizada para a seleção do contratado foi a Licitanet ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).
3. Seguem abaixo informações adicionais sobre o certame:
  - a) Situação: após homologação, foi suspenso administrativamente até decisão deste Tribunal (peça 25, p. 8-9).
  - b) A licitação em tela não envolve registro de preço.
  - c) Não houve assinatura do contrato decorrente da licitação.
  - d) Não houve pedido de impugnação do edital.

### HISTÓRICO

4. Conforme instrução inicial, o representante alegou, em suma, que sua inabilitação foi indevida em razão da ocorrência das seguintes irregularidades (peça 19, p. 1):
  - a) os documentos alegados para sua inabilitação e que eventualmente não teriam sido apresentados junto com a habilitação (diploma/certificado do curso de graduação de nível superior, registrado no MEC e certidão de acervo técnico) são documentos que já existiriam à época da publicação do edital da licitação, ou seja, seria documentos preexistentes;
  - b) a juntada de documentos preexistentes ao invés da inabilitação da licitante não feriria os princípios da isonomia entre os licitantes, sendo a inabilitação um excesso de formalismo que contrariaria decisões recentes deste Tribunal e o princípio da razoabilidade; e



c) o pregoeiro teria ferido, ainda, os princípios da economicidade e da eficiência, considerando a diferença entre seu lance final e o da licitante declarada vencedora no valor de R\$ 2.536.166,20.

5. Naquela instrução, esta unidade técnica (UT) concluiu pela irregularidade (i) da exigência de certificado de graduação de nível superior, uma vez que não faz parte da documentação prevista no art. 12, II, do Regulamento de Licitações e Contratos (RLC) do Sebrae, e (ii) da recusa em aceitar documento novo apresentado em sede recursal, atestando condição preexistente, em afronta à jurisprudência deste Tribunal, em especial o entendimento do Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues (peças 19 e 20).

6. Considerando que a nova certidão apresentada pelo representante não foi analisada pelo pregoeiro, não foi possível concluir que a inabilitação do representante teria sido irregular em razão do excesso de formalismo da entidade. Nesse contexto, foram propostos o conhecimento da representação e a realização de oitiva prévia da entidade para apresentar justificativas e esclarecimentos, que contaram com a anuência do relator (despacho - peça 21).

7. Em nova instrução, a análise da manifestação da entidade quanto à oitiva prévia concluiu pela procedência dos seus itens, evidenciada a insistência da entidade em não analisar a CAT NET - 000015753, desconsiderando o item 'c.6' dessa oitiva (peça 34).

8. Assim, a UT propôs as seguintes medidas, que foram integralmente acolhidas pelo relator, nos termos do despacho à peça 37 (peças 34-36 - grifos originais):

43.1. **indeferir** o pedido de concessão de medida **cautelar** formulado pelo representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;

43.2. realizar a **oitiva** do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia com amparo no art. 250, V, do Regimento Interno/TCU, para que, no prazo de **quinze dias**, se pronuncie quanto aos seguintes pontos relativos ao Pregão Eletrônico 22/2023:

a) exigência indevida de apresentação de diploma/certificado do curso de graduação de nível superior, registrado no MEC (item 6.1.4.2. 'e', do edital), para fins de comprovação de qualificação técnico-profissional, requisito não previsto no art. 12, II, do RLC Sebrae;

b) vedação indevida à inclusão posterior de documento que ateste condição preexistente (Certidão de Acervo Técnico NET - 000015753), que tenha por fim justamente esclarecer/complementar documento/informação que deveria constar originariamente da proposta (item 15.6 do edital), em afronta aos princípios do formalismo moderado, do atendimento ao interesse público, da obtenção da proposta mais vantajosa e da economicidade e à jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 1211/2021-TCU-Plenário e 117/2024-TCU-Plenário, entre outros);

c) demais informações que julgar necessárias; e

d) **designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato;**

43.3. considerando a possibilidade de **construção participativa das deliberações** deste Tribunal, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 315/2020, bem como o previsto nas Normas de Auditoria (NAT) aprovadas pela Portaria-TCU 280/2010, referente aos **comentários dos gestores** (no que se aplica a representações e denúncias):

a) **solicitar** ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia, caso queira, no prazo de **quinze dias**, acerca do Pregão Eletrônico 22/2023:

a.1) a apresentação de possíveis ações corretivas que poderão ser tomadas para prevenir ou corrigir os indícios de irregularidades detectados ou remover seus efeitos;

a.2) na hipótese de serem consideradas insuficientes, pelo TCU, as alternativas apresentadas pela unidade jurisdicionada, a manifestação quanto aos possíveis impactos de determinação deste Tribunal para (i) o **retorno de fase do certame** e a **análise da certidão** de acervo técnico apresentada em contrarrazões recursais pela licitante Lima & Silva Ltda. para fins de complementação da documentação apresentada para comprovação de qualificação técnica; ou (ii) a **anulação** do referido certame licitatório;

b) **alertar** o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia **com relação à construção participativa de deliberações**, de que:

b.1) a sua manifestação quanto às alternativas para corrigir os indícios de irregularidades verificados e quanto aos impactos das possíveis medidas a serem adotadas pelo TCU será avaliada na proposição de mérito, mas não vincula as decisões desta Corte de Contas, notadamente quando os riscos decorrentes de sua adoção e/ou da manutenção de situação irregular não se coadunarem com o interesse público que se



pretende tutelar;

b.2) a ausência de manifestação no prazo estipulado não impedirá o andamento processual, podendo o TCU vir a prolatar decisão de mérito, caso haja elementos suficientes que caracterizem afronta às normas legais e/ou possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração; e

b.3) a ausência de manifestação não será considerada motivo de sanção;

43.4. realizar, nos termos do art. 250, V, todos do Regimento Interno/TCU, a **oitiva** da sociedade empresária NPX Entretenimentos Comércio e Serviços Eireli - EPP (CNPJ 16.887.646/0001-72), para, no prazo de **quinze dias**, manifestar-se, caso queira, sobre os fatos constantes nos subitens 43.2 'a' e 'b' retro;

43.5. **deferir o pedido** formulado por NPX Entretenimentos Comércio e Serviços Eireli - EPP **de ser considerado como parte interessada**, nos termos do art. 146, do Regimento Interno/TCU;

43.6. **encaminhar** cópia da presente instrução ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia e à empresa NPX Entretenimentos Comércio e Serviços Eireli - EPP, de maneira a embasar as respostas à oitiva; e

43.7. **comunicar** ao representante a decisão que vier a ser prolatada.

9. Promovidas as oitivas e a construção participativa quanto às alegações do representante e demais questões levantadas por esta UT, passa-se a analisar as respostas apresentadas, tópico a tópico, conforme transcrição a seguir.

#### **EXAME TÉCNICO**

##### **1.1. Exame das oitivas realizadas:**

10. Em 15/2/2024, foram encaminhados os ofícios de oitiva e de comentários do gestor à entidade contratante (Ofícios 4964/2024-TCU/Seproc e 4980/2024-TCU/Seproc - peças 39-40) e de oitiva à sociedade empresarial NPX Entretenimentos Comércio e Serviços Eireli - EPP (Ofício 4969/2024-TCU/Seproc - peça 41) acerca dos indícios de irregularidades apontados nesta representação e para a obtenção de informações adicionais àquelas já existentes nestes autos.

11. Em resposta (peça 44), a Unidade Jurisdicionada (UJ) apresentou os documentos acostados às peças 44-48 e a empresa NPX, apesar de ter seu ofício reenviado (peças 50-51) e de ter novo ofício expedido após atualização de endereço (peças 52-55), optou por permanecer silente.

12. Segue a análise dos pontos questionados, conforme despacho do relator.

**Item b.1:** exigência indevida de apresentação de diploma/certificado do curso de graduação de nível superior, registrado no MEC (item 6.1.4.2. 'e', do edital), para fins de comprovação de qualificação técnico-profissional, requisito não previsto no art. 12, II, do RLC Sebrae

Manifestação da UJ sobre o indicio de irregularidade (peça 44):

a) alega ter encaminhado os questionamentos deste Tribunal à área técnica responsável pelo certame; e

b) sem se manifestar especificamente sobre o item da oitiva, informa que a comissão de licitação teria recomendado a anulação da fase externa para, após ajustes no edital, deflagrar novo certame.

Análise:

13. Reitera-se as análises anteriores (peças 19, p. 3-4, e 34, p. 2-4) no sentido de que é **irregular** a exigência de apresentação de diploma/certificado do curso de graduação de nível superior, registrado no MEC (item 6.1.4.2. 'e', do edital), para fins de comprovação de qualificação técnico-profissional, uma vez que se trata de requisito não previsto no art. 12, II, do RLC Sebrae vigente à época da realização do certame (Resolução Sebrae 361/2021).

14. Conclui-se, portanto, **procedente** esse item de oitiva.

**Item b.2:** vedação indevida à inclusão posterior de documento que ateste condição preexistente (Certidão de Acervo Técnico NET - 000015753), que tenha por fim justamente esclarecer/complementar documento/informação que deveria constar originariamente da proposta (item 15.6 do edital), em afronta aos princípios do formalismo moderado, do atendimento ao interesse público, da obtenção da proposta mais vantajosa e da economicidade e à jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 1211/2021-TCU-Plenário e 117/2024-TCU-Plenário, entre outros)

Manifestação da UJ sobre o indicio de irregularidade (peça 44)

a) inicia frisando que, embora tenha manifestado intenção de recurso, a empresa Lima & Silva teria deixado o prazo decorrer in albis sem ter interposto o recurso necessário à apreciação pela entidade contratante;

b) ressaltando a relevância das questões relacionadas à documentação de habilitação, informa



que a CAT NET - 000015753 foi analisada pela área técnica demandante, que teria concluído que o documento atende o objeto da contratação, ou seja, é suficiente para complementar a metragem mínima solicitada no edital para fins de comprovação da qualificação técnico operacional;

c) admite que, com a análise apresentada pela equipe técnica, haveria a possibilidade de inclusão de documentos que sirvam para esclarecer ou complementar informações de um documento já apresentado tempestivamente pelo licitante, quando este não for suficiente para comprovar o atendimento das condições fixadas no edital;

d) destaca que, no ano de 2024, teria entrado em vigor o novo RLC do Sebrae (Resolução CDN 439/2023), em que teriam sido realizadas alterações com base em estudos e visando melhorias nos procedimentos, a exemplo do previsto no § 3º do art. 17;

e) considerando o vício insanável identificado por meio da Nota Técnica 13/2024 da Unidade de Gestão Administrativa, com base no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, alega que a Comissão de Licitação teria recomendado a anulação da fase externa do certame e a deflagração de novo certame após ajuste no edital, proposta que teria sido acolhida pela autoridade competente; e

f) finaliza reiterando que os atos teriam sido pautados dentro das normas vigentes à época do certame.

Análise:

15. Reitera-se a jurisprudência deste tribunal firme e pacífica no sentido de que, no curso de procedimentos licitatórios, **a entidade deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado**, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

16. A análise da CAT NET - 000015753 pela área demandante evidenciou que a condução do certame pelo pregoeiro não garantiu que os recursos de natureza pública fossem aplicados com razoabilidade, com o menor dispêndio possível, atendidas as necessidades da entidade contratante conforme as exigências contidas no edital.

17. Vale lembrar a diferença entre a proposta do representante (R\$ 8.000.000,00) e a da atual declarada vencedora (R\$ 10.535.371,08), o que significa uma **economia de R\$ 2.535.371,08**.

18. Até mesmo a não interposição de recurso pelo representante é irrelevante no caso vertente, uma vez que **a referida certidão foi apresentada em contrarrazões recursais** perante a entidade contratante.

19. Por pertinente, registra-se que o representante apresentou, posteriormente, petição, em 21/11/2023 (peça 57, p. 2), solicitando a reconsideração das decisões que deram provimento parcial aos recursos interpostos pelas licitantes NPX e Luminar Eventos e Comunicação Ltda., resultando em sua inabilitação (idem, p. 3-20). Em que pese a mensagem na plataforma eletrônica de que a referida petição seria respondida posteriormente pela autoridade competente e disponibilizada no portal 'canal do fornecedor' (idem, p. 21), constata-se que não houve resposta da entidade contratante (idem, p. 2).

20. No tocante ao RLC do Sebrae vigente à época, não se vislumbra óbices à possibilidade de inclusão de documentos que sirvam para esclarecer ou complementar informações de um documento já apresentado tempestivamente pelo licitante, quando este não for suficiente para comprovar o atendimento das condições fixadas no edital.

21. Ressalta-se que o próprio edital do certame dispõe que (peça 5, p. 17 - grifado):

15.6. É facultada ao Pregoeiro/Comissão e à Autoridade Superior, em qualquer fase da Licitação realizar a suspensão do certame e a promoção de diligência destinada **a esclarecer ou a complementar a instrução do processo**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

22. O Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, também já prolatado à época do certame, é claro no sentido de que a inclusão de documento novo que ateste condição preexistente, além de não afrontar o princípio da isonomia entre os licitantes, homenageia o princípio do formalismo moderado, permitindo, assim, a obtenção da proposta mais vantajosa apresentada no certame e o alcance do interesse público.

23. Nesse contexto, é pacífica a jurisprudência deste tribunal acerca da irregularidade na desclassificação ou inabilitação de proposta em razão de falhas e/ou impropriedades que possam ser sanadas mediante a realização de diligência (Acórdãos 918/2014-TCU-Plenário, relator Ministro Aroldo Cedraz; 1795/2015-TCU-Plenário, relator Ministro José Múcio Monteiro; 5883/2016-TCU-1ª Câmara, relator Ministro Bruno Dantas; 1414/2017-TCU-Plenário, relator Ministro-Substituto André de Carvalho; 2239/2018-TCU-Plenário, relatora Ministra Ana Arraes; 1487/2019-TCU-Plenário, relator Ministro-





Substituto André de Carvalho; 2265/2020-TCU-Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler; 2903/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro; 988/2022-TCU-Plenário, relator Ministro Antônio Anastasia; 4370/2023-TCU-1ª Câmara, relator Ministro Jhonatan de Jesus; entre outros).

24. Assim, ao contrário do alegado, entende-se que os atos do pregoeiro não encontram amparo nas normas vigentes à época do certame, muito menos na jurisprudência deste Tribunal.

25. Conclui-se, portanto, **procedente** esse item de oitiva, no sentido de ser irregular a vedação indevida à inclusão posterior de documento que ateste condição preexistente (Certidão de Acervo Técnico NET - 000015753), que tenha por fim justamente esclarecer/complementar documento/informação que deveria constar originariamente da proposta (item 15.6 do edital), em afronta aos princípios do formalismo moderado, da obtenção da proposta mais vantajosa e da economicidade e à jurisprudência deste Tribunal.

26. Será, então, proposta determinação para a anulação do ato que inabilitou a empresa NPX no âmbito do PE 22/2023, bem como dos atos subsequentes, e o retorno à fase imediatamente anterior. Destaca-se que a anulação de toda a fase externa do certame é desnecessária e contraria o princípio constitucional da eficiência.

**Item d:** realizar, nos termos do art. 250, V, do Regimento Interno/TCU, a oitiva da sociedade empresária NPX Entretenimentos Comércio e Serviços Eireli - EPP (CNPJ 16.887.646/0001-72), para, no prazo de quinze dias, manifestar-se, caso queira, sobre os fatos constantes nos subitens b1 e b2 retro

Manifestação da empresa NPX:

27. Não houve manifestação.

Análise:

28. Em que pese o reenvio do ofício de oitiva (peças 50-51) e a expedição de novo ofício após atualização de seu endereço (peças 52-55), **a empresa NPX optou por permanecer silente.**

29. Considerando que há apenas a expectativa de direito à contratação, uma vez que o certame foi homologado, sem, contudo, a assinatura do contrato decorrente, a ausência de manifestação nos autos não se traduz em prejuízo para a empresa nem em ofensa ao princípio do devido processo legal e seus corolários.

**1.2. Manifestação da UJ sobre a construção participativa de deliberações (peça 44):**

30. Considerando o vício insanável identificado por meio da Nota Técnica 13/2024 da Unidade de Gestão Administrativa, com base no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, informa que a Comissão de Licitação teria recomendado a anulação da fase externa do certame e a deflagração de novo certame após ajuste no edital, proposta que teria sido acolhida pela autoridade competente.

Análise:

31. Reitera-se a análise contida nos itens 15-23 retro.

### CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, reitera-se o **conhecimento** da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014.

33. A exigência de apresentação de diploma/certificado do curso de graduação de nível superior, registrado no MEC, para fins de comprovação de qualificação técnico-profissional, é irregular, uma vez que se trata de requisito não previsto no art. 12, II, do RLC do Sebrae vigente à época da realização do certame.

34. A vedação à inclusão posterior de documento que ateste condição preexistente, que tem por fim esclarecer/complementar documento/informação que deveria constar originariamente da proposta, é irregular, pois afronta os princípios do formalismo moderado, da obtenção da proposta mais vantajosa e da economicidade, além da jurisprudência deste Tribunal.

35. Assim, quanto aos indícios de irregularidades, os elementos constantes dos autos permitem, desde já, a avaliação quanto ao **mérito** da presente representação como **procedente**.

36. Será proposta, portanto, a realização de **determinação**, na forma descrita nesta instrução.

37. Por fim, diante dos encaminhamentos propostos, entende-se que haverá impacto relevante na unidade jurisdicionada e/ou na sociedade, traduzido na obtenção da proposta mais vantajosa obtida no certame e no alcance do interesse público.

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

38. Não houve pedido de ingresso aos autos.

39. Não houve pedido de vista e/ou cópia.

40. Não houve pedido de sustentação oral.

41. Não há processos conexos.





42. Verificam-se os seguintes processos apensos a estes autos:

NÚMERO DO TC	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ESTADO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL
039.906/2023-0	Solicita via ouvidoria, cópia do processo TC 039.450/2023-6, aberto, restrito (reservado), da relatoria do Ministro Jorge Oliveira.	Encerrado	APENSADO

#### PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

43. Em virtude do exposto, propõe-se:

43.1. **conhecer** da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

43.2. **no mérito**, considerar a presente representação **procedente**;

43.3. **determinar** ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, que, caso deseje dar continuidade ao Pregão Eletrônico 22/2023, no prazo de **quinze dias**, a contar da ciência do acórdão que vier a ser proferido, adote providências com vistas à **anulação** do ato que inabilitou a empresa Lima & Silva Ltda. (CNPJ 08.156.871/0001-00), bem como dos atos subsequentes, e ao **retorno** à fase imediatamente anterior, diante da constatação das seguintes irregularidades:

a) exigência indevida de apresentação de diploma/certificado do curso de graduação de nível superior, registrado no MEC (item 6.1.4.2. 'e', do edital), para fins de comprovação de qualificação técnico-profissional, requisito não previsto no art. 12, II, do RLC do Sebrae vigente à época da realização do certame (Resolução Sebrae 361/2021); e

b) vedação indevida à inclusão posterior de documento, que atestasse condição preexistente (Certidão de Acervo Técnico NET - 000015753), que tinha por fim justamente esclarecer/complementar documento/informação que deveria constar originariamente da proposta (item 15.6 do edital), em afronta aos princípios do formalismo moderado, do atendimento ao interesse público, da obtenção da proposta mais vantajosa e da economicidade e à jurisprudência deste Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 2265/2020-TCU-Plenário, 1211/2021-TCU-Plenário, 2903/2021-TCU-Plenário, 988/2022-TCU-Plenário e 117/2024-TCU-Plenário;

43.4. **informar** ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia, à interessada e ao representante o acórdão que vier a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada, caso existentes, podem ser acessados por meio do endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos); e

43.5. **arquivar** os presentes autos, nos termos do art. 169, II, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de que a AudContratações monitore a determinação supra."

É o relatório.



## VOTO

Examina-se representação acerca de irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 22/2023, promovido pelo Sebrae/RO para contratação de empresa para prestação de serviços de produção de eventos sob demanda.

2. O certame tinha orçamento estimado de R\$ 17,56 milhões e contemplava a organização, coordenação e execução de montagem e desmontagem de infraestrutura, bem como o fornecimento de itens para realização dos eventos.

3. A representante – que apresentou proposta de R\$ 8 milhões – argumenta que sua inabilitação decorreu, essencialmente, da não aceitação de juntada posterior de documentos preexistentes que atestariam sua habilitação, notadamente “diploma/certificado do curso de graduação de nível superior, registrado no MEC e certidão de acervo técnico”.

4. Em despachos às peças 21 e 37, indeferi o pedido de concessão de medida cautelar, autorizei as oitivas propostas pela Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações) e acolhi o pedido de ingresso nos autos por parte da empresa declarada vencedora, que havia apresentado proposta de R\$ 10,5 milhões.

5. Em instrução de mérito, a AudContratações propõe considerar o feito procedente, com consequente determinação para anulação do ato que inabilitou a representante.

6. Acolho a percuente análise da unidade instrutora, incorporando seu parecer como razões de decidir. Todavia, diante das novas informações trazidas pela unidade jurisdicionada (peças 73-79), que comprovam a anulação dos atos eivados de irregularidade, considero que a expedição de ciência se mostre medida suficiente para evitar a reincidência.

7. Com efeito, é irregular a exigência de apresentação de diploma/certificado do curso de nível superior, registrado no MEC (item 6.1.4.2. ‘e’, do edital), para fins de comprovação de qualificação técnico-profissional, uma vez que se trata de requisito não previsto no art. 12, II, do Regulamento de Licitações e Contratos (RCL) do Sebrae vigente à época da realização do certame.

8. Da mesma forma, a vedação à inclusão posterior de documento que ateste condição preexistente, o qual tenha por fim justamente esclarecer informação originariamente constante da proposta, representa afronta aos princípios do formalismo moderado, do atendimento ao interesse público, da obtenção da proposta mais vantajosa e da economicidade. Tal conclusão está em linha com farta jurisprudência deste Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 1.211/2021 e 117/2024, ambos do Plenário.

9. O Sebrae/RO apontou, em sua manifestação inicial, que a juntada posterior de documentação de habilitação não estava prevista no RLC então vigente, sendo uma inovação do normativo que passou a reger as licitações publicadas a partir de janeiro de 2024.

10. É de se destacar que, efetivamente, o novo RLC traz, em seu artigo 17, §3º, a seguinte previsão:

*“É permitida a inclusão de documento complementar ou atualizado, desde que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica e seja comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentada sua proposta, que não foi juntado com os demais documentos por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela comissão de licitação/pregoeiro/leiloeiro.”*





11. Não obstante tal dispositivo não estivesse explicitamente previsto no regulamento vigente até o ano de 2023, trata-se de entendimento há muito assentado na jurisprudência desta Corte, decorrente diretamente dos princípios já enumerados.

12. Ademais, conforme bem apontado pela AudContratações, o próprio edital do certame dispunha sobre a possibilidade de realização de diligências para “esclarecer ou complementar a instrução do processo”.

13. No caso concreto, a medida de excessivo rigor formal representaria clara afronta ao princípio da economicidade, tendo em vista a diferença de cerca de R\$ 2,5 milhões entre a proposta da representante e a da empresa declarada vencedora.

14. Não obstante, conforme já mencionado, o Sebrae/RO comprovou às peças 73 a 79 ter anulado os atos de contratação da licitante com proposta de maior valor, bem como ter retornado à fase do procedimento licitatório, habilitando a empresa classificada em primeiro lugar. Deve-se destacar que o certame já teve o seu resultado homologado, com a consequente assinatura do respectivo contrato.

15. Dessa forma, considerando que as irregularidades identificadas já foram superadas, deixo de acolher a proposta de determinação alvitada pela AudContratações, substituindo-a por expedição de ciência, nos termos do artigo 9º da Resolução-TCU 315/2020, com vistas a evitar novas ocorrências semelhantes.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a minuta de acórdão que submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 17 de setembro de 2024.

JORGE OLIVEIRA

Relator



## ACÓRDÃO Nº 7929/2024 – TCU – 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.450/2023-6
- 1.1. Apenso: 039.906/2023-0
2. Grupo I – Classe de Assunto: VI – Representação
3. Interessada: NPX Entretenimentos Comércio e Serviços Ltda. (16.887.646/0001-72)
4. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia (Sebrae/RO)
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações)
8. Representação legal: Bruno Henrique Holanda da Costa Moraes (11.685/OAB-RO) e Marcelo Rodrigues Xavier (18.772-B/OAB-AL), representando Sebrae/RO; Ronaldo Batista de Lima (12.021/OAB-RO), representando NPX Entretenimentos Comércio e Serviços Ltda.; José Cicero Albuquerque da Silva, representando Lima & Silva Ltda.

## 9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação, que aponta irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 22/2023, promovido pelo Sebrae/RO para contratação de empresa para prestação de serviços de produção de eventos sob demanda.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 71, inciso IX, da Constituição Federal, 45 da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 234, 237, inciso VII, e 250, do Regimento Interno e 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, em:

- 9.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la procedente;
- 9.2. dar ciência ao Sebrae/RO sobre as seguintes impropriedades identificadas no Pregão Eletrônico 22/2023, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
  - 9.2.1. exigência de apresentação de diploma/certificado do curso de nível superior, registrado no MEC (item 6.1.4.2. 'e', do edital), para fins de comprovação de qualificação técnico-profissional, em afronta ao art. 12, II, do Regulamento de Licitações e Contratos (RCL) do Sebrae vigente à época da realização do certame;
  - 9.2.2. vedação à inclusão posterior de documento que ateste condição preexistente, em afronta a farta jurisprudência deste Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 1.211/2021 e 117/2024, ambos do Plenário;
- 9.3. comunicar esta decisão à unidade jurisdicionada, à interessada e à representante;
- 9.4. arquivar os autos.

## 10. Ata nº 34/2024 – 1ª Câmara.

## 11. Data da Sessão: 17/9/2024 – Ordinária.

## 12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7929-34/24-1.





13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)  
BENJAMIN ZYMLER  
na Presidência

(Assinado Eletronicamente)  
JORGE OLIVEIRA  
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)  
PAULO SOARES BUGARIN  
Subprocurador-Geral





**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TCU - Plenário

Relator: Ministro Aroldo Cedraz

**ACÓRDÃO Nº 1233/2025 - TCU - Plenário**

Trata-se de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 457/2024, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, com valor estimado de R\$ 299.385.871,49, cujo objeto é a execução dos serviços de remoção, demolição e interdição das ocupações irregulares na faixa de domínio das rodovias federais sob circunscrição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;

Considerando que o representante alega que: (i) a Administração exigiu, em diligência, a apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional em nome da empresa, mesmo sem que essa exigência estivesse expressamente prevista no edital; (ii) sua inabilitação baseou-se exclusivamente em jurisprudência do TCU (Acórdão 1211/2021), sem que o ato administrativo apontasse expressamente o dispositivo do edital supostamente descumprido, em comprometimento à objetividade e ferindo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório; (iii) estima prejuízo de aproximadamente R\$ 6.500.000,00 aos cofres públicos, por conta da eventual contratação de proposta mais onerosa e; (iv) ao impor exigência não prevista no edital, os agentes responsáveis pelo julgamento das propostas e pela homologação do certame incorreram em erro grosseiro, nos termos da Lindb e da jurisprudência do TCU, ensejando eventual responsabilização administrativa e patrimonial;

Considerando que não houve confusão editalícia quanto aos conceitos de qualificação técnico-profissional, prevista aos subitens 8.3.5.3 e 8.3.5.4, e técnico-operacional, prevista a partir do subitem 8.3.5.5 e subsequentes, que se referem à qualificação da pessoa jurídica, em evidência de que a Administração buscou assegurar que apenas empresas com efetiva experiência operacional fossem habilitadas, preservando a execução contratual em padrões adequados de qualidade e risco, em conformidade com o art. 67 da Lei 14.133/2021;

Considerando que, conforme os pareceres emitidos nos autos, o DNIT, ao verificar que a documentação apresentada pela empresa representante se restringia a certidões de acervo técnico (CATs) de profissionais, o órgão promoveu sucessivas diligências, devidamente fundamentadas, concedendo prazo para que a licitante demonstrasse sua qualificação técnico-operacional mediante atestados em nome da empresa;

Considerando que as mensagens de comunicação trocadas entre a comissão de licitação e a empresa indicam que a fundamentação adotada pelo Dnit teve por base os subitens 8.3.5.9 e 8.3.5.10 do Termo de Referência, bem como o entendimento jurisprudencial de que a diligência pode ser utilizada para sanar falha documental relacionada a condição preexistente à fase de habilitação;

Considerando que a conduta da Administração está em consonância com o disposto no art. 64 da Lei 14.133/2021, que permite à comissão de licitação solicitar esclarecimentos ou complementação documental para fins de melhor instrução do processo;

Considerando que a diligência teve como único propósito viabilizar a apresentação de documentos que confirmassem a experiência operacional da empresa, em linha com os critérios já estabelecidos no instrumento convocatório;

Considerando que a utilização do precedente jurisprudencial mencionado não se deu para justificar uma exigência não prevista no edital, mas como fundamento legítimo para assegurar o regular andamento do procedimento e o cumprimento das regras editalícias, não havendo, portanto, inovação normativa ou ilegalidade por parte da Administração, tampouco exigência indevida em sede de diligência;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.





**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TCU - Plenário

Relator: Ministro Aroldo Cedraz

**1. Processo TC-005.665/2025-6 (REPRESENTAÇÃO)**

1.1. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Thyago Jose de Souza Lima (21550/OAB-PB), representando Invias Engenharia Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.





## PROCESSO TC N.º 09575/23

Objeto: Denúncia

Relator: Conselheiro em Exercício Renato Sérgio Santiago Melo

Denunciante: Sena Construções Ltda.

Denunciado: Município de Pilõesinhos/PB

Responsável: Marcelo Matias Camelo

Advogado: Dr. Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (OAB/PB n.º 14.233)

Interessado: João Cavalcante da Cruz Filho

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS – DENÚNCIA – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 76, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA C/C O ART. 51 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/1993 – INDEVIDA INABILITAÇÃO DE EMPRESA PARTICIPANTE DA CONTENDA – RIGOR EXCESSIVO NA INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS EDITALÍCIAS – CONHECIMENTO E PROCEDÊNCIA DA DELAÇÃO – ENVIO DE RECOMENDAÇÕES – REMESSA DE CÓPIAS DA DECISÃO AOS INTERESSADOS – ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. A aplicação rigorosa e desproporcional de regras estabelecidas no instrumento convocatório de certame licitatório indica excessos de formalismos para inabilitação de licitante, ensejando, desta forma, a remessa de recomendações peremptórias.

### ACÓRDÃO AC1 – TC – 01238/2024

Vistos, relatados e discutidos os autos da *DENÚNCIA* formulada pela sociedade Sena Construções Ltda., CNPJ n.º 22.759.235/0001-02, na pessoa de seu representante legal, Sr. José Rogério Silva Nunes, CPF n.º \*\*\*.803.124-\*\*, em face da administração do Prefeito Municipal de Pilõesinhos/PB, Sr. Marcelo Matias Camelo, CPF n.º \*\*\*.662.794-\*\*, acerca de sua descabida inabilitação para participar da Tomada de Preços n.º 07/2023, cujo objeto foi a contratação de empresa para construção de uma creche na mencionada Comuna, acordam, por unanimidade, os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA – TCE/PB, em sessão realizada nesta data, com a ausência justificada do Conselheiro Antônio Gomes Vieira Filho e a convocação do Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo, na conformidade do voto do relator a seguir, em:

1) *TOMAR* conhecimento da mencionada delação e, no tocante ao mérito, *CONSIDERÁ-LA PROCEDENTE*.

2) *ENVIAR* recomendações no sentido de que o Alcaide de Pilõesinhos/PB, Sr. Marcelo Matias Camelo, CPF n.º \*\*\*.662.794-\*\*, e o Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL da Comuna, Sr. João Cavalcante da Cruz Filho, CPF n.º \*\*\*.688.544-\*\*, não interpretem as cláusulas editalícias dos certames licitatórios com rigores excessivos, sobretudo quando houver potenciais riscos de exclusões descabidas de participantes das contendas comuns, com prejuízos às finalidades públicas de obtenções das propostas mais vantajosas para administração.





**PROCESSO TC N.º 09575/23**

3) *ENCAMINHAR* cópias da presente deliberação à denunciante, empresa Sena Construções Ltda., CNPJ n.º 22.759.235/0001-02, na pessoa do seu representante legal, Sr. José Rogério Silva Nunes, CPF n.º \*\*\*.803.124-\*\*, bem como ao denunciado, Município de Pilõezinhos/PB, na pessoa do Chefe do Poder Executivo, Sr. Marcelo Matias Camelo, CPF n.º \*\*\*.662.794-\*\*, para conhecimentos.

4) *DETERMINAR* o arquivamento dos autos.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas  
Publique-se, registre-se e intime-se.  
TCE/PB – Sessão Ordinária Presencial e Remota da 1ª Câmara

João Pessoa, 27 de junho de 2024

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO  
Conselheiro Fernando Rodrigues Catão  
**Presidente**

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO  
Conselheiro em Exercício Renato Sérgio Santiago Melo  
**Relator**

Presente:  
**Representante do Ministério Público Especial**  
ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO





**PROCESSO TC N.º 09575/23**

**RELATÓRIO**

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO (Relator): Cuidam os presentes autos de denúncia formulada pela sociedade Sena Construções Ltda., CNPJ n.º 22.759.235/0001-02, na pessoa de seu representante legal, Sr. José Rogério Silva Nunes, CPF n.º \*\*\*.803.124-\*\*, em face da administração do Prefeito Municipal de Pilõezinhos/PB, Sr. Marcelo Matias Camelo, CPF n.º \*\*\*.662.794-\*\*, acerca de sua descabida inabilitação para participar da Tomada de Preços n.º 07/2023, cujo objeto foi a contratação de empresa para construção de uma creche na mencionada Comuna.

Após o juízo de admissibilidade do Coordenador da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE/PB, Dr. Ênio Martins Norat, fls. 77/79, e a devida atuação do feito, os peritos da Divisão de Auditoria de Contratações Públicas I – DIACOP I, com esteio na mencionada delação, emitiram relatório, fls. 85/91, destacando, resumidamente, que: a) o procedimento licitatório não foi registrado no portal da transparência do Município; b) a licitação era o meio para seleção da proposta mais vantajosa para Urbe; c) o afastamento da empresa, unicamente, em razão da carência de declaração, possível de obtenção mediante diligência, mostrou-se exacerbado; d) a jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU indica a necessidade de respeito ao princípio do formalismo moderado; e e) a inabilitação da denunciante retirou suas chances de disputar os preços no certame. Ao final, os técnicos da DIACOP I pugnam pela procedência da denúncia, em face do excesso de formalismo na inabilitação da empresa delatora, recomendando, assim, a suspensão cautelar dos atos decorrentes da Tomada de Preços n.º 07/2023.

Efetuada as citações do Prefeito do Município de Pilõezinhos/PB, Sr. Marcelo Matias Camelo, e do Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL da referida Comuna, Sr. João Cavalcante da Cruz Filho, fls. 98/103, este último deixou o prazo transcorrer *in albis*.

Em sua peça, o Sr. Marcelo Matias Camelo apresentou documentos e refutações, fls. 105/128, onde legou, sinteticamente, que: a) a Corte de Contas não possui competência para analisar a matéria; b) os requisitos para suspensão cautelar da licitação inexistiram; c) a publicação dos documentos no portal da transparência somente ocorre após a finalização do certame; d) o procedimento licitatório foi suspenso; e) a empresa Sena Construções Ltda. foi inabilitada por não atender às exigências do edital; e f) a dispensa de documento exigido no ato convocatório não é atribuição da Controladoria ou da Comissão de Licitação. Ao final, requereu a improcedência da denúncia, com o consequente arquivamento dos autos.

Instados a se manifestarem, os analistas do TCE/PB, ao esquadrinharem o aludida artefato defensivo, confeccionaram novel relatório, fls. 137/140, onde, sumariamente, opinaram pelo não acolhimento da preliminar de incompetência desta Corte, reconheceram a divulgação do certame no portal da transparência da Comuna de Pilõezinhos/PB e destacaram a persistência da eiva atinente à falta de observância do princípio do formalismo moderado, em razão da inabilitação de licitante por falha sanável.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – MPJTCE/PB, ao se pronunciar a respeito da matéria, fls. 143/151, pugnou, em apertada síntese, pelo conhecimento e procedência da denúncia, com envio de recomendações ao Chefe do Poder Executivo de Pilõezinhos/PB e ao Presidente da CPL, no sentido de não incorrerem





### PROCESSO TC N.º 09575/23

novamente em hipótese de excesso de rigor na interpretação de cláusulas editalícias, sobretudo quando houver potencial risco de exclusão de participantes do certame, com prejuízo à finalidade pública de obtenção da proposta mais vantajosa para administração.

Solicitação de pauta para a presente assentada, fls. 152/153, conforme atestam o extrato de intimações publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PB de 18 de junho do corrente ano e a certidão, fl. 154.

É o breve relatório.

#### VOTO

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO (Relator): Inicialmente, é importante realçar que a denúncia formulada pela sociedade Sena Construções Ltda., CNPJ n.º 22.759.235/0001-02, na pessoa de seu representante legal, Sr. José Rogério Silva Nunes, CPF n.º \*\*\*.803.124-\*\*, em face da administração do Prefeito Municipal de Pilõesinhos/PB, Sr. Marcelo Matias Camelo, CPF n.º \*\*\*.662.794-\*\*, acerca de sua descabida inabilitação para participar da Tomada de Preços n.º 07/2023, encontra guarida no art. 76, § 2º, da Constituição do Estado da Paraíba c/c o art. 51 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – LOTCE/PB (Lei Complementar Estadual n.º 18, de 13 de julho de 1993).

Com efeito, também é necessário destacar que a licitação é o meio formalmente vinculado que proporciona à Administração Pública melhores vantagens nos contratos, oferece aos administrados a oportunidade de participar dos negócios públicos e promove o desenvolvimento nacional sustentado (art. 3º da Lei Nacional n.º 8.666/1993, vigente à época). Logo, quando não realizada ou efetivada de forma irregular, representa séria ameaça aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como da própria probidade administrativa.

Efetivamente, apesar dos procedimentos licitatórios serem regidos por formalismos próprios, entendo, salvo melhor juízo, que a aplicação rigorosa e desproporcional das regras convencionadas pode, em alguns casos, resultar em prejuízos à competitividade e à eficácia das licitações. A administração pública deve buscar um equilíbrio entre a necessidade de cumprimento das normas e a flexibilidade para corrigir erros que não comprometam a integridade ou a qualidade das contratações, evitando, por exemplo, a exclusão desnecessária de potenciais concorrentes, de modo que o interesse público seja sempre priorizado.

No caso em comento, em conformidade com a análise técnica e ministerial, ficou patente que a aplicação de formalismo na inabilitação da empresa Sena Construções Ltda. da Tomada de Preços n.º 07/2023, realizada pela Comuna de Pilõesinhos/PB, em razão de um erro formal sanável, qual seja, a ausência de declaração específica, foi exacerbado. Nessas situações, a antiga Lei de Licitações e Contratos Administrativos, previa, em seu artigo 43, § 3º, que a administração pública deveria permitir a correção de falhas que não comprometem a lisura do procedimento ou a formulação das propostas, *verbo ad verbum*:







**PROCESSO TC N.º 09575/23**

Art. 43. (...)

§ 3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

A referida regra evidencia que o legislador reconheceu a importância de um procedimento licitatório flexível e razoável, que permita a correção de pequenos vícios formais, desde que não afetem a substância das propostas ou a competitividade do certame. A respeito deste ponto, merece realce o posicionamento do eg. Tribunal de Contas da União – TCU, que estabilizou seu posicionamento sobre a matéria, consoante deliberação transcrita a seguir, *ipsis litteris*:

Na falta de documento relativo à fase de habilitação em pregão que consista em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, deve o pregoeiro conceder-lhe prazo razoável para o saneamento da falha, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999. (TCU, Acórdão n.º 988/2022 – Plenário, Rel. Ministro Antônio Anastasia, Data da Sessão: 04/05/2022)

A respeito do tema, merece destaque, ainda, alguns aspectos abordados no brilhante parecer do ilustre representante do Ministério Público Especial, Dr. Bradson Tibério Luna Camelo, fls. 204/208, notadamente quanto à recusa do recurso interposto pela sociedade denunciante em breve espaço de tempo, à análise meritória imediata, bem como à carência de exame completo do pedido, *verbum pro verbo*:

O procedimento licitatório deve ser formal, porque, dentre outros aspectos, é regulado e dispõe de pouca margem de discricionariedade - apesar de não se dispensar o bom senso.

(...)

O princípio que deveria ter sido aplicado é o do formalismo simples ou moderado, porquanto, na situação aqui delineada, percebeu-se nítida incursão em excesso de formalidade, que, por seu turno, impactou na concreção do princípio da competitividade, violado a partir do momento em que a empresa licitante foi inabilitada por um critério meramente formal exacerbado.

Por fim, também nos termos do parecer ministerial, entendo não ser o caso de aplicação de multa à autoridade responsável ou aos membros da Comissão Permanente de Licitação da Comuna de Pilõezinhos/PB, na medida em que, apesar de não observarem a jurisprudência





**PROCESSO TC N.º 09575/23**

aplicada ao caso, atuaram em fiel cumprimento às regras exigidas no edital da Tomada de Preços n.º 07/2023.

Ante o exposto:

1) *TOMO* conhecimento da mencionada delação e, no tocante ao mérito, *CONSIDERO-A PROCEDENTE*.

2) *ENVIO* recomendações no sentido de que o Alcaide de Pilõezinhos/PB, Sr. Marcelo Matias Camelo, CPF n.º \*\*\*.662.794-\*\*, e o Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL da Comuna, Sr. João Cavalcante da Cruz Filho, CPF n.º \*\*\*.688.544-\*\*, não interpretem as cláusulas editalícias dos certames licitatórios com rigores excessivos, sobretudo quando houver potenciais riscos de exclusões descabidas de participantes das contendas comuns, com prejuízos às finalidades públicas de obtenções das propostas mais vantajosas para administração.

3) *ENCAMINHO* cópias da presente deliberação à denunciante, empresa Sena Construções Ltda., CNPJ n.º 22.759.235/0001-02, na pessoa do seu representante legal, Sr. José Rogério Silva Nunes, CPF n.º \*\*\*.803.124-\*\*, bem como ao denunciado, Município de Pilõezinhos/PB, na pessoa do Chefe do Poder Executivo, Sr. Marcelo Matias Camelo, CPF n.º \*\*\*.662.794-\*\*, para conhecimentos.

4) *DETERMINO* o arquivamento dos autos.

É o voto.



Assinado 28 de Junho de 2024 às 08:52



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
PRESIDENTE

Assinado 27 de Junho de 2024 às 12:22



**Cons. em Exercício Renato Sérgio Santiago  
Melo**  
RELATOR

Assinado 27 de Junho de 2024 às 12:26



**Luciano Andrade Farias**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO





**PROCESSO TC – 03814/23**

*Poder Executivo Estadual. Secretaria de Administração. Apuração de denúncia relativa ao Pregão Eletrônico nº 095/2022. Registro de Preços. Contratação de serviços em TI (Sistemas WEB/MOBILE), prestação a ser realizada em favor da Secretaria da Fazenda. Ausência de fundamentos a comprovar o cometimento de irregularidades na conduta denunciada. Conhecimento. Improcedência. Arquivamento. Anexação ao PAG da Secretaria de Estado da Fazenda. Acompanhamento da execução contratual*

**ACÓRDÃO AC1-TC 02336/23**

**RELATÓRIO:**

*Trata o presente feito de representação promovida pela empresa Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos Ltda., acolhida como denúncia nos termos regimentais (artigo 169, parágrafo único, do RITCE/PB), contra alegada omissão da Secretaria do Estado da Administração, supostamente ocorrida no curso do Pregão Eletrônico nº 095/2022, materializada na inabilitação da empresa vencedora da licitação.*

*O certame teve por objeto a contratação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação - TI, para desenvolvimento, manutenção (corretiva, adaptativa, evolutiva e perfectiva), documentação e testes de sistemas e de aplicativos WEB/MOBILE, sagrando-se vencedora a empresa Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda., em favor da qual foi adjudicado o certame, com previsão de gastos totais da ordem de R\$ 4.458.000,00 (valor unitário de R\$ 743,00).*

*O valor foi obtido para a remuneração de 6.000 pontos de função, podendo ser direcionados para a implementação de soluções em tecnologia da informação, de acordo com as necessidades do contratante. Registre-se que a Análise de Pontos de Função (APF) é um método para a medição de tamanho funcional de um software a partir da visão do usuário<sup>1</sup>.*

*Incorporado ao caderno eletrônico o Documento TC nº 42277/23 (fls. 002/328), contendo o inteiro teor da denúncia, reproduzido em dois excertos (fls. 222/249 e 297/317, com pedido de suspensão cautelar do procedimento licitatório. No cerne da fundamentação do pleito, o suposto descumprimento de requisito da norma editalícia: a apresentação intempestiva<sup>2</sup> de atestado comprovando experiência obrigatória com o sistema Bens Java. Em conexão direta com tal descumprimento, pontuou a empresa denunciante que a expertise nas atividades para as quais foram exigidos comprovantes precisava ser atestada em trabalhos executados simultaneamente.*

*Exame de admissibilidade pela Ouvidoria do TCE/PB, que se pronunciou por meio de despacho (fls. 326/328), pelo conhecimento da denúncia, ante o preenchimento dos requisitos constantes do artigo 171 do Regimento Interno, bem como pelo encaminhamento para a Unidade de Instrução, sem pronunciamento de mérito quanto ao atendimento do pedido cautelar.*

<sup>1</sup> Para fins de esclarecimento, o conceito foi obtido em publicação do Tribunal Regional de Trabalho - 9ª Região, disponível em <https://www.trt9.jus.br/pds/pdstrt9/guidances/>

<sup>2</sup> O atestado foi apresentado pela licitante vencedora em momento posterior ao da fase de apresentação de documentos do certame. 1647  
Acórdão AC1-TC 02336/23 - Decisão Inicial - Se... Proc. 03814/23. Data: 04/10/2023 13:00. Responsável: Cons. Fábio T. F. Nogueira.  
Impresso por admin em 02/07/2025 20:57. Validação: B94D.31E5.5E2C.668F.F979.DA5F.093F.20EE.





*Ainda dentro do procedimento licitatório, que tramitou pelas instâncias estaduais como Processo 19.000.015121.2021, a Indra atuou com a mesma pretensão demonstrada na presente denúncia. Nessa linha, houve interposição de recurso administrativo contra a habilitação da Datainfo, dando azo à elaboração do Parecer nº 179/2023/SEAD, que pugnou pela improcedência do pleito recursal.*

*A área técnica da Secretaria de Fazenda do Estado também opinou no feito em documento subscrito pela Área de Desenvolvimento da Gerência de Tecnologia da Informação (Memorando nº 001/2023 - SD - GTI), asseverando que os atestados apresentados pela Datainfo atenderam aos “requisitos técnicos obrigatórios, demonstrando prazos compatíveis para utilização das tecnologias exigidas no objeto desta licitação”.*

*Confirmada a reabilitação da Datainfo, a Comissão Permanente de Licitação retomou o certame em março de 2023, adjudicando o objeto do Pregão Eletrônico nº 95/2022 em favor do licitante que ofereceu a melhor proposta: a Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.*

*Seguindo a marcha processual neste Sinédrio de Contas, a matéria foi apreciada em relatório inaugural pela Auditoria (fls. 1277/1283), tendo por escopo, além do exame da denúncia em si, o pronunciamento técnico acerca da adequação de eventual suspensão cautelar (despacho do Relator, fls. 330/331). Sem pugnar pela suspensão, concluiu o Órgão de Instrução pela necessidade de citação das seguintes autoridades, com vistas a franquear-lhes a oportunidade do contraditório: Carlos Tibério Limeira Santos Fernandes (Secretário – SEAD), Waldênia Karla de Lima Bulhões (Pregoeira - SEAD), Marialvo Laureano dos Santos Filho (Secretário – SEFAZ), Márcio Vinícius de Farias Maribondo (Subgerente de Desenvolvimento da Gerência de Tecnologia da Informação da SEFAZ) e Angelo Giuseppe Guido de Araújo Rodrigues (Diretor Presidente – COTADA).*

*Após a regular citação, os interessados carregaram ao caderno eletrônico peças individuais de defesa (Documento TC nº 54859/23, fls. 1311/1403; Documento TC nº 55794/23, fls. 1407/1524; Documento TC nº 57212/23, fls. 1527/1530; Documento TC nº 63477/23, fls. 1539/1543; e Documento TC nº 74788/23, fls. 1569/1573, submetidas ao crivo do Corpo de Auditoria.*

*Nominalmente citada na denúncia, a Pregoeira responsável pelo certame afirmou que atuou diligentemente, de forma a garantir a contratação da empresa que ofereceu o menor preço e que, juntamente com a melhor oferta, também comprovou deter as competências técnicas para a realização dos serviços licitados.*

*Seguiu-se a elaboração de relatório técnico de análise de defesa (fls. 1584/1590), contendo a derradeira manifestação da Unidade Especialista, destacando omissão atribuída à pregoeira do certame, a senhora Waldênia Karla de Lima Bulhões, o que levou ao juízo de procedência da denúncia e da irregularidade do Pregão Eletrônico 0095/2022. Eis a íntegra do pronunciamento:*

*Ante o exposto, após análise das peças defensórias, entende-se que a denúncia é PROCEDENTE, e que as falhas cometidas pela Sra. Pregoeira, ao desconsiderar/não resolver a incompatibilidade posta pela CODATA, bem como ao não reabrir o contraditório com as demais concorrentes, após acolher documento que beneficiou a vencedora deste certame, são de acentuada gravidade, que tornam o Pregão Eletrônico nº 00095/2022 flagrantemente IRREGULAR.*





*Remessa dos autos eletrônicos ao Parquet de Contas, que expediu o Parecer nº 1702/23 (fls. 1595/1601), da pena do Procurador Manoel Antônio dos Santos Neto, que pugnou, em sentido diverso ao posicionamento da Inspetoria, pela improcedência da denúncia, com sinalização à Administração Estadual de prosseguimento com a contratação da licitante vencedora.*

*O processo foi agendado para a presente sessão, tendo sido processadas as intimações de praxe.*

#### **VOTO DO RELATOR:**

*Preliminarmente, há que se esclarecer a inadequação da expressão utilizada pela empresa postulante (Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos Ltda), ao tombar seu pedido como representação. O mencionado tipo processual, por força regimental, está restrito a enfrentar, em regra, expedientes encaminhados por agentes públicos, comunicando a ocorrência de ilegalidades ou irregularidades de que tenham conhecimento, em virtude do exercício do cargo, emprego ou função<sup>3</sup>.*

*Destarte, em observância ao princípio da instrumentalidade das formas, consagrado no Processo Civil nacional, bem como à complementaridade prevista no artigo 252 do RITCE/PB, que admite a aplicação subsidiária das normas processuais em vigor, toda a tramitação do feito se deu como denúncia, sendo dessa forma tratada nos relatórios técnicos e no Parecer Ministerial.*

*Outro ponto que merece ênfase, até porque foi muito bem abordado no Parecer nº 1702/23, diz respeito à delimitação da conduta denunciada. E isso pode ser extraído da própria peça inaugural, para que não haja margem para qualquer alegação de interpretação equivocada. Eis a exata descrição do sumário executivo, feita pelos representantes da Indra que subscrevem o exórdio:*

*1. Conforme será verificado na presente Representação [Denúncia], a DATAINFO não cumpriu com os requisitos de habilitação técnica do Pregão Eletrônico nº 095/2022, nos seguintes termos:*

*a. Não comprovou pelos atestados apresentados a experiência obrigatória com o sistema Beans Java nos documentos **apresentados tempestivamente**;*

*b. Como forma de ludibriar a Comissão de licitação, encaminhou intempestivamente, após a data da sessão pública, novo documento com data posterior à do Pregão Eletrônico nº 095/2022 para demonstrar suposta experiência não comprovada quanto à habilitação técnica;*

*c. Em situação hipotética de entendimento equivocado pela comprovação da experiência com o sistema Beans Java pela DATAINFO, ainda assim a licitante não cumpriria com os requisitos de habilitação técnica, sendo que não apresentou atestados que comprovassem a experiência com execução concomitante dos serviços prestados (grifo ausente no original).*

*Some-se a este breve introito a informação contida nos parágrafos 53 e 54 da denúncia, reproduzidosipsis litteris:*

*53. Resta claro que não houve a comprovação do requisito de execução do serviço com o modelo Beans Java pela DATAINFO, sendo que o **atestado apresentado intempestivamente** não pode ser considerado para sua habilitação.*

*54. Portanto, se necessária se faz que seja declarada a inabilitação da DATAINFO e o prosseguimento da licitação com a declaração da Indra como vencedora do certame.*

<sup>3</sup> Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, artigo 173-B.







*Da leitura combinada dos recortes anteriores, é possível deduzir, sem maiores esforços, que toda a mobilização da empresa denunciante – que, por várias vezes, apresentou petições ao feito, além de ter acionado a assessoria do meu gabinete em diversas outras oportunidades – fundamenta-se no fato de que a empresa Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda, vencedora do certame, não deveria ter sido habilitada por descumprimento de um requisito: comprovação de experiência com execução do serviço com o modelo Beans Java.*

*Cumpre mencionar que, num primeiro momento, a Datainfo foi inabilitada por ausência de qualificação técnica, o que resultou na adjudicação do Pregão Presencial à empresa denunciante. A seguir, a lista das empresas que ofereceram lances, estratificada em ordem decrescente de valor da proposta:*

- ✓ *FSBR - Fábrica de Software do Brasil Ltda. (Valor unitário R\$ 500,00/Valor Total R\$ 3.000.000,00);*
- ✓ *Sigma Dataserv Informática S/A (Valor unitário R\$ 677,00 Valor Total R\$ 4.062.000,00);*
- ✓ *Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda. ( Valor unitário R\$ 743,00 Valor Total R\$ 4.458.000,00);*
- ✓ *Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos Ltda, (Valor unitário R\$ 799,00 Valor Total R\$ 4.794.000,00);*
- ✓ *Lamppit Solutions Tecnologia Ltda. (Valor unitário R\$ 850,00 Valor Total R\$ 5.100.000,00);*
- ✓ *Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A (Valor unitário R\$ 1.080,00 Valor Total R\$ 6.480.000,00);*
- ✓ *A B Computação - Importação e Exportação Eireli (Valor unitário R\$ 1.600,00 Valor Total R\$ 9.600.000,00).*

*As duas companhias que ofertaram os menores valores foram inabilitadas por não apresentarem a qualificação técnica exigida no item 15 e subsequentes do Anexo I do Termo de Referência. Por seu turno, a Datainfo também foi inabilitada por uma inconformidade no citado item, nomeadamente no que estabelece o ponto 2.2 (A licitante deverá comprovar também, por meio de atestado de capacidade técnica, experiência na execução de serviços de desenvolvimento de sistemas utilizando: [...] Model – EJB 3.0, Beans Java [...]).*

*Ressalte-se que a insurreição da denunciante não jaz no fato de a Datainfo não ter acostado a documentação reclamada, mas sim por tê-lo feito em momento posterior ao que o denunciante julga ter sido o limite temporal para a apresentação de documentos de habilitação. Cumpre lembrar que, num primeiro momento, a Datainfo manejou recurso contra sua inabilitação, tendo sido considerado improcedente pela CPL.*

*Como afirma a denúncia, num primeiro momento, mais precisamente em 18.08.2022, a Datainfo foi desclassificada, o que culminou com a habilitação da Indra e, por conseguinte, da declaração como vencedora do certame.*

*Já na fase recursal, a Datainfo apresentou novo documento no tocante ao Atestado de Capacidade da Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco, relativo ao contrato nº C-SAFI nº 029/19, por meio de Declaração emitida pela SEFAZ-PB em 07 de Outubro de 2022, o que foi considerado como medida saneadora da falha que redundou na sua inabilitação.*





*Vencida a questão, operou-se o atendimento dos requisitos editalícios e, considerando o valor da oferta, o consectário direto foi a adjudicação em favor da Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.*

*A reclamação central da denunciante circunscreve-se ao tema da tempestividade. Ela está bem explicitada na assertiva feita no parágrafo 16 da denúncia: “a Datainfo apresentou novo atestado com data muito posterior à realização do Pregão Eletrônico. O certame foi realizado em 13 de junho de 2022, enquanto o novo documento juntado pela Datainfo foi assinado em 07 de outubro de 2022”.*

*Para além desta arguição, a denunciante inferiu da norma editalícia uma conclusão que passa ao largo da razoabilidade. O ponto em questão está plasmado no item 12.5.5, “a.3”. O regulamento traz o seguinte enunciado:*

*12.5.5. Relativos à Qualificação Técnica: [...]*

*a.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017*

*O citado dispositivo foi interpretado de forma draconiana, como se seu teor exigisse que os atestados de comprovação de prestação de serviços tivessem sua validade condicionada ao atendimento simultâneo de todas as exigências técnicas, o que, obviamente, se configura como uma cláusula restritiva de competitividade. E certamente não é esse o espírito das normas de regência do tema das licitações, seja a vetusta Lei 8.666/93, seja sua sucessora, a Lei 14.133/21.*

*Tal preceito vale, outrossim, para a indigitada Instrução Normativa nº 05/2017, explicitamente citada no edital do Pregão Presencial nº 095/2022, mas que versa sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.*

*O item 10.9 de seu Anexo VII-A – que lista as diretrizes gerais para a elaboração do ato convocatório – afirma que “poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação”.*

*Ora, a simples utilização do verbo que abre o item sinaliza que se trata de uma faculdade e não uma obrigatoriedade. E a possibilidade a que se refere a IN é tão somente a de se somar, para fins de comprovação de quantitativos mínimos, as métricas de diversos atestados que possam se referir à execução de um serviço complexo, ainda que seja obtido pela execução simultânea de vários serviços mais simples.*

*E isso jamais pode ser confundido com o viés restritivo impingido pela denunciante, como se aduz do seguinte excerto:*

*Dessa foram, o Edital determina os seguintes requisitos obrigatórios que deveriam ser observados para que as licitantes tivessem aprovada a sua habilitação técnica, quais sejam:*

*- No caso se ser apresentado o somatório de atestados, ou seja, mais de um atestado para comprovação da habilitação técnica, os serviços atestados devem ter ocorrido concomitantemente.*

*Uma regra dessa jaez implicaria necessariamente a restrição da competitividade, pois claramente beneficiaria a corporação que prestava o serviço até o advento do Pregão Presencial em comento. Não se pode olvidar que quanto maiores forem as condicionantes estabelecidas para habilitação, menor será o universo dos competidores, o que, além de afrontar os princípios consagrados de concorrência e isonomia, terminam por contribuir para a elevação do preço final à Administração.*





Uma definição bastante clara deste item editalício foi feita no já mencionado Parecer nº 179/2023/SEAD. Trata o exceto de uma hipótese genérica que se traduz na possibilidade de comprovação dos quantitativos mínimos mediante apresentação de atestados concomitantes quando inexistirem atestados que, por só só, demonstrem o cumprimento dos requisitos técnicos. E, como se verá a seguir, não falta à licitante vencedora experiência na prestação do serviço licitado.

Há que se lembrar que o caso concreto encerra a prestação de serviços de TI, quantificados em pontos de função. Mais precisamente, 6.000 P.F. Há farta jurisprudência do Tribunal de Contas da União afirmando ser irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível<sup>4</sup>.

Nesta senda, desbordaria da razoabilidade exigir das empresas licitantes comprovação de prestação de serviços semelhantes aos descritos no edital, cujo somatório ultrapassasse os 3.000 pontos de função. Mas a pergunta que se pode fazer é: estaria a Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda. apta a prestar ao Governo da Paraíba os serviços exigidos no edital do certame?

Consulta ao Sistema de Tramitação desta Corte (Tramita) aponta o tombamento do Documento TC nº 53937/22, que formalizou o Pregão Presencial 095/2022. No respectivo caderno eletrônico, pode-se acessar o Contrato Administrativo nº 015/2023, decorrente do Processo nº 19.000.015121.2021, por meio do qual a Secretaria de Fazenda do Estado da Paraíba<sup>5</sup> celebrou o pacto negocial com a Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.

O mencionado contrato, com prazo de vigência entre 01/09/2023 e 31/08/2024, previu o desembolso de R\$ 3.715.000,00, pelo pagamento de 5.000 pontos de função, sinalizando que a celebração foi feita em números inferiores àqueles licitados (6.000 pontos de função). A celebração se deu exatamente há um mês da presente sessão, em 28/08/2023.

Item	Descrição	Und.	Quantidade Contratada	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1,0	Serviços Técnicos Especializados em Tecnologia da Informação-TI, para Desenvolvimento, Manutenção (Corretiva, Adaptativa, Evolutiva e Perfectiva), Documentação e Testes de Sistemas e de Aplicativos WEB/MOBILE conforme especificações, detalhamento, quantitativos, condições e exigências, contidas no Anexo I ao Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico nº 095/2022.	PF	5.000	743,00	3.715.000,00.
VALOR TOTAL R\$					3.715.000,00

Ainda que não tenha havido despesa paga no âmbito do citado processo licitatório, a Datainfo figura como empresa credora de outros Entes Governamentais. Consulta a bases de empenhos do Governo Federal e de outros Tribunais de Contas<sup>6</sup> aponta que, desde 2019, a Datainfo celebrou contratos com a Administração Pública, cujas receitas somam R\$ 59.454.871,74, sendo deste total R\$ 32.698.844,73 provenientes da União<sup>7</sup>; e R\$ 26.756.027,01, do Governo do Estado de Pernambuco.

<sup>4</sup> Em linha com tal entendimento, Acórdão 2696/2019-Primeira Câmara (TCU), da relatoria do Ministro Bruno Dantas.

<sup>5</sup> A avença contratual sinaliza que, embora o processo licitatório tenha sido conduzido pela Secretaria de Administração, a Pasta beneficiária foi a Fazenda Estadual.

<sup>6</sup> A consulta inclui Tribunais de Contas da Região Nordeste.

<sup>7</sup> Este rol inclui Órgãos da Administração Direta, como AGU, Ministérios da Cidadania, da Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores; Entidades Autárquicas, como a CVM, ANS, ANP, ANEEL; e Fundacionais, como ENAP, FINEP, entre outras.

Acórdão AC1-TC 02336/23 - Decisão Inicial - Se... Proc. 03814/23. Data: 04/10/2023 13:00. Responsável: Cons. Fábio T. F. Nogueira. Impresso por admin em 02/07/2025 20:57. Validação: B94D.31E5.5E2C.668F.F979.DA5F.093F.20EE.





*A se presumir que tão diversificada atividade na prestação de serviços em TI se dá sob a consagrada métrica de Análise de Pontos de Função (APF), e que a atuação da Datainfo é marcante ao longo dos últimos quatro anos, é imperioso concluir que a empresa desempenhou atividades quantificadas em centenas de milhares de Pontos de Função, o que leva à indeclinável conclusão de que sobram atributos para considerar a aptidão da licitante vencedora para o desempenho das funções para as quais foi contratada pela Administração Estadual da Paraíba.*

*Por fim, voltando ao tema da alegada intemperividade da certidão, importa tecer algumas considerações. De pronto, vamos ao teor do atestado:*

GOVPE - Declaração  
Processo SEI nº 1500000193.000041/2022-02

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Em complemento ao Atestado de Capacidade Técnica (Doc. SEI Nº 24203804), Processo SEI nº 1500000193.000041/2022-02, emitido em favor da empresa DATAINFO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, com sede na SIG quadra 1, SN, Lote 985 a 1055, sala 14, Zona industrial, Brasília - DF, CEP: 70 610-410, CNPJ Nº 05.085.461/0001-28, que vem prestando serviços para a SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, desde 07/06/2019 até a presente data, através do contrato C-SAFI Nº 029/19 e seus respectivos aditivos, informamos adicionalmente que:

Os serviços de desenvolvimento de sistemas utilizam Model - EJB 3.0, Beans Java, TransferObjects (ValueObjects), e que o principal sistema da SEFAZ, o e-Fisco, faz uso do Beans Java.

**Conclusão**

Os serviços acima mencionados estão sendo prestados de forma satisfatória, não constando em nossos registros, nada que desabone a conduta e a responsabilidade da empresa, com suas obrigações assumidas.

Recife, 07 de outubro de 2022.

Sílvio Caetano de Sá  
Gerente de Contratos de TI

Documento assinado eletronicamente por Sílvio Caetano de Sá, em 07/10/2022, às 15:25, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://seie.gov.br/sni/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://seie.gov.br/sni/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 29253945 e o código CRC 5292CECF.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Rua Imperador Dom Pedro II, nº 167, - Bairro Santo Antônio, Recife/PE - CEP 50010-240, Telefone:

*A certidão emitida pela Secretaria de Fazenda de Pernambuco se coaduna com a informação de que o Estado vizinho pagou à Datainfo quantia superior a R\$ 26 milhões nos últimos quatro anos. Ora, se consignado no atestado que os serviços vêm sendo prestados de forma satisfatória, bem como que as tecnologias utilizadas são as mesmas requeridas no edital do Pregão Eletrônico 095/2022 (EJB 3.0, Beans Java, Transfer Object), parece evidente o preenchimento do requisito de habilitação.*

*O deslinde do feito reside em justamente reconhecer a legalidade das ações da Administração Estadual em perseguir a proposta mais vantajosa. E, com a devida vênua ao Órgão de Inspeção, parece ter sido esse o foco dos agentes públicos que atuaram no processo administrativo licitatório, nomeadamente em relação ao papel da pregoeira. Nessa linha, caminhou o MPC ao consignar que "houve suficiente diligência" na conduta da citada profissional, mormente em procedimento do pregão que tem por proeminente característica a celeridade.*





A adjudicação da licitação à empresa Datainfo promoveu economia de recursos públicos, uma vez que o valor unitário apresentado (R\$ 743,00) foi aproximadamente 7,00% inferior àquele ofertado pela Denunciante (R\$ 799,00), resultando em economia de R\$ 336.000,00 em relação à proposta da Indra, na métrica de pontos de função utilizada no caso concreto, como se vê na tabela a seguir:

Tabela 1 – Estimativa do valor global anual da aquisição			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Máxima
1	Serviços técnicos especializados em tecnologia da informação - TI, para desenvolvimento, manutenção (Corretiva, Adaptativa, Evolutiva e Perfectiva), documentação e testes de sistemas e de aplicativos WEB/MOBILE..	PF (Ponto de Função)	6.000 / Ano

Para além da vantajosidade da proposta, importa destacar quais seriam as consequências diretas caso se adotasse a recomendação consignada pela Auditoria, ao cabo de seu relatório técnico de defesa. Pugnou a Inspeção que a acolhida do documento que comprovou a capacidade técnica da Datainfo, em atendimento ao item 15.2.2. do edital do Pregão Eletrônico nº 095/2022 deveria ter ensejado a manifestação das demais licitantes.

Se tal medida fosse adotada, o resultado, por óbvio, seria a habilitação da Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda., isto porque restaria superada a questão da intempestividade da certidão e, por ter ofertado o menor preço, seria ela a empresa vencedora. Mais uma vez o Órgão Ministerial foi contundente em sua manifestação, citada verbo ad verbum:

[...] Há outro fato de preclusão de natureza lógica: caso fosse atendido ao pleito da auditoria de reabrir o contraditório, regressando-se à fase de habilitação, todos os documentos questionados seriam invariavelmente admitidos, pois estaria superada qualquer controvérsia temporal acerca da juntada do documento. De mais a mais, considerando que, no pregão, à fase de propostas (menor preço), é antecedente à fase habilitatória, não caberia sequer rediscussão do preço ofertado, de modo que a denunciante não poderia fazer nova proposta de menor preço, a ponto da contratação se mostrar mais favorável à administração.

[...]

Ou seja, a fase de habilitação é posterior a fase de oferta de preços elances. Com isso em mente, no caso dos autos, para efeitos práticos, temos que a proposta da Licitante que se sagrou vencedora (DATAINFO) foi Valor Unitário R\$ 677,00 e Valor Total R\$ 4.062.000,00, enquanto que a proposta final da empresa denunciante (INDRA) foi Valor Unitário R\$ 799,00 e Valor Total R\$ 4.794.000,00, ficando excluída, inclusive, da possibilidade de oferecimento de lances verbais.

Diante desse quadro fático, e considerando a compartimentalização do procedimento, não haveria utilidade em reabertura da fase de habilitação proposta pelo corpo técnico, uma vez que tal medida não permitiria à denunciante ofertar preço mais vantajoso à contratação.

Parece claro que o iniciativa saneadora da Comissão de Licitação não deve ser tomada como um direcionamento a beneficiar uma das concorrentes, como advoga a empresa denunciante, mas sim como a persecução da melhor escolha pública, materializada no menor preço para a execução do serviço licitado. E é sólida a jurisprudência que fundamenta decisões semelhantes.







*Novamente me valho do abalizado pronunciamento ministerial:*

*Destarte, no nosso sentir, a atuação da pregoeira está dentro da função saneadora própria de sua posição. Cingiu-se ao princípio de aproveitar a melhor proposta com habilitação lastreada em manifestação da própria SEFAZ. Afinal, no pregão, é juridicamente possível a juntada de documento meramente explicativo e complementar de outro preexistente ou para efeito de produzir contraprova e demonstração do equívoco do que foi decidido pela administração, sem a quebra de princípios legais ou constitucionais.*

*O Ministro do TCU Bruno Dantas discorreu no mesmo sentido acerca do tema, conforme demonstra o Acórdão 1694/2020 do Plenário do TCU:*

*“Entretanto, não se pode perder de vista que o intuito basilar dos regramentos que orientam aquisições pela Administração Pública é a contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa, obedecidos os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

*Com base nesse entendimento, falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação de licitantes. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados”.*

*Outrossim, observa-se que se se seguiu a melhor orientação jurídica por parte da pregoeira, a qual exerceu sua prerrogativa administrativa de sanar erros ou falhas sem alteração da substância das propostas, prestigiando princípios que conformam a atividade administrativa, como: a competitividade, razoabilidade e eficiência, na esteira do que reza o art. 47 da Lei 10.024/2019, segundo a qual “o pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999”*

*De tudo o que foi relatado anteriormente, restou patente que as ações promovidas pela Comissão de Licitação resultaram na adjudicação do certame à empresa que apresentou a melhor proposta, evidenciando que foi atendido o interesse público. Também cristalino que a corporação contratada demonstrou ter capacidade técnica para o desempenho das atividades constantes do edital, visto que atua em atividades semelhantes para diversos Órgãos e Entidades da Administração Pública.*

*Com base em todos os pontos expostos até aqui, voto em harmonia com o entendimento esposado pelo Ministério Público de Contas, pelo conhecimento da representação e de seu acolhimento como denúncia e, no mérito, em considerá-la improcedente. Encaminhe-se cópia da presente decisão para o Processo de Acompanhamento de Gestão da Secretaria do Estado da Administração. O Contrato decorrente do certame deve ser acompanhado pela Unidade de Instrução.*







**DECISÃO DA PRIMEIRA CÂMARA**

*Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC nº 03814/23, ACORDAM, à unanimidade, os Membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em CONHECER COMO DENÚNCIA a representação objeto do presente feito e, no mérito, em DECLARÁ-LA IMPROCEDENTE. COMUNIQUE-SE o denunciante sobre o teor desta decisão. ENCAMINHE-SE cópia da presente decisão para o Processo de Acompanhamento de Gestão da Secretaria do Estado da Administração. Determinação de acompanhamento do contrato à DIAFI.*

*Publique-se, registre-se e cumpra-se.*

*TCE-Plenário Ministro João Agripino*

*João Pessoa, 28 de setembro de 2023*



Assinado 3 de Outubro de 2023 às 12:54



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
PRESIDENTE

Assinado 3 de Outubro de 2023 às 11:32



**Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira**  
RELATOR

Assinado 3 de Outubro de 2023 às 20:44



**Elvira Samara Pereira de Oliveira**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO





**2ª CÂMARA**

Processo TC 07636/24

Documento TC 138708/24 (anexado)

Origem: Prefeitura Municipal de Esperança

Natureza: Denúncia

Denunciante: José Jardel dos Santos

Denunciada: Prefeitura Municipal de Esperança

Responsável: Nobson Pedro de Almeida (Prefeito)

Advogado: Danilo Sarmiento Rocha Medeiros (OAB/PB 17.586)

Relator: Conselheiro André Carlo Torres Pontes

**DENÚNCIA.** Prefeitura Municipal de Esperança. Irregularidade no Pregão Eletrônico 55/2024, com o objeto de aquisição parcelada de materiais de construção para manutenção de bens imóveis e demais serviços para atender à demanda da Secretaria de Obras, no exercício financeiro de 2024. Fatos não comprovados pela Auditoria. Improcedência da denúncia. Comunicações. Arquivamento.

**ACÓRDÃO AC2 - TC 00669/25**

**RELATÓRIO**

Cuida-se do exame de denúncia impetrada pelo Senhor JOSÉ JARDEL DOS SANTOS, em face da Prefeitura Municipal de Esperança, sob a responsabilidade do Gestor, Senhor NOBSON PEDRO DE ALMEIDA, referente à irregularidade no Pregão Eletrônico 55/2024, cujo objeto foi a aquisição parcelada de materiais de construção para manutenção de bens imóveis e demais serviços para atender à demanda da Secretaria de Obras, no exercício financeiro de 2024.

Denúncia acostada às fls. 02/925.

Pronunciamento da Coordenação da Ouvidoria (fls. 927/929) sugeriu o recebimento como denúncia, assim sintetizando as alegações:

*“1. O denunciante afirma que o pregão teve início em 08/11/2024 e se estendeu até 17/12/2024, o que não seria razoável devido ao fato do pregoeiro abrir uma nova diligência após a análise das propostas. No caso em questão, houve empresas que não apresentaram os documentos necessários para habilitação da proposta no prazo estabelecido no edital. Portanto, alega-se que a abertura de uma nova diligência tende a favorecer essas empresas.*





**2ª CÂMARA**

*Processo TC 07636/24*

*Documento TC 138708/24 (anexado)*

2. *Afirma que tal situação causa estranheza e prejudica os licitantes que, pontualmente, cumpriram os prazos estabelecidos no edital. Além disso, muitas empresas teriam usado a declaração de intenção de recurso para obter êxito na desclassificação dos concorrentes, focando naqueles que não cumpriram as normas no tempo adequado, desclassificando, assim, tais propostas."*

O Órgão Técnico, em relatório inicial (fls. 933/938), assim concluiu:

Ante o exposto, a Auditoria entende pela **IMPROCEDÊNCIA** da denúncia, com sugestão de arquivamento dos autos.

O Ministério Público de Contas, em parecer do Subprocurador-Geral Luciano Andrade Farias (fls. 24/25), opinou nos seguintes termos:

Trata-se de **Denúncia** formalizada pelo Senhor **JOSÉ JARDEL DOS SANTOS**, em face da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA - PB**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 00055/2024**, com abertura de sessão ocorrida em 08/11/2024, cujo objeto é a aquisição parcelada de materiais de construção para manutenção de bens imóveis e demais serviços para atender à demanda da secretaria de obras deste município, no exercício financeiro de 2024.

[...]

Assim, entendo pelo **conhecimento** desta Denúncia e, no mérito, pela sua **improcedência**, com posterior arquivamento dos autos.

É como opino.

O julgamento foi agendado para a presente sessão com as notificações de praxe.





**2ª CÂMARA**

Processo TC 07636/24

Documento TC 138708/24 (anexado)

**VOTO DO RELATOR**

**Preliminarmente**, convém destacar que a presente denúncia merece ser conhecida ante o universal direito de petição insculpido no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, da Carta da República e, da mesma forma, assegurado pela Resolução Normativa RN – TC 07/2024, conferindo direito a qualquer cidadão, partido político, associação, sindicato ou membro do Ministério Público ser parte legítima para denunciar ou representar irregularidade e ilegalidade perante o Tribunal de Contas.

**No mérito**, diante das análises enviadas pela Unidade Técnica de Instrução e pelo Ministério Público de Contas, a denúncia se mostra improcedente.

Em síntese, conforme pode ser colhido da manifestação da Coordenação da Ouvidoria desta Corte de Contas, a denúncia apresentada noticiou a possível irregularidade a seguir: o Pregão Eletrônico 55/2024 teve início em 08/11/2024 e se estendeu até 17/12/2024, o que não seria razoável devido ao fato de o pregoeiro abrir uma nova diligência após a análise das propostas, beneficiando empresas que não apresentaram os documentos necessários para habilitação no prazo estabelecido no edital.

**Análise da Auditoria (fls. 935/938):**

*“No que toca a acusação trazida ao conhecimento deste Tribunal de Contas, em apertada síntese, é relacionada ao fato de que o Pregão iniciou-se no último dia 08/11/2024 e se estendeu até o dia de hoje 17/12/2024, e, de acordo com o denunciante, não é razoável o fato do pregoeiro, após superada a fase de análise das propostas, abrir uma nova diligência (em 17/12/2024), passados mais de trinta dias da disputa, para que as empresas enviem documentação de habilitação de proposta, indo na contramão das regras editalícias que preveem que tal documentação deveria ter sido anexada tempestivamente no prazo de duas horas após a disputa.*

*Sobre este ponto, convém ressaltar que a Lei nº 14.133/2021 – NLLC, menciona expressamente o instituto da diligência em diversas oportunidades, conforme artigos: 42, § 2º; 59, § 2º e 64, incisos I e II, vejamos:*

*[...]*

*Assim, percebe-se que o objetivo da NLLC é demonstrar a importância da diligência no âmbito das licitações, que se trata de um dever-poder de os agentes públicos, diante de dúvidas, demandarem atos e providências necessárias ao esclarecimento, complemento e saneamento eficiente do procedimento licitatório, em qualquer fase.*



Assinado com senha por [EPR58288] [SENHA] LAYSE NELYE PEDERNEIRAS MOTA em 03/07/2025 - 11:42hs.

Documento Nº: 7831593.66508161-1735 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7831593.66508161-1735>



EPRDES202500983A



2ª CÂMARA

Processo TC 07636/24

Documento TC 138708/24 (anexado)

*Trata-se, portanto, de um instrumento para o agente de contratação, pregoeiro, comissão de contratação, autoridade competente e outros agentes, aplicável em todas as modalidades licitatórias da NLLC, consubstanciado em diversos princípios, notadamente, o da eficiência e do interesse público. O instituto da diligência na Administração Pública busca ainda postura positiva, no sentido de zelo com a coisa pública, bem como constante interesse pelo aprendizado e atualizações necessárias para fiel aplicabilidade da Lei.*

*Ademais, é de se ressaltar que o normativo anterior de licitações (Lei 8666/93) já previa que é facultado à comissão de licitação, como também ao pregoeiro, subsidiariamente, o direito de fazer diligência para complementar a instrução processual, in verbis:*

*Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:*

*(...)*

*§3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, **em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência** destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (grifei)*

*A Corte de Contas Federal não tratou o citado dispositivo como uma discricionariedade do gestor público, mas um poder dever de diligência em farta jurisprudência, como exemplo o Acórdão 2.521/2003-TCU-Plenário, in verbis: “atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei”.*

*Em interpretação a respeito da redação prevista nos art. 43, § 3º da Lei 8.666/1993 e art. 64 da nova Lei de Licitação, o TCU, conforme Acórdão nº 1.211/2021<sup>1</sup>, assentou que, em caso que haja equívoco ou falha por parte do licitante acerca da juntada de documento PREEXISTENTE, cabe ao pregoeiro realizar diligência e, se for o caso, sanear a ausência da documentação de habilitação:*

*[...]*

<sup>1</sup> Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues)







2ª CÂMARA

Processo TC 07636/24

Documento TC 138708/24 (anexado)

*Assim, entende-se que é possível a juntada de **novos documentos em sede de diligência** para apurar  **fatos existentes à época da abertura do certame** para poder sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, ou seja, a vedação à inclusão de novo documento (prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/93 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente PREEXISTENTE que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.*

*Portanto, a Auditoria entende que a diligência não se trata de mera faculdade ou direito da administração, mas de verdadeiro dever-poder, posto que não exista discricionariedade para decidir fazê-la ou não, quando esta se mostrar necessária diante de dúvidas para sanear: erros, falhas ou irregularidade, sob pena de descartar uma boa proposta e, conseqüentemente, acarretar prejuízo econômico para a Administração e coletividade.*

*Pelo exposto, entende-se pela **não procedência** da denúncia pelo único fato alegado de que a realização de diligências no presente certame teria beneficiado certas empresas participantes, sem apresentar nenhuma evidência ou documentação acerca da suposta irregularidade.*

*Nesse contexto, ressalta-se que as denúncias encaminhadas a esta Corte de Contas deverão estar acompanhadas de indícios concernentes à irregularidade ou ilegalidade denunciada. Deve conter relato detalhado dos fatos irregulares com o maior número possível de informações e de documentos, de modo a possibilitar a esta Instituição os elementos mínimos necessários à realização de trabalho de fiscalização.*

*Assim, caso se considere apenas os relatos textuais, desacompanhados de qualquer indício material, todas as denúncias apresentadas nesta Corte de Contas seriam admitidas, visto que, em matéria argumentativa, tudo é possível. Outrossim, mesmo os relatos textuais podem ser considerados indícios, desde que minimamente subsidiado com fundamentos contundentes, o que, no entendimento desta Auditoria, não é o caso da presente Denúncia.*

*Portanto, entende-se que a denúncia apresentada não atende ao requisito exposto no inciso IV do art. 244 do Regimento Interno desta Corte de Contas, senão vejamos:*

*Art. 244. São requisitos de admissibilidade da denúncia:*

*(...)*





2ª CÂMARA

Processo TC 07636/24

Documento TC 138708/24 (anexado)

*IV- estar acompanhada de provas que indiquem, ao menos sob a forma de indícios, a ocorrência da irregularidade e/ou ilegalidade, identificando o período a que se refere;”*

**Parecer do Ministério Público de Contas (fls. 944/945):**

*“Trata-se de **Denúncia** formalizada pelo Senhor **JOSÉ JARDEL DOS SANTOS**, em face da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA - PB**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 00055/2024**, com abertura de sessão ocorrida em 08/11/2024, cujo objeto é a aquisição parcelada de materiais de construção para manutenção de bens imóveis e demais serviços para atender à demanda da secretaria de obras deste município, no exercício financeiro de 2024.*

*A Ouvidoria deste TCE às fls. 979/929 se manifestou pela admissibilidade da presente Denúncia.*

*No Relatório Inicial de fls. 933/939, a Auditoria entendeu pela improcedência, sob a justificativa de que o denunciante não teria apresentado nenhuma evidência de que a realização de diligências pelo pregoeiro beneficiou certas empresas participantes. Com isso, sugeriu o arquivamento destes autos.*

*Logo após, vieram os autos a este Ministério Público para análise e emissão de parecer.*

*[...]*

*Passa-se à discussão de mérito.*

*O denunciante, resumidamente, afirma que o pregoeiro, após superada a fase de análise das propostas, abriu uma nova diligência em 17/12/2024, para que as empresas enviassem documentação de habilitação da proposta. Isso iria na contramão das regras editalícias que preveem que tal documentação deveria ter sido anexada tempestivamente no prazo de duas horas após a disputa.*

*Diferentemente do que alega o denunciante, o evento “16/12/2024 - 15:54:31 Sistema Motivo: Encaminhar a documentação exigida no item 12.0 do edital” (fls. 921) sugere que as diligências solicitadas (inclusive no mesmo horário e referente a todos os itens da licitação) se referem à apresentação dos documentos relativos à habilitação dos licitantes, e não à reapresentação de propostas. Tal fato está de acordo com o item 12.5 do edital, segundo o qual:*



Assinado com senha por [EPR58288] [SENHA] LAYSE NELYE PEDERNEIRAS MOTA em 03/07/2025 - 11:42hs.

Documento Nº: 7831593.66508161-1735 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7831593.66508161-1735>



EPRDES202500983A



**2ª CÂMARA**

*Processo TC 07636/24*

*Documento TC 138708/24 (anexado)*

*12.5. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:*

*12.5.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou*

*12.5.2. De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.*

*Por sua vez, o subitem 10.28.4 do edital, a que alude o denunciante, trata da fase de julgamento, em que o licitante promove a readequação da sua proposta ao último lance ofertado. Portanto, em nada se confunde com a fase de habilitação. No máximo, haveria uma impropriedade de nomenclatura ao chamar a solicitação dos documentos habilitatórios de “diligência”, o que evidentemente não tem a capacidade de macular o procedimento licitatório.*

*A Auditoria, no Relatório Inicial de fls. 933/939, entendeu pela possibilidade de “juntada de novos documentos em sede de diligência para apurar fatos existentes à época da abertura do certame para poder sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica”. Embora este MPC entenda que o caso concreto não sugira propriamente a juntada de novos documentos para o saneamento de falhas, percebe-se que, ainda nessa hipótese, a realização de diligências seria admissível.”*

**Ante o exposto**, em harmonia com a Auditoria e com o Ministério Público de Contas, VOTO no sentido de que essa Câmara decida:

**I) CONHECER E JULGAR IMPROCEDENTE** a denúncia;

**II) COMUNICAR** aos interessados o conteúdo desta decisão; e

**III) DETERMINAR** o arquivamento dos autos.





**2ª CÂMARA**

*Processo TC 07636/24*

*Documento TC 138708/24 (anexado)*

**DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TCE/PB**

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC 07636/24**, referentes ao exame de denúncia impetrada pelo Senhor JOSÉ JARDEL DOS SANTOS, em face da Prefeitura Municipal de Esperança, sob a responsabilidade do Gestor, Senhor NOBSON PEDRO DE ALMEIDA, referente à irregularidade no Pregão Eletrônico 55/2024, cujo objeto foi a aquisição parcelada de materiais de construção para manutenção de bens imóveis e demais serviços para atender à demanda da Secretaria de Obras, no exercício financeiro de 2024, **ACORDAM** os membros da 2ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2ªCAM/TCE-PB), à unanimidade, nesta data, conforme voto do Relator:

**I) CONHECER E JULGAR IMPROCEDENTE** a denúncia;

**II) COMUNICAR** aos interessados o conteúdo desta decisão; e

**III) DETERMINAR** o arquivamento dos autos.

Registre-se e publique-se.

TCE – Sessão Presencial e Remota da 2ª Câmara.

João Pessoa (PB), 18 de março de 2025.



Assinado com senha por [EPR58288] [SENHA] LAYSE NELYE PEDERNEIRAS MOTA em 03/07/2025 - 11:42hs.

Documento Nº: 7831593.66508161-1735 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7831593.66508161-1735>



EPRDES202500983A

Assinado 15 de Maio de 2025 às 11:41



**Assinado Eletronicamente**

conforme LC 192/2024 e Regimento Interno -  
RN-TC nº 07/2024

**Cons. Arnóbio Alves Viana**  
PRESIDENTE

Assinado 13 de Maio de 2025 às 17:46



**Assinado Eletronicamente**

conforme LC 192/2024 e Regimento Interno -  
RN-TC nº 07/2024

**Cons. André Carlo Torres Pontes**  
RELATOR

Assinado 14 de Maio de 2025 às 07:20



**Assinado Eletronicamente**

conforme LC 192/2024 e Regimento Interno -  
RN-TC nº 07/2024

**Bradson Tiberio Luna Camelo**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Assinado com senha por [EPR58288] [SENHA] LAYSE NELYE PEDERNEIRAS MOTA em 03/07/2025 -  
11:42hs.  
Documento Nº: 7831593.66508161-1735 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7831593.66508161-1735>



EPRDES202500983A